

# Estudo Técnico Preliminar 36/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 25209.004445/2023-58

## 2. Descrição da necessidade

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** empresa para a prestação de SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO de bens móveis e imóveis, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de insumos necessários à execução dos serviços, no âmbito do Instituto Evandro Chagas.

A necessidade desta contratação se justifica pelos seguintes motivos:

**1. A Instituição atualmente possui, em execução, com o mesmo objeto, o contrato 101/2023, contratada – LG SERVIÇOS LTDA. Tal contratação foi efetuada de FORMA EMERGENCIAL, com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a expirar em 29/05/2024.**

2. O Instituto Evandro Chagas é um órgão público federal, vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), possuindo natureza de ICT - Instituição de Ciência Tecnologia e Inovação conforme a Portaria GM/MS Nº 1.674 de 21/07/2021, atua nas áreas de pesquisas biomédicas e prestação de serviços em saúde pública. Atualmente, é composto por 02 (duas) unidades (Belém e Ananindeua), possuindo no total 09 (nove) seções científicas especializadas, estas, por sua vez, compostas no total de mais de 50 (cinquenta) laboratórios, bem como, ambientes de coleta de material e atendimento ao público, espaços para ensino, palestras e cursos, espaços para manutenção e criação de animais; salas administrativas e secretarias; halls; banheiros públicos; uma enorme área arborizada jardinada e não jardinada; possuindo no total, aproximadamente, 23.734,30m<sup>2</sup> de área de ambientes internos laboratoriais e administrativos e 383.523,08 m<sup>2</sup> de área externa jardinada e/ou arborizada. Desta forma, está evidente que é imprescindível para esta Instituição que todos os seus ambientes sejam mantidos limpos e higienizados permanentemente, uma vez que, além da limpeza ordinária que todo espaço de labor privado ou público necessita, aqui se faz presente a situação crítica e agravante por ser uma Instituição de pesquisa científica que lida com vírus, bactérias, fungos, diversos outros patógenos biológicos, substâncias radioativas, químicas e com alto potencial de proliferação de doenças e surtos, caso não haja a contínua higienização dos espaços.

3. Conforme demonstrado nas fotografias abaixo, a Instituição possui uma enorme arboarizada jardinada e não jardinada, área de mata fechada, sendo imprescindível a manutenção de roçagem e capina, evitando assim a proliferação de animais peçonhentos e silvestres, com o agravante de que o clima da região favorece o crescimento rápido do mato e de ervas daninhas nas áreas jardinadas.

4. Trata-se de serviço de natureza essencial para a Instituição, atrelado diretamente à execução das atividades finalísticas e aos objetivos estratégicos, definidos no Planejamento Estratégico institucional 2024-2027 (Anexo deste ETP). Cite-se como exemplo: o cargo de tratador de animais (responsável por limpeza e cuidado com animais utilizados nas pesquisas científicas; o coletor de lixo infectante - que, de forma auxiliar, efetua limpeza e desinfecção de utensílios e ambientes.) Além disso, com o advento da pandemia do coronavírus, o Instituto Evandro Chagas está dentre as instituições públicas responsáveis pelo diagnóstico e demais ações relativas ao vírus, atendendo diretamente demandas dos inúmeros estados do Brasil, principalmente os do Norte e Nordeste, com isso, contribuindo também diretamente com o Ministério da Saúde no enfrentamento e combate à pandemia, por meio da geração de informações de extrema importância para formulação de estratégias de cunho epidemiológico e de vigilância sanitária para o País. Nesse contexto, a descontinuidade na prestação do serviço de limpeza e higienização impactará direta e negativamente tais ações, pois a desinfecção e higienização regular dos laboratórios são requisitos primordiais para o andamento dos procedimentos de análises e testes. Além disso, a contratação dos serviços de limpeza está alinhada ao plano Institucional de Gestão da Qualidade e de Certificação dos Laboratórios pelo Inmetro.

5. O Instituto Evandro Chagas não possui em sua estrutura funcional cargos com atribuições para executar serviços de limpeza, higienização e correlatos. A Lei 11.907/2009 (Anexo deste ETP) define a estrutura de cargos e carreiras do Instituto Evandro Chagas. Conforme pode ser observado, nenhum cargo possui relação com a natureza das atividades objeto desta contratação. ;

6. Os serviços ora demandados são, preferencialmente, objetos de execução indireta, amoldando-se perfeitamente à a Portaria nº 443/2018. Conforme Art. 1º da citada Portaria, “No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos; VII - conservação e jardinagem; VIII – copeiragem; XIV - limpeza; XXIX - tratamento de animais;

7. Optou-se pela contratação do serviço, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, tendo em vista que: as empresas de limpeza adquirem material em quantidade muito superior às demandas da Instituição, visto que elas detêm vários contratos, podendo obter preços menores que a Administração; o gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais por uma única pessoa (a Contratada) proporciona melhor integração das atividades, reduzindo as possibilidades de interrupção devido a falta de materiais; a maioria das empresas que prestam serviços de limpeza fornecem também os materiais necessários, ou seja, não há redução da competitividade, tão pouco ofensa ao princípio da economicidade. Além disso, não há risco de compras maiores ou menores que os necessários assim e maior controle de consumo dos materiais necessários e mensuração das reais necessidades;

**Diante de todo o exposto, infere-se de pronto que o SERVIÇO DE LIMPEZA tem natureza ESSENCIAL para o IEC, cuja descontinuidade na prestação, caso não haja nova contratação até 29/05/2024, poderá culminar em danos e prejuízos incalculáveis e irreparáveis para a instituição, podendo serem citados:**

- Proliferação de doenças nos espaços internos instituição;
- Acúmulo de lixo e demais substâncias de natureza química e biológica prejudiciais à saúde humana;
- Morte ou contaminação de animais utilizados para pesquisa;
- Contaminação de ambientes médicos-laboratoriais;
- Interrupção no andamento das atividades laboratoriais voltadas ao diagnóstico de diversas doenças à população;
- Crescimento do mato e ervas daninhas nas áreas jardins, favorecendo a proliferação de animais peçonhentos, com potencial de invasão às áreas de trabalho;
- Descontinuidade na prestação dos demais serviços de saúde prestados pela instituição.

**Abaixo, expõe-se fotografias de alguns ambientes**

**Unidade Ananindeua**







### Unidade Belém



### Áreas abertas arborizadas: jardinadas e não jardinadas









### Áreas envidraçadas



### Ambientes internos administrativos





**Ambientes internos laboratoriais**



**Ambiente de criação de animais para pesquisa (biotério)**



**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Recursos Logísticos, orçamento e Finanças - SELOF	Rogério Caldeira Magalhães



## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação são:

- 1 - Requisitos quanto à natureza dos serviços;
- 2 - Requisitos quanto à forma de contratação e escolha do fornecedor
- 3 - Requisitos quanto à execução do contrato
- 4 - Requisito quanto à forma de prestação e disponibilização dos profissionais
- 5 - Requisitos quanto ao fornecimento dos insumos
- 6 - Requisitos quanto à transição contratual

### 1 - Requisitos quanto à natureza e classificação dos serviços

1.1 Os serviços serão executados de forma indireta - Conforme exposto acima fazendo parte do rol de serviços que preferencialmente devem ser objeto de execução indireta;

1.1 Os serviços são de natureza comum - Conforme Art. 14 da IN MPOG 05/2017– “Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, independente de sua complexidade.” Dessa forma, enquadrando-se neste conceito, os serviços objetos desta contratação constituem atividades de baixa complexidade técnica, não especializados, não relacionados à tomada de decisão, com padrões de desempenho e qualidade passíveis de serem objetivamente definidos no edital.

1.2 Os serviços são de natureza continuada e dedicação exclusiva de mão de obra - Conforme o Art. 15. da IN MPOG 05/2017- “Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” Portanto, verifica-se que os serviços aqui solicitados amoldam-se perfeitamente ao conceito apresentado acima, uma vez que a interrupção dessas atividades traria prejuízos incalculáveis para as atividades finalísticas desta Instituição, fazendo com que a haja a necessidade de prorrogação do contrato para além da vigência de 12 meses.

1.3 Conforme o Art. 17 da IN MPOG 05/2017, “Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos que os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços; a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos. Todas essas características são necessárias para firmar a natureza essencial do serviço e são indispensáveis para o alcance dos objetivos pretendidos nesta contratação. A necessidade da permanência dos funcionários alocados dentro das dependências em período comercial, também, possibilita a fiscalização por esta Instituição quanto à distribuição, controle e supervisão. Além disso, é imprescindível que os profissionais não sejam deslocados para outros postos da contratada, nem constantemente substituídos, já que o conhecimento da rotina e procedimento de limpeza dos diversos laboratórios poderão ser afetados caso haja muita interveniência.

1.4 Os serviços não caracterizam vínculo empregatício - A prestação dos serviços a serem contratados não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o Instituto Evandro Chagas, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 2 - Requisitos quanto à forma de contratação e escolha do fornecedor

2.1 A escolha do fornecedor se dará por PREGÃO ELETRÔNICO, com fulcro no Art. 28, inciso I, da lei 14.133/2021.



2.2 O objeto será adjudicado ao vencedor tendo como critério o MENOR PREÇO GLOBAL;

2.3 O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

2.4 A unidade de medida da contratação será por posto e não por área, tendo em vista a enorme área arborizada dentro das dependências da Instituição.

2.5 Os licitantes devem informar em suas propostas o(s) instrumento(s) base de determinação dos salários dos profissionais;

2.6 O licitante deverá elaborar sua proposta conforme instruções e condições estabelecidas no Termo de Referência;

2.7 Não poderão ser incluídas nas planilhas de custos as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

2.8 O licitante deverá comprovar, por meio de notas fiscais ou orçamentos em papel timbrado da empresa fornecedora de materiais, os valores dos insumos envolvidos na prestação dos serviços. (MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS da Planilha de Preços, do modelo da IN MPOG nº 05/2017).

### **3 - Requisitos quanto à execução do contrato**

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco anos), prorrogável por igual período, na forma do Art. 106 e Art. 107 da lei 14.133/2021.

3.2 O contrato iniciará sua execução em 30/05/2024, visando-se evitar a descontinuidade dos serviços, uma vez que o contrato em execução atualmente tem vigência até 29/05/2024;

3.3 A metodologia para a avaliação da execução, os critérios de medição dos serviços e a aceitação do objeto para fins de pagamento serão determinados com base no Acordo de Níveis de Serviço (Anexo do Termo de Referência) que será assinado pelo Instituto Evandro Chagas e pela Contratada;

3.4 Será exigida a prestação de garantia pelo licitante vencedor, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

3.5 A contratada deverá autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XXII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

### **4 - Requisito quanto à forma de prestação e disponibilização dos profissionais**

4.1 Para a prestação dos serviços a Contratada utilizará, sob sua inteira responsabilidade e de acordo com as normas que regem a atividade, mão de obra devidamente treinada e qualificada.

4.2 Os profissionais selecionados pela contratada para a prestação dos serviços deverão atender os seguintes critérios e/ou qualificações:

1. Ensino fundamental completo, no mínimo. Exceto para os cargos de tratador de animais, coletor de lixo infectante, supervisor geral e encarregados, cujos profissionais devem ter ensino médio completo, no mínimo.
2. Capacidade física de acordo com as atividades a serem desenvolvidas;
3. Pertencer ao Código Brasileiro de Ocupações – CBO, com a devida capacitação necessária.

4.3 A admissão dos profissionais deverá ocorrer de forma regular, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente e, especialmente, a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre o Sindicato das Empresas

de Serviços Terceirizáveis, Trabalho Temporário, Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará – SEAC/PA e o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA.

4.4 A contratada deverá manter sede, filial ou escritório em Belém/Pará ou região metropolitana de Belém/Pará, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como, realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

4.5 Os locais de execução dos serviços são:

- Espaços internos e externos do Instituto Evandro Chagas - Unidade Ananindeua – Endereço: BR 316, KM 07, SN, Levilândia – Ananindeua/PA;
- Espaços internos e externos do Instituto Evandro Chagas - Unidade Belém – Endereço: Avenida Almirante Barroso, 492 - Marco, Belém – PA.
- Todas as áreas arborizadas, jardinadas ou não, muradas ou não, pertencentes à Instituição;

4.6 A jornada de trabalho dos profissionais será de 44 horas semanais por posto de trabalho ou conforme a legislação trabalhista vigente;

4.7 A Contratada prestará o serviço ao Instituto Evandro Chagas, nas Unidades Belém e Ananindeua, de segunda-feira à sexta- feira, no horário das 07h00 às 17h00, respeitando-se os intervalos intra e interjornadas dos profissionais, conforme a legislação trabalhista;

4.8 Excepcionalmente, em caso de necessidade do serviço, a Contratada deverá prestar serviço extraordinário de acordo com a solicitação da Administração. O serviço extraordinário ocorrerá em situações que extrapolam a normalidade cotidiana da prestação dos serviços, com a devida justificativa.

4.9 O serviço extraordinário será solicitado pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente, por escrito, com prazo mínimo de 24h;

4.10 Por necessidade e característica do serviço, os tratadores de animais trabalharão regularmente por escala, incluindo finais de semanas, feriados, pontos facultativos e recessos, procedendo-se, à posterior e regular compensação de horas, conforme a legislação trabalhista.

4.11 A escala de trabalho dos tratadores de animais será feita pela área técnica responsável em conjunto com o preposto da Contratada;

4.12 A contratada deverá manter sede, filial ou escritório em Belém/Pará ou região metropolitana de Belém/Pará, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como, realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

4.13 A remuneração dos profissionais deverá ser composta por: Todas as verbas trabalhistas e previdenciárias legais e as oriundas dos acordos, convenções ou dissídios coletivos das categorias profissionais; Vale transporte; Vale refeição; Seguro de vida; Adicional de insalubridade, quando for o caso.

4.14 O plano de saúde será custeado integralmente pela contratada, por tanto não podendo constar da planilha de custos;

4.15 O valor dos salários deve considerar a Convenção SEAC X SINELPA - MTE: PA000095/2023

## **5 - Requisitos quanto ao fornecimento dos insumos**

Os insumos necessários à prestação dos serviços contam no Anexo I deste ETP

## **6 - Requisitos quanto à transição contratual**

6.1 Com base na tabela abaixo, a contratada deverá absorver um quantitativo de profissionais que atualmente já laboram na Instituição, vinculados ao contrato atual, uma vez que o Instituto Evandro Chagas possui diversos ambientes de natureza laboratorial e hospitalar, os quais demanda procedimento de higienização específico, conforme as atividades técnicas desenvolvidas, exigindo-se dos profissionais conhecimento prévio das atividades,



das rotinas e o uso de materiais e equipamentos específicos, o que demanda tempo para aprendizagem. A absorção também tem como foco: (1) Obter melhores resultados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, por meio da aplicação do conhecimento, da tecnologia e das técnicas já empregadas na Instituição; (2) Evitar a interrupção nas rotinas e nos métodos de execução dos serviços já estabelecidos, principalmente os serviços ligados à atividade laboratorial ou que demandam experiência na execução.

Quantitativo a ser absorvido pela contratada			
Profissional	Insalubridade	Percentual a absorver	Justificativa
Auxiliar de serviços gerais	20%	80%	Limpeza e desinfecção de ambientes laboratoriais, médico-hospitalares, por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição
Carregador	40%	100%	Lotados no setor de almoxarifado, patrimônio, transporte de amostra, cujas atividades demandam experiência, uma vez que o profissional lida com documentações institucionais.
Operador d e incinerador	40%	100%	Manuseio e limpeza do incinerador, por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição
Operador d e máquinas leves	20%	100%	Lotação na área externa/ arborizada do IEC. Atividades de roçagem, poda e corte de árvores de pequeno e médio porte cujas atividades demandam experiência, uma vez que o profissional lida com manuseio de equipamentos elétricos.
Tratador de animais	40%	100%	Área laboratorial - tratamento de animais - SACPA; SAARB; SAHEP. Limpeza de criadouros, asseio de animais e atividades correlatas, por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição, bem como, tais profissionais devem passar por quarentena para adaptação dos animais.
Coletor de lixo infectante	40%	100%	Coleta de lixo infectantes, efetuam a destinação de resquícios de materiais utilizados em pesquisas, dejetos e restos humanos utilizados em pesquisas, lavagem de utensílios por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição. Lotação:: SAHEP: 1; SABMI: 1; SAVIR: 1; SAARB: 2; SAMAM: 1; SAPAR: 1; APOIO: 2; SACPA;

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para esta contratação se deu da seguinte forma: em 30/10/2023 foi instaurado o processo de contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO, cujo resultado gerou o Contrato 101/2023, atual contrato em execução, em situação emergencial. Na ocasião 05 (cinco) empresas apresentaram propostas válidas e encontravam-se aptas a serem contratadas. Assim, pode inferir-se que a quantidade de fornecedores no mercado regional e nacional para o objeto é ampla, não havendo nenhum tipo de restrição no mercado para o serviço contínuo de limpeza e conservação.

6. Descrição da solução como um todo

Dentre as necessidades atuais da instituição, propõe-se a solução detalhada na tabela seguinte:

Item	CATSER	CBO	Profissional	Insalubridade	Unidade	Qte- Ananindeua	Qtde- Belém	Qte - total
01	24023	CBO 4101-05	Supervisor geral	20%	Posto	1		1
02	24023	CBO 4110-10	Encarregado	20%	Posto	2	1	3
03	24023	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	20%	Posto	27	3	30
04	24023	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	-	Posto	32	5	37
05	24023	CBO 7832-10	Carregador	40%	Posto	6		6
06	24023	CBO 8623-10	Operador de incinerador	40%	Posto	1		1
07	24023	CBO 6220-20	Operador de máquinas leves	20%	Posto	5		5
08	24023	CBO 6410-15	Tratorista	40%	Posto	1		1
09	24023	CBO 6230-20	Tratador de animais	40%	Posto	22	1	23
10	24023	CBO 5164-05	Lavadeira	40%	Posto	1		1
11	24023	CBO 5142-05	Coletor de lixo infectante	40%	Posto	16	1	17
12	24023	CBO 6220-10	Jardineiro	-	Posto	5		5
13	24023	CBO 5134-25	Copeiro	-	Posto	2		2
							Total	132

Detalhamento de funções:

Item	Profissional	Insalubridade	Unidade	Lotação	Função
------	--------------	---------------	---------	---------	--------



01	CBO 4101-05	Supervisor geral	20%	Posto	Geral	Supervisionar os serviços a serem executados por todos os funcionários da Contratada;
02	CBO 4110-10	Encarregado	20%	Posto	Geral	Supervisão setorial. Acompanhamento, controle e orientação in loco dos profissionais e dos serviços desenvolvidos;
03	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	20%	Posto	Área interna	Limpeza e higienização de ambientes laboratoriais e hospitalares utilizando-se procedimentos e materiais específicos;
04	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	-	Posto	Área interna e externa	Limpeza, conservação e higienização de ambientes não laboratoriais; Roçagem, capinagem, varrição e lavagem em áreas externas tendo em vista que o Instituto Evandro Chagas possui uma extensa área arborizada; execução de serviços de limpeza correlatos;
05	CBO 7832-10	Carregador	40%	Posto	Área interna	Setor de almoxarifado, patrimônio, transporte de amostra. Transporte e movimentação de materiais, equipamentos e mobiliários;
06	CBO 8623-10	Operador de incinerador	40%	Posto	Área interna	Manuseio do incinerador
07	CBO 6220-20	Operador de máquinas leves	20%	Posto	Área externa	Lotação na área externa/ arborizada do IEC. Atividades de roçagem, poda e corte de árvores de pequeno e médio porte cujas atividades demandam experiência, uma vez que o profissional lida com manuseio de equipamentos elétricos.

08	CBO 6410-15	Tratorista	40%	Posto	Área externa	Manuseio do veículo de transporte de lixo e entulhos nas dependências da Instituição
09	CBO 6230-20	Tratador de animais	40%	Posto	Área interna	Limpeza de criadouros, asseio de animais e atividades correlatas, por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição, bem como, tais profissionais devem passar por quarentena para adaptação dos animais. Manutenção, higienização e limpeza de ambientes específicos do Setor de Biotérios onde se exigem procedimentos e materiais específicos uma vez que lidam diretamente com animais envolvidos em pesquisas científicas;
10	CBO 5164-05	Lavadeira	40%	Posto	Área interna	Lavagem de roupa dos tratadores de animais
11	CBO 5142-05	Coletor de lixo infectante	40%	Posto	Área interna e externa	Coleta de lixo infectantes, efetuam a destinação de resquícios de materiais utilizados em pesquisas, dejetos e restos humanos utilizados em pesquisas, lavagem de utensílios por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição.
12	CBO 6220-10	Jardineiro	-	Posto	Área externa	Serviço de jardinagem
13	CBO 5134-25	Copeiro	-	Posto	Área interna	Serviço de copeiragem

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1 Definição da unidade de medida do objeto e exposição de metodologia de cálculo do quantitativo

Para a escolha da unidade de medida adotou-se o Item 2.6.d.1 do Anexo V da IN MPOG 05/2017 combinado com o Item 2.1 do Anexo VI-B da mesma Instrução Normativa.



Item 2.6.d.1 do Anexo V da IN MPOG 05/2017: “Os órgãos e entidades deverão estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que, **excepcionalmente, poderá ser adotado o critério de remuneração da contratada por postos de trabalho,** devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

Item 2.1 do Anexo VI-B da IN MPOG 05/2017: “Os órgãos e entidades **deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores** para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.”

Assim fica estabelecido:

**Critério de produtividade e remuneração da contratada:** postos de trabalho.

**Metodologia utilizada:** experiências e parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores, os quais atendem de forma realista e com eficiência às demandas da Instituição, considerando as características das funções e tarefas;

Série histórica – Serviço de limpeza no IEC										
SERVIÇO/ OCUPAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020/ 2021/ 2022	2023	Quantitativo solicitado para esta contratação
Auxiliar de serviços gerais	61	61	61	61	61	61	61	62	62	67
Coletor de lixo infectante	9	9	9	9	9	9	9	11	15	17
Operador de incinerador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Operador de máquinas leves	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5
Lavadeira	1	1	1	1	1	1	1		1	1
Carregador	4	4	4	4	4	4	4	6	6	6
Tratador de animais	21	21	21	21	21	21	21	21	21	23

Jardineiro	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5
Copeiro	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Supervisor Geral	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Encarregado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Tratorista										1
	110	110	110	110	110	110	110	116	120	132

## 7.2 Justificativa para não adoção do critério por área limpa, conforme determinado pela IN 05/2017:

**1) A contratação inclui postos com funções, cujas tarefas e rotinas não incluem área a ser limpa** mas sim tarefas de naturezas similares, tais como limpeza de utensílios, limpeza baias de animais, jardinagem, copeiragem, carregamento e transporte, manuseio de máquinas. Assim, não podem ser definidos como produtividade por área a ser limpa:

Item	Profissional	Insalubridade	Unidade	Lotação	Função/tarefas
01	CBO 4101-05 Supervisor geral	20%	Posto	Geral	Supervisionar os serviços a serem executados por todos os funcionários da Contratada;
02	CBO 4110-10 Encarregado	20%	Posto	Geral	Supervisão setorial. Acompanhamento, controle e orientação in loco dos profissionais e dos serviços desenvolvidos;
05	CBO 7832-10 Carregador	40%	Posto	Área interna	Setor de almoxarifado, patrimônio, transporte de amostra. Transporte e movimentação de materiais, equipamentos e mobiliários;
06	CBO 8623-10 Operador de incinerador	40%	Posto	Área interna	Manuseio do incinerador
07	CBO 6220-20 Operador de máquinas leves	20%	Posto	Área externa	Lotação na área externa/ arborizada do IEC. Atividades de roçagem, poda e corte de árvores de pequeno e médio porte cujas atividades demandam



						experiência, uma vez que o profissional lida com manuseio de equipamentos elétricos.
08	CBO 6410-15	Tratorista	40%	Posto	Área externa	Manuseio do veículo de transporte de lixo e entulhos nas dependências da Instituição
09	CBO 6230-20	Tratador de animais	40%	Posto	Área interna	Limpeza de criadouros, asseio de animais e atividades correlatas, por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição, bem como, tais profissionais devem passar por quarentena para adaptação dos animais. Manutenção, higienização e limpeza de ambientes específicos do Setor de Biotérios onde se exigem procedimentos e materiais específicos uma vez que lidam diretamente com animais envolvidos em pesquisas científicas;
10	CBO 5164-05	Lavadeira	40%	Posto	Área interna	Lavagem de roupa dos tratadores de animais
11	CBO 5142-05	Coletor de lixo infectante	40%	Posto	Área interna e externa	Coleta de lixo infectantes, efetuam a destinação de resquícios de materiais utilizados em pesquisas, dejetos e restos humanos utilizados em pesquisas, lavagem de utensílios por meio da utilização de técnicas e procedimentos já padronizados na Instituição.
12	CBO 6220-10	Jardineiro	-	Posto	Área externa	Serviço de jardinagem
13	CBO 5134-25	Copeiro	-	Posto	Área interna	Serviço de copeiragem

**2) A enorme área arborizada, jardinada e não jardinada pertencente à Instituição**, incluindo: bosques, terreno murado e não murado, adjacência de lagos e rios, e ainda, a enorme área médico-laboratorial. Tal característica exigiria uma quantidade exagerada de postos de auxiliar de serviços gerais, sendo economicamente inviável, não vantajoso e fora da realidade institucional. Segue cálculo abaixo:

Local	Tipo de área física - Conforme Caderno de Logística - MP versão 2014	IEC/ Ananindeua	IEC/ Belém	(A) Área total	(B) Valor de produtividade m <sup>2</sup> /funcionário, conforme Portaria ME Nº 21.262/2020	Demanda de funcionário, conforme Portaria ME Nº 21.262/2020: (A) / (B)	Demanda de funcionário conforme ETP 36 /2024, com base na no histórico de contratações	Postos referentes

Área interna (m <sup>2</sup> )	Espaços administrativos; áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	5.867,12	2.852,34	8.719,46	800	10,90	37	Auxiliar de serviços gerais - sem insalubridade
Área externa (m <sup>2</sup> )	Pátios e áreas verdes com alta frequência	378.123,90	2.521,23	380.645,13	1200	317,20		
Área hospitalar e assemelhados (m <sup>2</sup> )	Laboratórios, ambulatórios, áreas médico-hospitalares	9.279,48	3.015,57	12.295,05	330	37,26	30	Auxiliar de serviços gerais - insalubridade 20%
						<b>365,36</b>	<b>67</b>	

Diante do exposto, demonstra-se que o quantitativo de 132 (cento e trinta e dois) postos é suficiente ao atendimento da demanda institucional, traz resultados a contento em termos de quantidade e qualidade, bem como, é economicamente viável e vantajoso para a instituição.

### **7.3 - Justificativa para o aumento de 12 postos**

As quantidades a serem estimadas considerou o contrato atual em execução com 120 (cento e vinte postos), aumentando em 10% (12 postos), conforme justificativa abaixo:

Item	Profissional	Unidade	Aumento	Justificativa
04	Auxiliar de serviços gerais	Posto	4	O aumento se deu em função de novas demandas Institucionais como a inauguração do novo prédio da Seção de Hepatologia; constante roçagem na vasta área arborizada atrás do Novo BRT
07	Operador de máquinas leves	Posto	1	O aumento se deu em função de novas demandas Institucionais como constante roçagem na vasta área arborizada atrás do Novo BRT, cujos postos existentes já são insuficientes para atendimento da demanda.
08	Tratorista	Posto	1	Profissional habilitado e responsável pelo manuseio e condução do mini trator, cuja atividade deve ser desempenhada pro profissional específico, conforme CBO
09	Tratador de animais	Posto	2	Demanda levantada pelo Biotério da Instituição devido ao déficit de pessoal ocasionado pela relocação/transferência para outra seção, de servidor (técnico em pesquisa e investigação biomédica) que desenvolve atividades afins a dos tratadores.
11	Coletor de lixo infectante	Posto	3	Profissionais serão alocados na Seção de Meio Ambiente e para tratamento de resíduos químicos na área externa da Instituição



12	Jardineiro	Posto	1	O aumento se deu em função de novas demandas em áreas jardinadas no IEC Ananindeua e Belém
			12	

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 8.930.406,38

O valor estimado da contratação de deu por meio da média entre o valor da Planilha de Custos elaborada pelo Instituto Evandro Chagas, a pesquisa de mercado dos fornecedores e o valor do atual contrato 101/2023 em execução do mesmo objeto:

Item	Profissional	Insal	Unidade	Total de postos	Vlr unit (R\$) - Planilha de custos IEC (A)	Vlr unit (R\$) - Cotação LG Serviços (B)	Vlr unit (R\$) - Contrato 101 /2023 - LG Serviços (C)	Custo unitário (média entre A, B e C)	Vlr estimado mensal (R\$)	Vlr estimado anual (R\$)
01	Supervisor geral			1	R\$ 7.773,21	R\$ 9.420,35	R\$ 6.122,12	<b>R\$ 7.771,89</b>	R\$ 7.771,89	R\$ 93.262,71
02	Encarregado	20%	Posto	3	R\$ 6.905,46	R\$ 8.346,39	R\$ 5.397,49	<b>R\$ 6.883,11</b>	R\$ 20.649,34	R\$ 247.792,10
03	Auxiliar de serviços gerais	20%	Posto	30	R\$ 5.419,75	R\$ 6.466,78	R\$ 4.156,68	<b>R\$ 5.347,74</b>	R\$ 160.432,08	R\$ 1.925.184,95
04	Auxiliar de serviços gerais	-	Posto	37	R\$ 4.786,38	R\$ 5.723,65	R\$ 3.627,64	<b>R\$ 4.712,56</b>	R\$ 174.364,62	R\$ 2.092.375,44
05	Carregador	40%	Posto	6	R\$ 6.053,11	R\$ 7.291,67	R\$ 4.685,72	<b>R\$ 6.010,17</b>	R\$ 36.061,01	R\$ 432.732,09
06	Operador de incinerador	40%	Posto	1	R\$ 7.738,48	R\$ 9.377,50	R\$ 6.093,28	<b>R\$ 7.736,42</b>	R\$ 7.736,42	R\$ 92.837,05
07	Operador de máquinas leves	20%	Posto	5	R\$ 6.183,58	R\$ 7.196,63	R\$ 4.794,61	<b>R\$ 6.058,27</b>	R\$ 30.291,37	R\$ 363.496,39
08	Tratorista	40%	Posto	1	R\$ 7.214,11	R\$ 7.944,50	-	<b>R\$ 7.579,31</b>	R\$ 7.579,31	R\$ 90.951,67
09	Tratador de animais	40%	Posto	23	R\$ 6.313,88	R\$ 7.614,35	R\$ 4.903,49	<b>R\$ 6.277,24</b>	R\$ 144.376,51	R\$ 1.732.518,11
10	Lavadeira	40%	Posto	1	R\$ 6.053,11	R\$ 7.291,67	R\$ 4.685,72	<b>R\$ 6.010,17</b>	R\$ 6.010,17	R\$ 72.122,02
11	Coletor de lixo infectante	40%	Posto	17	R\$ 6.664,07	R\$ 8.047,80	R\$ 5.195,97	<b>R\$ 6.635,95</b>	R\$ 112.811,09	R\$ 1.353.733,13

12	Jardineiro	-	Posto	5	R\$ 5.397,34	R\$ 6.479,78	R\$ 4.137,85	<b>R\$ 5.338,32</b>	R\$ 26.691,61	R\$ 320.299,36
13	Copeiro	-	Posto	2	R\$ 4.786,38	R\$ 5.723,65	R\$ 3.627,64	<b>R\$ 4.712,56</b>	R\$ 9.425,11	R\$ 113.101,38
				<b>132</b>					<b>R\$ 744.200,53</b>	<b>R\$ 8.930.406,38</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133/21, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ainda, de acordo com o § 3º o parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo

Sendo assim, levando em consideração a redução de custo na gestão de contratos e a maior vantagem econômica e operacional na contratação dos itens pelo mesmo fornecedor, conclui-se pela necessidade da Administração em adotar a licitação por GRUPO. Além disso, O Instituto Evandro Chagas é composto na maior parte por ambientes médicos-laboratoriais - o que requer procedimentos de higienização e uso de materiais específicos. Consequentemente, a maioria dos postos a serem contratados serão alocados nesses ambientes, como pode se observar no quadro de distribuição atual dos postos. Dessa forma, a alocação dos funcionários é feita de acordo com a necessidade dos serviços e conhecimento específico das rotinas e dos procedimentos adequados para cada espaço, levando a Administração e a contratada a efetuarem de forma dinâmica, um sistema periódico e constante de rodízio, realocação e transferência de funções entre os funcionários para se aproveitar ao máximo o uso eficiente da mão de obra e para que todos os profissionais ganhem o maior número de habilidades e conhecimentos possíveis, o que favorece realocações, substituições, movimentações de forma rápida e eficiente, o que será impossível de se executar caso os profissionais façam parte de contratos diferentes. Além disso, a contratação de diversos fornecedores para serviços intrinsecamente relacionados gera alto custo contratual, impossibilita o uso eficiente de materiais e equipamentos, causa desgaste tanto para os funcionários no momento de interagir na execução duma atividade de forma que haja concordância entre as pessoas e também, para a administração em gerir vários contratos relacionados entre si, acarretando atrasos na entrega do produto final, erros e equívocos e, consequentemente, diminuição da qualidade dos serviços prestados.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação pretendida visa substituir o atual contrato em execução (101/2023), cuja execução ocorre em regime de situação emergencial, com prazo de vigência até 29/05/2024.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O(s) item(ns) solicitado(s) neste Estudo estão contemplados no Plano Anual de Contratações - PAC/PGC para o ano de 2024 e fazem parte da DFD 041/2023. O valor total estimado pelo(s) requisitante(s) para os itens foi de R\$ 5.995.723,58, destacados do orçamento para sua execução.

O objeto também está alinhado ao Planejamento Estratégico do Instituto Evandro Chagas, com o objetivo de buscar efetividade na Pesquisa e no apoio a Vigilância em Saúde, ampliar a abrangência da Pesquisa e Vigilância; ampliar

e fortalecer a atuação do IEC na predição e na prevenção de doenças e agravos para a elevação da cobertura em Vigilância em Saúde.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**Benefícios diretos:** Manutenção de espaços internos e externos regularmente limpos e higienizados o que proporciona a viabilidade da execução de todas as atividades internas da instituição, destacando-se a higienização e desinfecção de espaços médicos-laboratoriais que deve ser mantida em regularidade, bem como de móveis, paredes, bancadas, balcões, banheiros, etc. Ressalta-se que com o advento da pandemia do coronavírus, o Instituto Evandro Chagas está dentre as instituições públicas responsáveis pelo diagnóstico e demais ações relativas ao vírus, atendendo diretamente demandas dos inúmeros estados do Brasil, principalmente os do Norte e Nordeste, com isso, contribuindo diretamente com o Ministério da Saúde no enfrentamento e combate à pandemia, por meio da geração de informações de extrema importância para formulação de estratégias de cunho epidemiológico e de vigilância sanitária para o País. Nesse contexto, a manutenção dos serviços de limpeza contribui na regularidade da efetivação destas ações.

**Benefícios indiretos:** Uma vez que a continuidade do serviço de limpeza viabiliza a regularidade das atividades, pode-se citar como benefícios indiretos: o aumento na quantidade de testes produzidos pela Instituição, a não descontinuidade na prestação dos serviços, o avanço no conhecimento de doenças tropicais e regionais; alerta às autoridades de saúde sobre surtos e doenças; descoberta de medicamentos; geração de informação para a sociedade em geral ou a pedido de órgãos da Administração Pública, fazendo assim com que a instituição atinja suas finalidades precípuas.

## 13. Providências a serem Adotadas

Faz-se necessário que a Administração providencie capacitação para os servidores ora designados para fiscalização e gestão contratual, se possível, previamente à celebração do contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

As medidas de tratamento buscando mitigar os riscos ambientais existentes nesta contratação estão dispostas nas exigências abaixo:

1. A contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição de qualquer natureza, pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados, tais como:
2. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus funcionários para a redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
3. Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.
4. Aplicar metodologia ou manter critérios especiais e privilegiados para uso de equipamentos e complementos que promovam a redução da poluição sonora;
5. Atuar, o supervisor e os encarregados, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada.
6. Verificar, ao remover o pó de cortinas ou persianas, se estas não se encontram em locais que impedem a saída do ar dos condicionadores ou aparelhos equivalentes.
7. Realizar vistorias e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras, etc, verificando, entre outros, se existem vazamentos de vapor ou de ar nos equipamentos de limpeza, o estado dos sistemas de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas.
8. Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva;



9. Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como em caso de:

- Vazamento de água em torneiras, canos, sifões, pias, lavatórios e chuveiros.
- Saboneteiras e toalheiros quebrados.
- Lâmpadas queimadas ou piscando.
- Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia.
- Tomadas e espelhos soltos.
- Fios desencapados.
- Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.
- Árvores ou galhos prestes a danificar instalações da contratada ou rede de energia elétrica;
- Focos de insetos, mosquitos, ratos e etc.

Com base no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 3ª EDIÇÃO ABR/2020:

1. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.
2. Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados /registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), RDC ANVISA Nº 40, de 2008 (Aprova o Regulamento Técnico para Produtos de Limpeza e Afins harmonizado no âmbito do Mercosul através da Resolução GMC nº 47/07.) e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010, (Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências)
3. Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceito na execução do serviço o uso de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE120 120 Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida para contratação através deste Estudo mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser VIÁVEL a contratação pretendida do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, sendo necessária análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica pelas autoridades competentes para que se possa tomar ciência do ato e as providências cabíveis.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE JOAQUIM SILVA COSTA**

Equipe de planejamento da contratação

**ALEXANDRE PATELO DA SILVA**

Equipe de planejamento da contratação

**FRANCISCO JOSE DE SOUSA FERNANDES**

Equipe de planejamento da contratação

**NORMA SUELI ALVES DOS SANTOS VIDAL**

Equipe de planejamento da contratação

**ROGERIO CALDEIRA MAGALHAES**

Chefe do Chefe do Serviço de Recursos Logísticos, Orçamento e Finanças





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - LEI Nº 11.907-2009 - Lei de cargos e carreira do IEC.pdf (666.56 KB)
- Anexo II - Planejamento estrategico IEC 2024-2027.pdf (285.0 KB)
- Anexo III - Convenção\_SEAC\_X\_SINELPA\_2023.pdf (387.75 KB)
- Anexo IV - Planilha de cálculo - custo dos insumos.pdf (822.31 KB)
- Anexo V - Planilha de cálculo - custo dos postos.pdf (7.36 MB)

**Anexo I - LEI N° 11.907-2009 - Lei de cargos e carreira do  
IEC.pdf**



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.907, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.457, de 16 de março de 2007, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156,

[Mensagem de veto](#)

[Conversão da Medida Provisória nº 441, de 2008](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Regulamento\)](#)

[\(Vide Lei nº 12.855, de 2013\)](#)

[Promulgação das partes vetadas](#)

c) Gratificação de Qualificação - GQ;

IV - no caso dos servidores integrantes da Carreira de Analista Administrativo de que trata o inciso II do caput do art. 1º desta Lei:

a) Vencimento Básico;

b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM - GDADNPM;

c) Gratificação de Qualificação - GQ;

V - no caso dos servidores integrantes da Carreira de Técnico Administrativo de que trata o inciso IV do caput do art. 1º desta Lei:

a) Vencimento Básico; e

b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNPM - GDADNPM;

VI - no caso dos servidores titulares de cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos do DNPM não compreendidos no art. 15 desta Lei:

a) Vencimento Básico;

b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM - GDAPDNPM;

c) Gratificação de Qualificação; e

VII - no caso dos servidores titulares de cargos de nível intermediário ou auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNPM:

a) Vencimento Básico; e

b) Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM - GDAPDNPM."

"Art. 25-B. Os titulares de cargo de provimento efetivo das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei e do Plano Especial de Cargos do DNPM referido no art. 3º desta Lei não fazem jus à Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003."

Art. 165. Os [Anexos II](#) e [V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004](#), passam a vigorar na forma dos [Anexos CIX](#) e [CX desta Lei](#).

Art. 166. A [Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004](#), passa a vigorar acrescida dos [Anexos III-A, IV-A, VI-A, VI-B, VI-C e VI-D](#), na forma dos [Anexos CXI, CXII, CXIII, CXIV, CXV e CXVI desta Lei](#), respectivamente.

## Seção XXIX

### Do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas

Art. 167. Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, composto pelos cargos de nível superior, intermediário e auxiliar dos Quadros de Pessoal do Instituto Evandro Chagas - IEC e do Centro Nacional de Primatas - CENP.

Parágrafo único. Somente poderão ser enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos de que trata o caput deste artigo os servidores que integravam o Quadro de Pessoal do IEC e do CENP em 31 de maio de 2008.

Art. 168. Integram o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública as seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior:

a) Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

b) Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

c) Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública; e

d) cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

II - de nível intermediário:

a) Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública; e

b) Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

III - cargos de provimento efetivo de nível auxiliar de Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública; e

IV - cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar, originários do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#), da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a [Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006](#), e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a [Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002](#), pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

§ 1º Os cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública são agrupados em classes e padrões, na forma do [Anexo CXVII desta Lei](#).

§ 2º Os cargos de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública são estruturados em uma única classe e padrão de vencimento.

Art. 169. A Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atividades específicas de pesquisa científica e investigação biomédica em saúde pública.

Parágrafo único. A habilitação referida no caput deste artigo deverá ser adquirida por meio de curso superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso, e de pós-graduação, reconhecidos na forma da legislação vigente, e, quando realizado no exterior, revalidado por instituição nacional credenciada para esse fim.

Art. 170. A Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é constituída do cargo de Pesquisador em Saúde Pública, com as seguintes classes:

I - Assistente de Pesquisa e Investigação Biomédica;

II - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Adjunto;

III - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Associado; e



IV - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Titular.

Art. 171. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as classes subseqüentes da Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública:

I - Assistente de Pesquisa e Investigação Biomédica:

- a) ter o grau de Mestre; e
- b) ter qualificação específica para a Classe;

II - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Adjunto:

- a) ter o título de Doutor; e
- b) ter realizado pesquisa relevante em sua área de atuação;

III - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Associado:

- a) ter realizado pesquisa durante pelo menos 3 (três) anos, após a obtenção do título de Doutor; e
- b) ter realizado pesquisa de forma independente em sua área de atuação, demonstrada por publicações relevantes de circulação internacional, e considerando-se também sua contribuição na formação de novos pesquisadores; e

IV - Pesquisador em Pesquisa e Investigação Biomédica Titular:

- a) ter realizado pesquisas durante pelo menos 6 (seis) anos, após a obtenção do título de Doutor; e
- b) ter reconhecimento em sua área de pesquisa, consubstanciada por publicações relevantes de circulação internacional e pela coordenação de projetos ou grupos de pesquisa e pela contribuição na formação de novos pesquisadores.

Art. 172. As Carreiras de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública são destinadas a profissionais habilitados a exercer atividades específicas de desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica.

Art. 173. A Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes:

I - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior;

II - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 1;

III - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 2;

IV - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 3; e

V - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior.

Art. 174. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as classes subseqüentes da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, além do curso superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso, os seguintes:

I - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior: ter qualificação específica para a Classe;

II - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 1:

- a) ter o grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente; e

- b) ter participado de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

III - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 2:

- a) ter o título de Doutor ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 5 (cinco) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente; e

- b) demonstrar capacidade de participar em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes na sua área de atuação, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos;

IV - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Pleno 3:

- a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, 11 (onze) anos atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribua habilitação correspondente; e

- b) demonstrar capacidade de realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes, de forma independente, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por publicações de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos; e

V - Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior:

- a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante pelo menos 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que lhe atribuam habilitação correspondente; e

- b) ter reconhecimento em sua área de atuação, aferida por uma relevante e continuada contribuição, consubstanciada por coordenação de projetos ou de grupos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, contribuindo com resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por periódicos de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos.

Art. 175. A Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes:

I - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 1;

II - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 2; e

III - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 3.

Art. 176. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, além do ensino médio ou curso equivalente completo, ter conhecimentos específicos inerentes ao cargo e, ainda mais:

I - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 1: ter 1 (um) ano, no mínimo, de participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico ou habilitação inerente à Classe;

II - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 2: ter, pelo menos, 6 (seis) anos de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe anterior; e

III - Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica 3: ter, pelo menos, 12 (doze) anos de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe anterior.

Art. 177. As Carreiras de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública são destinadas a servidores habilitados a exercer atividades de apoio à direção, coordenação, organização, planejamento, controle e avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de saúde, bem como toda atividade de suporte administrativo do IEC e do CENP.

Art. 178. A Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes:

I - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior;

II - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 1;

III - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 2;

IV - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 3; e

V - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior.

Art. 179. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, além do curso superior, em nível de graduação, concluído, os seguintes:

I - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Júnior: ter qualificação específica para a Classe;

II - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 1:

a) ter grau de Mestre ou ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos atividade de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, que lhe atribua habilitação correspondente; e

b) ter participado de trabalhos interdisciplinares ou da elaboração de sistemas de suporte, de relatórios técnicos e de projetos correlacionados com a área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

III - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 2:

a) ter o título de Doutor ou ter exercido durante, pelo menos, 5 (cinco) anos, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, que lhe atribua habilitação correspondente ou ainda ter realizado durante, pelo menos, 8 (oito) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribua habilitação correspondente; e

b) ter realizado, sob supervisão, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico consubstanciados por elaboração ou gerenciamento de planos, programas, projetos e estudos específicos com divulgação interinstitucional;

IV - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica 3:

a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 3 (três) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, ou ter realizado, após a obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura, durante, pelo menos, 8 (oito) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado durante, pelo menos, 11 (onze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribua habilitação correspondente; e

b) ter realizado, de forma independente, trabalhos interdisciplinares ou sistemas de suporte relevantes para o apoio científico e tecnológico, consubstanciados por desenvolvimento de sistemas de infra-estrutura, elaboração ou coordenação de planos, programas, projetos e estudos específicos de divulgação nacional; e

V - Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica Sênior:

a) ter o título de Doutor e, ainda, ter realizado durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção de tal título, atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, ou ter realizado, após obtenção do grau de Mestre, atividades de gestão, planejamento ou infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, durante, pelo menos, 11 (onze) anos, que lhe atribua habilitação correspondente, ou ter realizado, durante, pelo menos, 14 (quatorze) anos atividades de gestão, planejamento e infra-estrutura na área de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que lhe atribua habilitação correspondente; e

b) ter reconhecimento em sua área de atuação, aferida por uma relevante contribuição e consubstanciada por orientação de equipes interdisciplinares ou de profissionais especializados, treinamentos ofertados, coordenação de planos, programas, projetos e trabalhos publicados.

Art. 180. A Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública é composta pelo cargo de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica, com as seguintes Classes:

I - Assistente Técnico de Gestão 1;

II - Assistente Técnico de Gestão 2; e

III - Assistente Técnico de Gestão 3.

Art. 181. São pré-requisitos para ingresso na Classe Inicial e promoção para as Classes subseqüentes da Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, além do ensino médio ou curso equivalente concluído, ter conhecimentos específicos inerentes ao cargo e, ainda:

I - Assistente Técnico de Gestão 1: ter 1 (um) ano, no mínimo, de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe;

II - Assistente Técnico de Gestão 2: ter, pelo menos, 6 (seis) anos de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe; e

III - Assistente Técnico de Gestão 3: ter, pelo menos, 12 (doze) anos de experiência na execução de tarefas inerentes à Classe.

Art. 182. O cargo isolado de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

§ 1º A habilitação referida no caput deste artigo deverá ser adquirida por meio de curso superior em nível de graduação, com habilitação legal específica, quando for o caso, e de pós-graduação, reconhecidos na forma da legislação vigente, e, quando realizado no exterior, revalidado por instituição nacional credenciada para esse fim.

§ 2º São pré-requisitos para ingresso no cargo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública:

I - ter realizado pesquisas voltadas às atividades especializadas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública durante, pelo menos, 6 (seis) anos, após a obtenção do título de Doutor; e

II - ter reconhecimento em sua área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, consubstanciada por publicações relevantes de circulação internacional, pela coordenação de projetos ou grupos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e pela contribuição na formação de novos pesquisadores e na obtenção de resultados tecnológicos expressos em trabalhos documentados por periódicos de circulação internacional, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos.

Art. 183. São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a [Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

§ 1º Os cargos de que trata o caput deste artigo serão enquadrados nas Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do [Anexo CXVIII desta Lei](#).

§ 2º O enquadramento de que trata o § 1º deste artigo dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do [Anexo CXIX desta Lei](#), com efeitos financeiros a partir da data de vigência das Tabelas de vencimento básico constantes do [Anexo CXX desta Lei](#).

§ 3º A opção pelas Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial que vencerem após o início dos efeitos financeiros referidos no § 2º deste artigo.

§ 4º A renúncia de que trata o § 3º deste artigo fica limitada à diferença entre os valores de remuneração resultantes do vencimento básico vigente no mês de junho de 2008 e os valores de remuneração resultantes do vencimento básico fixado para o mês de julho de 2008, conforme disposto no [Anexo CXX desta Lei](#).

§ 5º Os valores incorporados à remuneração, objeto da renúncia a que se refere o § 4º deste artigo que forem pagos aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas por decisão administrativa ou judicial, no mês de junho de 2008, sofrerão redução proporcional à implantação das Tabelas de vencimento básico de que trata o § 2º deste artigo.

§ 6º A opção de que trata o § 2º deste artigo sujeita os efeitos financeiros das ações judiciais em curso cujas decisões sejam prolatadas após a implementação das Tabelas de que trata o [Anexo CXX desta Lei](#) aos critérios estabelecidos neste artigo, por ocasião da execução.

Art. 184. Serão enquadrados em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a [Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006](#), os integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a [Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006](#), e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a [Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002](#), pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

§ 1º Os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o caput deste artigo serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública de acordo com as denominações e atribuições dos respectivos cargos, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela, conforme Tabela de Correlação constante do Anexo CXXI desta Lei, vedada a mudança de nível.

§ 2º O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar de 29 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção constante do [Anexo CXXII desta Lei](#), com efeitos financeiros a partir da data de vigência das Tabelas de Vencimento Básico referidas no [Anexo CXXIII desta Lei](#).

§ 3º A opção de que trata o caput deste artigo implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial que vencerem após o início dos efeitos financeiros referidos no § 2º deste artigo.

§ 4º Aplica-se aos servidores de que trata o caput deste artigo o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 183 desta Lei.

Art. 185. Os ocupantes dos cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008, que não formalizarem a opção referida no § 2º do art. 183 desta Lei ou no § 2º do art. 184 desta Lei, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas, permanecerão na situação em que se encontrarem em 29 de agosto de 2008, não fazendo jus aos vencimentos e vantagens por ela estabelecidos.

Art. 186. O prazo para exercer a opção referida no § 2º do art. 183 desta Lei ou no § 2º do art. 184 desta Lei, conforme o caso, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento nas hipóteses previstas nos [arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), ou a partir do ingresso no cargo que tenha sido provido em decorrência de concurso em andamento em 29 de agosto de 2008, assegurado o direito de opção no caso dos afastamentos desde 29 de agosto de 2008.

Parágrafo único. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados a partir da opção ou do retorno, conforme o caso.

Art. 187. Os concursos públicos realizados ou em andamento em 29 de agosto de 2008, para cargos do Quadro de Pessoal do IEC ou do CENP do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, instituído pela [Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), são válidos para o ingresso nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, observada a correlação de cargos constante do [Anexo CXVIII desta Lei](#).

Parágrafo único. Os cargos vagos de nível superior e intermediário do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, instituído pela [Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), dos Quadros de Pessoal do IEC e do CENP, existentes em 29 de agosto de 2008, serão transformados nos cargos equivalentes a que se referem os arts. 170, 173, 175, 178 e 180 desta Lei, conforme correlação estabelecida no [Anexo CXVIII desta Lei](#).

Art. 188. O ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se pós-graduação, curso superior em nível de graduação ou curso médio, ou equivalente, concluído, e habilitação legal específica, quando for o caso, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

§ 1º O concurso referido no caput deste artigo poderá, quando couber, ser realizado por áreas de especialização e organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

§ 2º O edital definirá as características de cada etapa do concurso público e da formação especializada, bem como os critérios eliminatórios e classificatórios.

§ 3º O concurso público será realizado para provimento efetivo de pessoal no padrão inicial da Classe Inicial de cada Carreira ou para provimento de cargo isolado de provimento efetivo.

§ 4º O ingresso nos cargos de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública dar-se-á unicamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos.

Art. 189. O desenvolvimento do servidor nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública observará, além do disposto nos arts. 171, 174, 176, 179 e 181 desta Lei, os seguintes requisitos:

- I - interstício mínimo de 1 (um) ano entre cada progressão;
- II - avaliação de desempenho;
- III - capacitação; e
- IV - qualificação e experiência profissional.

Parágrafo único. A progressão funcional e a promoção dos servidores que integram o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública deverão ser aprovadas, caso a caso, por comissão criada para esse fim no âmbito do IEC e do CENP.

Art. 190. A estrutura remuneratória dos servidores integrantes das Carreiras referidas no art. 168 desta Lei será composta das seguintes parcelas:

I - no caso dos servidores titulares de cargos de nível superior:

- a) Vencimento Básico;
- b) Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - GDAPIB; e
- c) Retribuição por Titulação - RT; e

II - no caso dos servidores titulares de cargos de níveis intermediário e auxiliar:

- a) Vencimento Básico;
- b) Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - GDAPIB; e
- c) Gratificação por Qualificação - GQ.

Parágrafo único. Os servidores integrantes das Carreiras e cargos de que trata o art. 183 desta Lei não fazem jus à percepção da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata o [Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003](#).

Art. 191. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - GDAPIB, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 167 desta Lei, e aos titulares dos demais cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, a que se refere o art. 184 desta Lei, que optarem pelo enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, nos termos do § 2º do art. 183 desta Lei ou do § 2º do art. 184 desta Lei, conforme o caso.

Parágrafo único. Fazem jus à GDAPIB os servidores não enquadrados nas Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, de que trata o [art. 27 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), em exercício no IEC ou no CENP, em 31 de maio de 2008.

Art. 192. A GDAPIB será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional do IEC e do CENP.

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no IEC e no CENP, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Art. 193. A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no [Anexo CXXIV desta Lei](#).

Parágrafo único. A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Art. 194. Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAPIB.

§ 1º Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDAPIB serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Saúde, respectivamente, observada a legislação vigente.

~~§ 2º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas anualmente em ato do Ministro de Estado da Saúde, respectivamente.~~

§ 2º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Saúde. (Redação dada pela [Lei nº 13.328, de 2016](#))

Art. 195. Os valores a serem pagos a título de GDAPIB serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do [Anexo CXXIV desta Lei](#), observados o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 196. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do [Anexo CXXIV desta Lei](#), conforme disposto no art. 195 desta Lei.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 1º do art. 194 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAPIB.

Art. 197. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAPIB em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2º Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.



Art. 198. Os titulares dos cargos de provimento efetivo pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública em exercício no seu órgão ou entidade de lotação quando investidos em cargos em comissão ou função de confiança farão jus à GDAPIB da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a GDAPIB calculada conforme disposto no art. 195 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a GDAPIB calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput deste artigo será a do órgão ou entidade de lotação do servidor.

Art. 199. Os titulares dos cargos de provimento efetivo pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública quando não se encontrarem em exercício no seu órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDAPIB quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDAPIB com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício em seus órgãos de lotação; e

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes, e perceberão a GDAPIB calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

~~Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput deste artigo será a do órgão ou entidade de lotação do servidor.~~

§ 1º A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será: [\(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016\)](#)

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; [\(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016\)](#)

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou [\(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016\)](#)

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. [\(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016\)](#)

§ 2º A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o **caput** do art. 194 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. [\(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016\)](#)

Art. 200. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAPIB continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 201. O servidor ativo beneficiário da GDAPIB que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do seu órgão ou entidade de lotação.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 202. Para fins de incorporação da GDAPIB aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAPIB será a partir de 1º de julho de 2008, correspondente a 50 (cinquenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor que lhes deu origem; e

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando aos servidores que lhes deram origem, beneficiários da GDAPIB, se aplicar o disposto nos [arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), e o [art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#), aplicar-se-á a pontuação constante do inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na [Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004](#).

Art. 203. A GDAPIB não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 204. Fica instituída a Retribuição por Titulação - RT a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento ou especialização, em conformidade com a classe, padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do [Anexo CXXV desta Lei](#).

§ 1º O título de Doutor, o grau de Mestre e o certificado de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou especialização referidos no caput deste artigo deverão ser compatíveis com as atividades dos órgãos ou entidades onde o servidor estiver lotado.

§ 2º Para fins de percepção da RT referida no caput deste artigo, não serão considerados certificados apenas de frequência.

§ 3º Em nenhuma hipótese o servidor poderá perceber cumulativamente mais de um valor relativo à RT.

§ 4º O servidor de nível superior, titular de cargo de provimento efetivo integrante das Carreiras a que se refere o caput deste artigo que, em 29 de agosto de 2008, estiver percebendo, na forma da legislação vigente até esta data, Adicional de Titulação, passará a perceber a RT de acordo com os valores constantes do [Anexo CXXV desta Lei](#), com base no título ou certificado considerado para fins de concessão do Adicional de Titulação.

§ 5º A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Art. 205. Fica instituída a Gratificação de Qualificação - GQ a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de níveis intermediário e auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de níveis intermediário e auxiliar de desenvolvimento tecnológico, gestão, planejamento e infra-estrutura, quando em efetivo exercício do cargo, de acordo com os valores constantes do [Anexo CXXVI desta Lei](#).

§ 1º Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação que o servidor possua em relação:

I - ao conhecimento dos serviços que lhe são afetos, na sua operacionalização e na sua gestão; e

II - à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos.

II - à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de graduação ou pós-graduação; ou [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

III - à participação em cursos de capacitação ou qualificação profissional. [\(Incluído pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

~~§ 2º Os cursos a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo deverão ser compatíveis com as atividades dos órgãos ou entidades onde o servidor estiver lotado.~~

§ 2º Os cursos a que se referem os incisos II e III do § 1º deverão ser compatíveis com as atividades dos órgãos ou entidades onde o servidor estiver lotado. [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

~~§ 3º Os cursos de Doutorado e Mestrado, para os fins previstos no caput deste artigo, serão considerados somente se credenciados pelo Conselho Federal de Educação e, quando realizados no exterior, revalidados por instituição nacional competente para tanto.~~

~~§ 4º Os titulares de cargos de nível intermediário das Carreiras a que se refere o caput deste artigo somente farão jus ao nível I da GQ se comprovada a participação em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na forma disposta em regulamento.~~

~~§ 5º Para fazer jus aos níveis II e III da GQ, os servidores a que se refere o § 4º deste artigo deverão comprovar a participação em cursos de formação acadêmica, observada no mínimo o nível de graduação, na forma disposta em regulamento.~~

~~§ 6º Os titulares de cargos de nível auxiliar somente farão jus à GQ se comprovada a participação em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, na forma disposta em regulamento.~~

~~§ 7º O regulamento disporá sobre as modalidades de curso a serem consideradas, a carga horária mínima para fins de equiparação de cursos, as situações específicas em que serão permitidas a acumulação de cargas horárias de diversos cursos para o atingimento da carga horária mínima a que se referem os §§ 3º e 4º deste artigo, os critérios para atribuição de cada nível de GQ e os procedimentos gerais para concessão da referida gratificação, observadas as disposições desta Lei.~~

§ 4º Para fins de percepção da GQ pelos titulares de cargos de nível intermediário das Carreiras a que se refere o **caput**, aplicam-se as seguintes disposições: [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

I - para fazer jus ao nível I da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, na forma disposta em regulamento; [\(Incluído pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

II - para fazer jus ao nível II da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 250 (duzentas e cinquenta) horas, na forma disposta em regulamento; e [\(Incluído pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

III - para fazer jus ao nível III da GQ, o servidor deverá comprovar a conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, ou de curso de graduação ou pós-graduação, na forma disposta em regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

§ 5º Os titulares de cargos de nível auxiliar somente farão jus à GQ se comprovada a participação em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, ou curso de graduação ou pós-graduação, na forma disposta em regulamento. [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

§ 6º O regulamento disporá sobre as modalidades de curso a serem consideradas, as situações específicas em que serão permitidas a acumulação de cargas horárias de cursos para o atingimento da carga horária mínima e os procedimentos gerais para concessão da referida gratificação, observadas as disposições desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

§ 7º A GQ somente integrará os cálculos de proventos de aposentadorias e pensões quando os certificados considerados para a sua concessão forem obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão, e sua percepção observará o regramento do regime previdenciário aplicável ao servidor, sem prejuízo do disposto nos regimes previdenciários de que tratam as [Leis nos 10.887, de 18 de junho de 2004](#), e [12.618, de 30 de abril de 2012](#). [\(Redação dada pela Lei nº 12.778, de 2012\)](#)

Art. 206. O servidor de nível intermediário ou auxiliar, titular de cargo de provimento efetivo integrante das Carreiras a que se refere o caput do art. 192 desta Lei que em 29 de agosto de 2008 estiver percebendo, na forma da legislação vigente até esta data, adicional de titulação passará a perceber a GQ da seguinte forma:

I - o possuidor de certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de aperfeiçoamento ou especialização receberá a GQ em valor correspondente ao Nível de Capacitação I, de acordo com os valores constantes do [Anexo CXXVI desta Lei](#); e

II - o portador do título de Doutor ou grau de Mestre perceberá a GQ em valor correspondente aos Níveis de Capacitação II e III, respectivamente, de acordo com os valores constantes do [Anexo CXXVI desta Lei](#);

II - o portador do grau de Mestre ou título de Doutor perceberá a GQ em valor correspondente aos Níveis de Capacitação II e III, respectivamente, de acordo com os valores constantes do Anexo CXXVI desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 479, de 2009\)](#)

II - o portador do grau de Mestre ou título de Doutor perceberá a GQ em valor correspondente aos Níveis de Capacitação II e III, respectivamente, de acordo com os valores constantes do Anexo CXXVI desta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010\)](#)

§ 1º Em nenhuma hipótese, a GQ a que se refere o art. 205 desta Lei poderá ser percebida cumulativamente com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação.

§ 2º Aplica-se aos aposentados e pensionistas o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 3º A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Art. 207. Os servidores ocupantes de cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública quando possuidores de título de Doutor ou de habilitação equivalente poderão, após cada período de 7 (sete) anos de efetivo exercício de atividades no IEC ou no CENP, requerer até 6 (seis) meses de licença sabática para aperfeiçoamento profissional, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo.

§ 1º A concessão da licença sabática tem por fim permitir o afastamento do servidor de que trata o caput deste artigo para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional e far-se-á de acordo com normas estabelecidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Para cada período de licença sabática solicitado, independentemente da sua duração, far-se-á necessária a apresentação de plano de trabalho, bem como de relatório final, conforme disposto no regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º A aprovação da licença sabática dependerá de recomendação favorável de comissão competente, especificamente constituída para essa finalidade, no âmbito do IEC e do CENP, respectivamente.

§ 4º A licença para capacitação de que tratam o [inciso V do caput do art. 81](#) e o [art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), não se aplica aos servidores a que se refere o caput deste artigo.

Art. 208. É de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 29 de agosto de 2008, o prazo para que o IEC e o CENP, respectivamente, elaborem o seu plano de desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 209. É vedada a redistribuição de servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, bem como a redistribuição de outros servidores para o IEC e o CENP, a partir de 29 de agosto de 2008.

Art. 210. Ficam criados no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde:

I - 61 (sessenta e um) cargos de Pesquisador em Saúde Pública da Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

II - 21 (vinte e um) cargos de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde;

III - 61 (sessenta e um) cargos de Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

IV - 160 (cento e sessenta) cargos de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

V - 127 (cento e vinte sete) cargos de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública;

VI - 30 (trinta) cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

Art. 211. Os servidores mencionados no [art. 27 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#), lotados no IEC ou no CENP em 31 de maio de 2008 permanecerão em seus atuais Planos de Classificação de Cargos, fazendo jus, contudo, a todas as vantagens pecuniárias do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

Parágrafo único. Os servidores referidos no caput deste artigo deverão, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, manifestar a sua opção pelas vantagens do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, sem o que permanecerão fazendo jus às vantagens pecuniárias do Plano de Carreiras de que trata o [Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993](#).

Art. 212. Fica criado o Comitê Gestor do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - CGPCPIB, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, com a finalidade de acompanhar, assessorar e avaliar a implementação e o desenvolvimento do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, cabendo-lhe, em especial:

I - propor normas regulamentadoras relativas a diretrizes gerais, ingresso, promoção, progressão, capacitação e avaliação de desempenho;

II - acompanhar a implementação do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e propor, quando for o caso, as alterações julgadas pertinentes;

III - analisar as propostas de lotação necessária de pessoal do IEC e do CENP; e

IV - examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, encaminhando-os à apreciação dos órgãos competentes.

Parágrafo único. O IEC e o CENP instituirão, respectivamente, Comissão Interna de Desenvolvimento do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, com a participação das entidades representativas dos servidores, com objetivo de acompanhar, orientar e avaliar a implementação do Plano de Carreiras e Cargos criado pelo art. 167 desta Lei e propor alterações ao CGPCPIB, com vistas ao aperfeiçoamento do Plano, se for o caso.

Art. 213. O CGPCPIB será constituído por 7 (sete) membros, sendo 2 (dois) representantes do Ministério da Saúde, 2 (dois) representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e 3 (três) representantes do IEC e do CENP, sendo 1 (um) da entidade representativa dos servidores.

§ 1º Os membros do CGPCPIB serão designados em portaria interministerial dos Ministros de Estado da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º A forma de indicação e a duração do mandato dos membros do CGPCPIB serão definidas em regulamento.

§ 3º O exercício de mandato no CGPCPIB é considerado de relevante interesse público.

### Seção XXX

#### Do Quadro de Pessoal da AGU

Art. 214. Os arts. 2º, 3º e 5º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das Carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU.

§ 1º A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 2º A GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 3º A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2º deste artigo será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

.....

**§ 6º** Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3º deste artigo os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei.

**§ 7º** .....

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a GDAA calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na AGU; e

II - quando cedido para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I deste parágrafo e investido em cargos de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes,

## ANEXO CXVII

## CARGOS DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE PESQUISA E

## INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA EM SAÚDE PÚBLICA

## a) Cargos de Pesquisador em Saúde Pública da Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

CARGO	CLASSE	PADRÃO
		III
	TITULAR	II
		I
		III
Pesquisador em Saúde Pública da	ASSOCIADO	II
Carreira de Pesquisa e Investigação		I
Biomédica em Saúde Pública		III
	ADJUNTO	II
		I
	ASSISTENTE	III
	DE PESQUISA	II
		I

## b) Cargos de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e Cargos de Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública:

CARGO	CLASSE	PADRÃO
		III
Tecnologista em Pesquisa e	SÊNIOR	II
Investigação Biomédica da Carreira		I
de Desenvolvimento Tecnológico		III
em Pesquisa e Investigação	PLENO 3	II
Biomédica em Saúde Pública		I
		III
	PLENO 2	II
Analista de Gestão em		I
Pesquisa e Investigação		III
Biomédica da Carreira de	PLENO 1	II
Gestão em Pesquisa e Investigação		I
Biomédica em Saúde Pública		III
	JÚNIOR	II
		I

## c) Cargos de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Especialista em Pesquisa e		
Investigação Biomédica em	ÚNICA	ÚNICO
Saúde Pública		

## d) Cargos de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e Cargos de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

CARGO	CLASSE	PADRÃO
	TÉCNICO 3	III
		II
Técnico em Pesquisa e Investigação	ASSISTENTE 3	I
Biomédica da Carreira de Suporte		VI
Técnico em Pesquisa e Investigação	TÉCNICO 2	V
Biomédica em Saúde Pública		IV
		III
	ASSISTENTE 2	II
Assistente Técnico de Gestão em		I
Pesquisa e Investigação Biomédica		VI
da Carreira de Suporte à Gestão em	TÉCNICO 1	V

Pesquisa e Investigação Biomédica		IV
em Saúde Pública		III
	ASSISTENTE 1	II
		I

e) Cargos de Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

CARGO	CLASSE	PADRÃO
		VI
		V
	AUXILIAR 2	IV
		III
		II
AUXILIAR		I
		VI
		V
	AUXILIAR 1	IV
		III
		II
		I

f) Cargos de nível superior e intermediário do Plano

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
		III
	ESPECIAL	II
		I
		VI
		V
	C	IV
		III
Cargos efetivos de níveis superior e		II
intermediário do Plano de Carreiras e		I
Cargos de Pesquisa e Investigação		VI
Biomédica em Saúde Pública		V
	B	IV
		III
		II
		I
		V
		IV
	A	III
		II
		I

g) Cargos de nível auxiliar do Plano

CARGOS	CLASSE	PADRÃO
Cargos efetivos de nível auxiliar do Plano de		III
Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação	ESPECIAL	II
Biomédica em Saúde Pública		I

#### ANEXO CXVIII

#### TABELAS DE CORRELAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA EM SAÚDE PÚBLICA

a) Cargos de Pesquisador em Saúde Pública da Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
		III	III		
	TITULAR	II	II	TITULAR	Pesquisador

		I	I		em
Pesquisador da		III	III		Saúde Pública
Carreira de Pesquisa	ASSOCIADO	II	II	ASSOCIADO	da Carreira
em Ciência e		I	I		de Pesquisa
Tecnologia		III	III		e Investigação
	ADJUNTO	II	II	ADJUNTO	Biomédica em
		I	I		Saúde Pública
	ASSISTENTE	III	III	ASSISTENTE	
	DE PESQUISA	II	II	DE PESQUISA	
		I	I		

b) Cargos de Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e Cargos de Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
		III	III		
Tecnologista da	SÊNIOR	II	II	SÊNIOR	Tecnologista em Pesquisa
Carreira		I	I		e Investigação Biomédica
de Desenvolvimento		III	III		da Carreira de Desenvolvimento
Tecnológico	PLENO 3	II	II	PLENO 3	Tecnológico em Pesquisa
		I	I		e Investigação Biomédica
Analista em		III	III		em Saúde Pública
Ciência e	PLENO 2	II	II	PLENO 2	
Tecnologia		I	I		Analista de Gestão em
Carreira de Gestão,		III	III		Pesquisa e Investigação
Planejamento e	PLENO 1	II	II	PLENO 1	Biomédica da Carreira de
Infra-Estrutura em		I	I		Gestão em Pesquisa
Ciência e		III	III		e Investigação Biomédica
Tecnologia	JÚNIOR	II	II	JÚNIOR	em Saúde Pública
		I	I		

c) Cargos de Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública e Cargos de Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica da Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGOS	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGOS
	TÉCNICO 3	III	III	TÉCNICO 3	
	ASSISTENTE 3	II	II	ASSISTENTE 3	Técnico em
		I	I		Pesquisa e
		VI	VI		Investigação
					Biomédica da
		V	V		Carreira de
Técnico da Carreira de					Suporte Técnico
Desenvolvimento	TÉCNICO 2	IV	IV	TÉCNICO 2	em Pesquisa e
Tecnológico					Investigação
	ASSISTENTE 2	III	III	ASSISTENTE 2	Biomédica em
					Saúde Pública
		II	II		
					Assistente
Assistente em Ciência		I	I		Técnico
e Tecnologia da					de Gestão em
Carreira de Gestão,		VI	VI		Pesquisa e
Planejamento e Infra-					Investigação
Estrutura em Ciência e		V	V		Biomédica da
Tecnologia					Carreira de
	TÉCNICO 1	IV	IV	TÉCNICO 1	Suporte
					à Gestão em



	ASSISTENTE 1	III	III	ASSISTENTE 1	Pesquisa e
					Investigação
		II	II		Biomédica em
					Saúde Pública
		I	I		

d) Cargos de Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	CARGO
		VI	VI		
		V	V		Auxiliar em Pesquisa e
Auxiliar em Ciência	AUXILIAR 2	IV	IV	AUXILIAR 2	Investigação
e Tecnologia da		III	III		Biomédica em Saúde
Carreira de Gestão,		II	II		Pública da Carreira de
Planejamento e		I	I		Gestão, Planejamento
Infra-Estrutura em		VI	VI		e Infra-Estrutura em
Ciência e		V	V		Pesquisa e
Tecnologia	AUXILIAR 1	IV	IV	AUXILIAR 1	Investigação
		III	III		Biomédica em Saúde
		II	II		Pública
		I	I		

ANEXO CXIX

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA EM			
SAÚDE PÚBLICA			
Nome:	Cidade:		Cargo:
Matrícula SIAPE:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:	
-	-	-	-
-	Cidade:	Estado:	
-	-	-	-
Servidor ativo ( ) Aposentado ( ) Pensionista ( )			
-	-	-	-
Venho, nos termos do § 2º do art. 185 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, optar pelo			
enquadramento no Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública:			
-	-	-	-
-	-	-	-
Local e data: ____/____/____			
-	-	-	-
Assinatura			
-	-	-	-
Recebido em: ____/____/____			
-	-	-	-
Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração			
Federal – SIPEG			

ANEXO CXIX

(Redação dada pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

TERMO DE OPÇÃO

PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA EM SAÚDE PÚBLICA		
Nome:	Cidade:	
Matrícula SIAPE:	Unidade de Lotação:	Unidade Pagadora:
-	Cidade:	Estado:
-	-	-
Servidor ativo ( ) Aposentado ( ) Pensionista ( )		
-	-	-

## **Anexo II - Planejamento estrategico IEC 2024-2027.pdf**

**SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E AMBIENTE****INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

PORTARIAS IEC DE 02 DE JANEIRO DE 2024

O Diretor Substituto do Instituto Evandro Chagas, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, designado mediante a Portaria SAA/MS nº 257, de 27 de fevereiro de 2023, publicada no DOU nº 45 em 07/03/2023, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 1.041, de 30.10.09, publicada no DOU de 03.11.2009, resolve:

**N.º 001** - Art. 1º- Instituir, no âmbito do Instituto Evandro Chagas, o presente Planejamento Estratégico, conforme Anexo, parte integrante desta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (NUP: 25209.005406/2023-78)

## ANEXO

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

## 1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Evandro Chagas (IEC), órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), do Ministério da Saúde (MS), inaugurado em 1936, possui sede atual no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém, estado do Pará, e desde a sua criação se destaca nacional e internacionalmente no desenvolvimento de estudos e investigações em saúde pública nas áreas de ciências biológicas e da saúde, meio ambiente e medicina tropical, atuando continuamente na produção e disseminação do conhecimento técnico-científico e no fornecimento de tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O IEC se apoia sobre os pilares da Vigilância em Saúde e Ambiente, Pesquisa e Desenvolvimento, Ensino e Inovação, e reúne oito grandes áreas temáticas: Arbovirologia e Febres Hemorrágicas, Bacteriologia e Micologia, Criação e Produção de Animais de Laboratório, Hepatologia, Meio Ambiente, Patologia, Parasitologia e Virologia.

Para garantir o cumprimento de sua missão institucional “Atuar em pesquisa científica, apoio à vigilância e ensino, para produção, disseminação e divulgação de conhecimentos e inovações tecnológicas que subsidiem políticas públicas de saúde” o IEC começou no 1º semestre de 2023 a realizar as atividades de seu Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo de 2024/2027, este documento contém a Identidade Estratégica, os Temas, os Objetivos e os Projetos Estratégicos, com seus respectivos gestores.

## 2. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

2.1 VISÃO - Ser uma instituição pública reconhecida nos âmbitos nacional e internacional na melhoria da saúde da população, por meio da pesquisa científica, ensino e produção do conhecimento.

2.2 MISSÃO - Atuar em pesquisa científica, apoio à vigilância e ensino, para produção, disseminação e divulgação de conhecimentos e inovações tecnológicas que subsidiem políticas públicas de saúde

2.3 VALORES – Inovação; Comprometimento; Empatia; Transparência; Ética; Eficiência e Efetividade; Sinergia; Sustentabilidade.

## 3. TEMAS ESTRATÉGICOS

## 3.1 Temas da área finalística

## 3.1.1 Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

## 3.1.2 Vigilância em saúde e ambiente

## 3.1.3 Ensino

## 3.1.4 Inovação e transferência de conhecimento

## 3.2 Temas da área de governança

## 3.2.1 Desenvolvimento institucional

## 3.2.2 Integridade institucional

## 3.2.3 Articulação e imagem

## 3.3 Temas da área de suporte

## 3.3.1 Pessoas

## 3.3.2 Tecnologias da informação e comunicação

## 3.3.3 Conhecimento e memória

## 3.3.4 Eficiência logística

## 3.3.5 Biossegurança e qualidade

## 3.3.6 Parque tecnológico e insumos para pesquisa

## 4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1 - Ob1 - Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas com enfoque na vigilância em saúde e ambiente para promoção de políticas públicas.

4.2 - Ob2 - Consolidar e ampliar competências em ciência, tecnologia e inovação relacionadas a saúde pública e ambiente com enfoque na região amazônica.

4.3 - Ob3 - Fortalecer a atuação do IEC na predição e na prevenção de doenças e agravos para a elevação da cobertura em vigilância em saúde e ambiente

4.4 - Ob4 - Ampliar a abrangência da pesquisa e vigilância em saúde e ambiente

4.5 - Ob5 - Formar pessoas de alta performance para atuação técnica, científica e tecnológica em saúde pública

4.6 - Ob6 - Implantar a Gestão da Inovação Científica e Tecnológica

4.7 - Ob7 - Promover o desenvolvimento institucional com base na estratégia e otimização dos recursos

4.8 - Ob8 - Fortalecer a governança por meio da Ética, Transparência e da participação social

4.9 - Ob9 - Aprimorar e ampliar a comunicação e o relacionamento institucional junto à sociedade e governo

4.10 - Ob10 - Fortalecer ampliar parcerias para a pesquisa, vigilância, ensino e inovação

4.11 - Ob11 - Fortalecer equipes diversificadas de alta performance individual e coletiva

4.12 - Ob12 - Instituir ações e comportamentos que fortaleçam a cultura de cooperação, resultados e qualidade de vida

4.13 - Ob13 - Ter as melhores soluções, infraestrutura e tecnologias da comunicação e informação

4.14 - Ob14 - Desenvolver a gestão da informação, do conhecimento e da memória

4.15 - Ob15 - Aprimorar a gestão da logística pública

4.16 - Ob16 - Implementar um sistema de gestão da qualidade e biossegurança integrado e único

4.17 - Ob17 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para Pesquisa, Vigilância, Ensino Inovação

4.18 - Ob18 - Otimizar o uso do Biobanco, Coleções e Insumos para a pesquisa, vigilância, Ensino e Inovações tecnológicas

## 5. PROJETOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

5.1 PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA PACIENTES GRÁVIDAS QUE SOFRERAM ABORTO ESPONTÂNEO POR DOENÇAS INFECCIOSAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA MATERNO-INFANTIL NO ESTADO DO PARÁ

5.2 LANÇAMENTO DO EDITAL DE FOMENTO A PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS

5.3 DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES DE COMPONENTES COM POSSÍVEL AÇÃO FARMACOLÓGICA A PARTIR DE EXTRATOS VEGETAIS E/OU MOLÉCULAS ISOLADAS DE COMPOSTOS NATURAIS

5.4 IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDICINA DO VIAJANTE E MIGRANTE

5.5 REESTRUTURAÇÃO DO CIEVS

5.6 APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IEC

5.7 MAPEAMENTO DAS TECNOLOGIAS DAS SEÇÕES CIENTÍFICAS DO IEC

5.8 PROGRAMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO IEC 2024/2027

- 5.9 IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS DE INTEGRIDADE, AUDITORIA E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO
- 5.10 IEC: RUMO AOS 90 ANOS
- 5.11 IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
- 5.12 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS
- 5.13 IMPLANTAÇÃO DO PGD
- 5.14 FORTALECIMENTO DA TIC
- 5.15 DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA PRODUZIDA NA AMAZÔNIA
- 5.16 PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL
- 5.17 IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO IEC
- 5.18 UNIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE E BIOSSEGURANÇA
- 5.19 DESENVOLVIMENTO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE BIOENSAIOS, CRIAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DE ANIMAIS
- 5.20 COLEÇÕES BIOLÓGICAS DO IEC

N.º 002 - Art. 1º- Designar, como Gestores de Projetos Estratégicos Institucionais, os servidores abaixo relacionados:	
PROJETO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	GESTOR DE PROJETO/SIAPE
PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA PACIENTES GRÁVIDAS QUE SOFRERAM ABORTO ESPONTÂNEO POR DOENÇAS INFECCIOSAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA MATERNO-INFANTIL NO ESTADO DO PARÁ	ELIANA VIEIRA PINTO DA SILVA - SIAPE 25000-1324980
LANÇAMENTO DO EDITAL DE FOMENTO A PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS	RAFAELA DOS ANJOS PINHEIRO BOGOEVICH MORAIS - SIAPE 25000-1904901
DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES DE COMPONENTES COM POSSÍVEL AÇÃO FARMACOLÓGICA A PARTIR DE EXTRATOS VEGETAIS E/OU MOLÉCULAS ISOLADAS DE COMPOSTOS NATURAIS	ANA LUCIA MONTEIRO WANZELLER - SIAPE 25000-1299153
IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDICINA DO VIAJANTE E MIGRANTE	TANIA DO SOCORRO SOUZA CHAVES - SIAPE 25000-1903468
REESTRTURAÇÃO DO CIEVS	ANA YECE DAS NEVES PINTO - SIAPE 25000-2903481
	CONSUELO SILVA DE OLIVEIRA - SIAPE 25000-0563716
	IGOR BRASIL COSTA - SIAPE 25000-1903177
APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IEC	ALLEN LEONARDO CARDOSO MACEDO - SIAPE 25000-1999459
MAPEAMENTO DAS TECNOLOGIAS DAS SEÇÕES CIENTÍFICAS DO IEC	NELSON DUARTE FARO JUNIOR - SIAPE 25000-1700083
PROGRAMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO IEC 2024/2027	JORGE ARMANDO GOMES MONTEIRO – SIAPE 25000-1904622
IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS DE INTEGRIDADE, AUDITORIA E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO	KELVIN SANTOS DE SOUZA - SIAPE 25000-1700038
IEC: RUMO AOS 90 ANOS	VANESSA ALCANTARA DA SILVA CAMPELO - SIAPE 25000-2002038
IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	JOAO BATISTA MARQUES PEREIRA - SIAPE 25000-1351188
MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS	FRANCISCO ELIELSON SOUSA OLIVEIRA - SIAPE 25000-2018386
IMPLANTAÇÃO DO PGD	CASSIA MARIA CARNEIRO KAHWAGE - SIAPE 25000-1718237
FORTALECIMENTO DA TIC	ISABELLA MARIA ALMEIDA MATEUS - SIAPE 25000-2024754
DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA PRODUZIDA NA AMAZÔNIA	GISELLE SANTOS SILVA - SIAPE 25000-2027693
PRESERVAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	ROGERIO CALDEIRA MAGALHAES - SIAPE 25000-1425184
IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO IEC	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS - SIAPE 25000-1635484
UNIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE E BIOSSEGURANÇA	LOURDES MARIA GARCEZ DOS SANTOS - SIAPE 25000-1999419
DESENVOLVIMENTO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE BIOENSAIOS, CRIAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DE ANIMAIS	SILVIA HELENA MARQUES DA SILVA - SIAPE 25000-1908007
COLEÇÕES BIOLÓGICAS DO IEC	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.  
(NUP: 25209.005406/2023-78)

## **Anexo III - Convenção\_SEAC\_X\_SINELPA\_2023.pdf**

Imprimir

Salvar

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PA000095/2023  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 24/02/2023  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR066750/2022  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13620.100338/2023-18  
**DATA DO PROTOCOLO:** 17/02/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO LIMPEZA E CONSERVACAO AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC, CNPJ n. 04.697.124/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BRUNO MOREIRA FERREIRA;

E

SIND DOS TRAB DE EMP DE A CONS HIG LIMP E SIM DO EST PA, CNPJ n. 05.046.362/0001-37, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). FRANCISCO DE SOUSA BARROS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS**, com abrangência territorial em Abaetetuba/PA, Abel Figueiredo/PA, Acará/PA, Afuá/PA, Alenquer/PA, Almeirim/PA, Altamira/PA, Anajás/PA, Ananindeua/PA, Anapu/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora do Pará/PA, Aveiro/PA, Bagre/PA, Baião/PA, Bannach/PA, Barcarena/PA, Belém/PA, Belterra/PA, Benevides/PA, Bonito/PA, Bragança/PA, Brasil Novo/PA, Brejo Grande do Araguaia/PA, Breu Branco/PA, Breves/PA, Bujaru/PA, Cachoeira do Arari/PA, Cachoeira do Piriá/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Capitão Poço/PA, Castanhal/PA, Chaves/PA, Colares/PA, Concórdia do Pará/PA, Curralinho/PA, Curuá/PA, Curuçá/PA, Dom Eliseu/PA, Faro/PA, Floresta do Araguaia/PA, Garrafão do Norte/PA, Goianésia do Pará/PA, Gurupá/PA, Igarapé-Açu/PA, Igarapé-Miri/PA, Inhangapi/PA, Ipixuna do Pará/PA, Irituia/PA, Itaituba/PA, Itupiranga/PA, Jacareacanga/PA, Juruti/PA, Limoeiro do Ajuru/PA, Mãe do Rio/PA, Magalhães Barata/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Marituba/PA, Medicilândia/PA, Melgaço/PA, Mocajuba/PA, Moju/PA, Mojuí dos Campos/PA, Monte Alegre/PA, Muná/PA, Nova Esperança do Piriá/PA, Nova Timboteua/PA, Novo Progresso/PA, Novo Repartimento/PA, Óbidos/PA, Oeiras do Pará/PA, Oriximiná/PA, Ourém/PA, Pacajá/PA, Palestina do Pará/PA, Paragominas/PA, Pau D'Arco/PA, Peixe-Boi/PA, Placas/PA, Ponta de Pedras/PA, Portel/PA, Porto de Moz/PA, Prainha/PA, Primavera/PA, Quatipuru/PA, Rurópolis/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara do Pará/PA, Santa Cruz do Arari/PA, Santa Izabel do Pará/PA, Santa Luzia do Pará/PA, Santa Maria das Barreiras/PA, Santa Maria do Pará/PA, Santana do Araguaia/PA, Santarém Novo/PA, Santarém/PA, Santo Antônio do Tauá/PA, São Caetano de Odivelas/PA, São Domingos do Capim/PA, São Francisco do Pará/PA, São João da Ponta/PA, São João de Pirabas/PA, São Miguel do Guamá/PA, São Sebastião da Boa Vista/PA, Senador José Porfírio/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Terra Alta/PA, Terra Santa/PA, Tomé-Açu/PA, Tracuateua/PA, Trairão/PA, Tucuruí/PA, Ulianópolis/PA, Uruará/PA, Vigia/PA, Viseu/PA e Vitória do Xingu/PA.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**



## PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão remunerar seus trabalhadores com salário inferior ao valor do piso mínimo estabelecido nesta Cláusula, que é de **R\$1.399,20 (hum mil, trezentos e noventa e nove reais, vinte centavos)** vigente a partir de **1º de janeiro de 2023**, compreendendo a mão de obra discriminada no Anexo I (Tabela salarial), que é parte integrante desta Norma Coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** Na categoria Operador de Máquinas Leves serão enquadrados os trabalhadores que executarem suas tarefas diárias utilizando como instrumento de trabalho **micro trator e moto serra**, desde que execute os referidos serviços pelo menos 03 (três) vezes na semana, durante o tempo integral da jornada e de forma contínua.

**Parágrafo Segundo:** As atividades profissionais de controle de pragas estão descritas no Anexo I (Tabela salarial), que é parte integrante da Norma Coletiva.

**Parágrafo Terceiro:** Somente será admitida a possibilidade de equiparação salarial, quando o trabalhador paradigma estiver prestando serviços ao mesmo tomador e nas mesmas instalações físicas e sob regime de mesmo contrato comercial ou administrativo.

**Parágrafo Quarto:** Qualquer redução de remuneração ou retirada de benefícios não previstos nesta Convenção Coletiva, em função da cessação de suas concessões, por mera liberalidade do tomador de serviços, por alteração do contrato comercial ou administrativo, ou por mudança de local de prestação de serviços, não consistirá em redução salarial ou descumprimento desta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quinto:** As diferenças de remunerações, retroativas à data base deverão ser quitadas em até 30 (trinta) dias após a data de deferimento do registro da presente Norma Coletiva.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas concederão aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, em 1º de janeiro de 2023, um reajuste de **5,93%** a ser aplicado aos pisos salariais vigentes até 31 de dezembro de 2022.

**Parágrafo Único:** Não estão incluídos nos reajustes salariais desta cláusula os trabalhadores que desempenharem **cargos administrativos ou de confiança** na atividade meio das empresas, ou que não possuam nenhuma similitude com os cargos da categoria profissional elencados na tabela constante do Anexo I, deste instrumento ou ainda, se elencados, estejam sendo remunerados em valores acima do piso normativo vigente no mês de dezembro do ano de 2022, ficando, assim, as empresas, livres para aplicar o reajuste salarial que lhes convier, observadas as limitações de cada uma das empresas, não sendo, em absoluto, aplicados os índices neste instrumento pactuados, à íntegra, de forma obrigatória, mas **por livre negociação entre as partes**.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento da remuneração mensal, férias, 13º salário e seus adiantamentos, assim como qualquer outro pagamento devido ao trabalhador, dar-se-á obrigatoriamente através de depósito bancário em conta salário do trabalhador ou aquela formalmente indicada pelo mesmo, através de vale postal ou ordem bancária.

a - A despesa da remessa postal, de depósito na conta bancária do trabalhador ou da ordem bancária será de responsabilidade da empresa;

b - A data de pagamento, para todos os efeitos legais, será sempre a do crédito na conta corrente do trabalhador, independentemente da forma como se dê o pagamento bancário;

c - As empresas se obrigam a fornecer cópia dos comprovantes dos pagamentos efetuados na forma desta cláusula, no prazo de 10 (dez) dias corridos da data do recebimento da notificação assinada pela Comissão de Auto Constatação - CAC.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento mensal dos salários dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao do mês de referência, excluindo-se na contagem desse prazo, para todos os efeitos, os sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo Segundo:** Para os novos contratos e admissão, o prazo para cumprimento do disposto nesta Cláusula será a partir do segundo mês de vigência do mesmo.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecida multa em valor equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria, por trabalhador, por mês, em caso de descumprimento das obrigações dispostas no *caput* desta cláusula, a ser revertida às entidades signatárias, na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada.

**Parágrafo Quarto:** As despesas com taxas bancárias debitadas nas contas correntes indicadas pelo trabalhador ou como resultado da conversão da conta salário em conta corrente serão de exclusiva responsabilidade do trabalhador, vez que tanto a indicação da conta corrente, quanto à conversão da conta salário para corrente são atos unilaterais de exclusiva responsabilidade do trabalhador.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA SEXTA - BENEFÍCIOS SOCIAIS CONCEDIDOS

As empresas poderão, por opção unilateral de cada uma do setor, se desejarem, para implementar a presente medida, descontar do salário de seus trabalhadores, quando formal, expressa e necessariamente autorizadas por estes, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da remuneração mensal percebida, incluindo férias, 13º salário e verbas rescisórias, o valor correspondente aos benefícios sociais que vierem a conceder, tais como: Alimentação, Vale-Supermercado, Remédios, Parcelamento de Aquisição de Bens de Consumo ou Imóveis, etc., observados os limites legais de cada caso, não se constituindo, essa concessão, em percepção de salário *in natura*.

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

### CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constem as parcelas que forem recebidas e deduzidas: salários, horas extras, comissões, adicionais, descontos especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem a remuneração.

### CLÁUSULA OITAVA - VERBAS SUPLEMENTARES E ADICIONAIS

Integrarão a remuneração, para cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias, a média dos últimos 12 (doze) meses dos valores pagos habitualmente a título de adicionais legais, serviço suplementar, sobreaviso, salário variável e demais verbas, desde que classificadas como verbas de natureza remuneratória, na forma dos Arts. 457 e 458, da CLT.

### CLÁUSULA NONA - DIAS SEM TRABALHO/PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Fica assegurado o pagamento dos salários dos dias sem trabalho no posto do tomador dos serviços, decorrentes de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, que impeçam a execução do trabalho, devendo o trabalhador ficar à disposição do empregador onde este determinar.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - HORAS EXTRAS**

As horas extras, quando efetivamente trabalhadas como hora especial de trabalho, serão acrescidas de **50%** sobre o valor da hora normal.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE TRABALHO NOTURNO**

Em qualquer escala prevista neste instrumento, laborada em período noturno, o adicional noturno será computado a partir de 22h00 até às 05:00 horas, nos termos do Art. 59-A, parágrafo único, da CLT.

**Parágrafo Único:** O adicional noturno será acrescido do DSR - Descanso Semanal Remunerado, calculado e pago à base de 1/6 sobre o valor correspondente.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.LIMPEZA DE BANHEIRO.LIXO URBANO**

A limpeza e recolhimento de lixo doméstico em banheiros do escritório e da área de produção não pode ser considerada atividade insalubre, **a não ser quando constatada por laudo pericial**, porque não se encontra dentre as classificadas como lixo urbano, nos termos da Portaria do Ministério do Trabalho (item II da Orientação Jurisprudencial 4 da SBDI-1, que, em sua nova redação, incorporou a OJ 170 da SBDI-1).

Será concedido aos trabalhadores relacionados no Anexo I, desta norma coletiva, um adicional de insalubridade, calculado sobre o Piso Salarial da categoria, que é de **R\$1.399,20 (hum mil, trezentos e noventa e nove reais, vinte centavos)**, quando desenvolverem seus labores em locais considerados insalubres, sendo seus percentuais definidos por laudo técnico a ser expedido antes do início da prestação de serviços e atualizado anualmente.

**Parágrafo Primeiro:** Nos locais onde o trabalhador recebe o adicional de insalubridade, inclusive em caso de sucessão de contrato, o mesmo só poderá deixar de receber o respectivo percentual em caso de prévio laudo pericial expedido por engenheiro de segurança no trabalho, na forma do inciso XII, do Art. 611-A, da CLT.

**Parágrafo Segundo:** Será devido 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, grau máximo, para os trabalhadores, inclusive maqueiros, que desenvolvam suas atividades em hospitais nas áreas de: a) consultórios e enfermarias, onde haja tratamento, atendimento ou transporte de pacientes portadores de HIV e Tuberculose; b) sala de cirurgias; b) UTI's; c) áreas de isolamento; d) pronto socorro de alta complexidade; e) necrotério e expurgo; e f) farmácias onde haja entrega manual e direta de medicamentos a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE HORA EXTRA REDUZIDA NOTURNO**

Quando a jornada for realizada em expediente noturno, será pago pelo horário noturno reduzido, período compreendido exclusivamente entre 22h00 de um dia e 05h00 horas do dia seguinte, 01 (uma) hora extra e 07 (sete) horas acrescidas do adicional noturno, por cada noite trabalhada, ambos acrescidos do descanso semanal remunerado - DSR, a base de 1/6 (um sexto) sobre os respectivos valores, ficando, neste caso, vedada a compensação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FERIADO TRABALHADO - PAGAMENTO EM DOBRO**

Fica assegurado a remuneração em dobro dos feriados trabalhados,

- 01) 01 de janeiro - Confraternização universal
- 02) Sexta-feira Santa,
- 03) 21 de abril – Tiradentes,
- 04) 01 de maio - Dia do Trabalho,
- 05) Corpus Christi
- 06) 15 de agosto - Adesão do Grão-Pará à independência do Brasil,
- 07) 07 de setembro - Independência do Brasil,
- 08) 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida,
- 09) 02 de novembro – Finados,
- 10) 15 de novembro - Proclamação da República,
- 11) 08 de dezembro - Nossa Senhora da Conceição, nas localidades onde for decretado,
- 12) 25 de dezembro – Natal

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será efetuado considerando a quantidade de horas que o trabalhador trabalhou no decorrer das 24h do dia do feriado.

**Parágrafo Segundo:** O disposto nesta cláusula não se aplica aos trabalhadores submetidos à jornada de 12 horas trabalhadas, por 36 horas ininterruptas de repouso, nos termos do disposto, no Parágrafo Único, do Art. 59-A da CLT

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TICKET ALIMENTAÇÃO/ CARTÃO REFEIÇÃO**

As empresas concederão a partir de **01 janeiro de 2023**, a todos os integrantes da categoria profissional com jornada igual ou superior a **06 (seis) horas diárias**, o Vale Alimentação ou ticket alimentação no valor de **R\$25,00 (vinte e cinco reais)** por cada dia efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o **10º (Décimo) dia de cada mês**.

**Parágrafo Primeiro:** Para os integrantes da categoria profissional com jornada igual ou superior a 04 (quatro) horas e inferior a 06 (seis) horas que utilizarem regime de trabalho por tempo parcial, na forma do Art. 58-A, da CLT, as partes convenientes ajustam que receberão 'ticket', cartão refeição ou alimentação no valor **R\$ 12,50 (doze reais, cinquenta centavos)**, por dia trabalhado.

**Parágrafo Segundo:** Para os integrantes da categoria profissional que trabalham aos sábados com **jornada igual ou superior a 04 (quatro) horas e inferior a 06 (seis) horas**, as partes convenientes ajustam que receberão "Cartão Alimentação/Ticket Refeição" no valor de **R\$ 12,50 (doze reais, cinquenta centavos)**, por dia trabalhado.

**Parágrafo Terceiro:** Será descontado da remuneração do trabalhador (a), a título de ressarcimento pelo benefício concedido, o valor correspondente a **10% (dez por cento)**, do valor total do Cartão Alimentação/Ticket Refeição fornecidos, em atendimento a Lei nº 6.321 que trata o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

**Parágrafo Quarto:** Para todos os efeitos legais, o benefício acima não se constitui salário e, portanto a ele não incorporará e nem repercutirá sobre qualquer verba indenizatória ao salário, tais como, exemplificativamente, aviso prévio, horas extras, 13º salário, férias, contribuição previdenciária e fundiária, sendo devido exclusivamente durante o período que o integrante da categoria atender as condições do caput.

**Parágrafo Quinto:** Nas localidades do Estado do Pará em que se mostrar inviável para as empresas a concessão do benefício através do ticket ou cartão, fica convencionado que o mesmo poderá se ocorrer na forma pecuniária e o pagamento deverá ocorrer através de contracheque, junto com o pagamento do salário.

**Parágrafo Sexto:** Somente quando não existir local nas proximidades para os trabalhadores efetuarem suas refeições, a empresa será obrigada a fornecer vale transporte para deslocamento do trabalhador até o local onde o mesmo possa efetuar suas refeições, ou fornecer alternativas capazes de propiciar aos trabalhadores condições de adquirir suas alimentações.

**Parágrafo Sétimo:** Para efeito de provas legais quanto ao direito do trabalhador (a) ao benefício desta cláusula, mediante solicitação expedida pelo Sindicato Profissional, a empresa obriga-se a fornecer, num prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do protocolo, relação nominal, com as respectivas funções de todos os seus funcionários e cópia do contrato comercial.

**Parágrafo Oitavo:** Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão receberão o respectivo Cartão Alimentação/Ticket Refeição somente para os dias efetivamente trabalhados.

**Parágrafo Nono:** Mesmo que os tomadores de serviços forneçam alimentação *in natura* no posto de serviço, ficam as empresas prestadoras de serviços terceirizados obrigadas a fornecerem aos seus funcionários o Cartão Alimentação/Ticket Refeição, nos valores previstos no *caput* e nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, somente quando comprovado o recebimento desse valor, do tomador de serviços.

**Parágrafo Décimo:** Considerando principalmente garantir alimentação saudável ao trabalhador, bem como a opção por escolher estabelecimentos que ofereçam alimentação com menor preço e qualidade, não será permitida a concessão por parte do empregador de fornecimento de marmita em substituição ao Cartão Alimentação / Ticket Refeição.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** As empresas terão o direito de descontar dos empregados, o referido Cartão Alimentação/Ticket Refeição, fornecido em dias de falta ao trabalho, em caso de rescisão contratual o desconto ocorrerá na mesma.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no Art.7º, do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87, e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-

transporte a todos os seus trabalhadores, nos dias efetivamente trabalhados, para deslocamentos residência – trabalho – residência, sendo que nas localidades do Estado do Pará em que se mostrar inviável para as empresas a concessão do benefício através do ticket ou cartão, fica convencionado que o mesmo poderá se ocorrer na forma pecuniária e o pagamento deverá ocorrer através de contracheque, junto com o pagamento do salário.

**Parágrafo Primeiro:** Para os trabalhadores beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**Parágrafo Segundo:** Nos períodos de afastamentos do trabalhador de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho/residência.

**Parágrafo Terceiro:** Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso seja constatado que o trabalhador não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**Parágrafo Quarto:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o trabalhador será responsabilizado pelas despesas de substituição do mesmo.

**Parágrafo Quinto:** No caso de desligamento do trabalhador, fica este obrigado a devolver os vales transportes proporcionalmente aos dias não trabalhados do período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**Parágrafo Sexto:** Em virtude do risco a que se expõe o trabalhador, não será devido vale transporte quando o deslocamento se der por meio de motocicletas ou bicicletas de aluguel, mesmo que tais meios de transporte estejam regulamentados nos Municípios.

**Parágrafo Sétimo:** A declaração falsa ou uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, passível de aplicação da penalidade de demissão por justa causa.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTÊNCIA FUNERAL E FAMILIAR

Por esta Cláusula, fica convencionado que as empresas contratarão Seguro de Vida com Assistência Funeral e Familiar em favor de todos os seus trabalhadores, nos termos do convênio e da apólice de seguro Estipulada pela seguradora PRUDENTIAL - 0800 730 0011 e subestipulada pelos sindicatos convenientes (SINELPA x SEAC). Os valores assistenciais definidos no Parágrafo Quinto e Sexto desta Cláusula passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. As empresas que já possuam seguro de vida para seus trabalhadores poderão deduzir dos capitais segurados os deste seguro obrigatório, salvo quando a empresa conceder ao trabalhador um seguro de vida mais benéfico e que inclua todas as formas de seguro previstas nesta cláusula, com a limitação de desconto prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** Será repassado mensalmente à seguradora contratada o valor de **R\$ 12,00 (doze reais)** por trabalhador. Desse valor, ficará às expensas da empresa **R\$ 6,00 (seis reais)** e **R\$ 6,00 (seis reais)** serão pagos pelo trabalhador, mediante desconto mensal em folha de pagamento.

**Parágrafo Segundo:** O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação ESTIVER INADIMPLENTE POR FALTA DE PAGAMENTO, PAGAMENTO APÓS O DIA DO VENCIMENTO OU EFETUAR RECOLHIMENTO POR VALOR INFERIOR AO DEVIDO, RESPONDERÁ PERANTE O EMPREGADO OU AOS SEUS DEPENDENTES POR MULTA EQUIVALENTE AO DOBRO DO VALOR DA ASSISTÊNCIA.

**Parágrafo Terceiro:** Nos casos de contratação de seguro em desacordo com Parágrafo Primeiro e Sexto:

I - Caso a empresa contrate seguro cujo o valor por empregado seja com valores menores que os previstos acima no parágrafo primeiro, **R\$12,00 (doze reais)**, NENHUM DESCONTO PODERÁ SER EFETUADO DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS. Caso a empresa desconte parcela do empregado; FICA ESTABELECIDO MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO PISO DA CATEGORIA, POR EMPREGADO, POR MÊS, em, a SER REVERTIDA A ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS TRABALHADORES.

II - A empresa que contratar seguro de vida em grupo cujo os valores dos benefícios seja menores que estipulado



no Parágrafo sexto da presente Clausula; FICA ESTABELECIDADA MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO PISO DA CATEGORIA, POR EMPREGADO, POR MÊS, em, a ser revertida a entidade representativa dos trabalhadores

**Parágrafo Quarto:** Havendo aumento dos valores segurados no decorrer da vigência da Convenção Coletiva que ora se adita, pela mesma seguradora, e não sendo conveniente a substituição da seguradora pelos sindicatos convenientes, o acréscimo será suportado proporcionalmente pelas respectivas empresas e seus empregados, desde que autorizado por escrito pelos empregados que usufruam o benefício.

**Parágrafo Quinto:** BENEFICIO NATALIDADE: Fica também instituído, à conta da ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR aqui especificada, o benefício no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em pagamento único, quando do NASCIMENTO DE FILHO DE EMPREGADO, que deverá ser comunicado formalmente, pelo trabalhador, à SEGURADORA PRUDENTIAL, pelo número 0800730 0011 ou à CORRETORA JGS SEGUROS (91-31814422) (91) 99846148 (ATENDIMENTO 24 HORAS) ou e-mail: [segurodevidadeac@jgsseguros.com.br](mailto:segurodevidadeac@jgsseguros.com.br), até 30 (trinta) dias, com o envio da certidão de nascimento, sob pena de perda do benefício.

**Parágrafo Sexto:** Fica assegurada cobertura nas 24 horas do dia, dentro e fora do trabalho, considerando incluídas indenizações por acidentes e mortes pelos valores e condições:- Em caso de Morte Natural, Acidental ou ainda em caso de incapacitação permanente por Acidente para o trabalho os trabalhadores receberão os serviços assistências a partir de **01 de janeiro de 2023**:

1.1.1 - MORTE POR QUALQUER CAUSA: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), paga de uma só vez, aos beneficiários do seguro.

1.1.2 - ASSISTÊNCIA FUNERAL: Prestação do serviço a ser solicitado através de sistema 0800 disponível 24 horas por dia 7 dias por semana, custeado até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais);

1.1.3 – INVALIDEZ PERMANENTE OU PARCIAL POR ACIDENTE: Indenização ao Segurado de R\$18.000,00 (Dezoito mil reais)

1.1.4 - AUXÍLIO FAMILIAR: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de 6 (seis) cestas básicas de alimentos no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) cada totalizando o valor de R\$1.200,00 (Um mil e duzentos) paga de uma só vez, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

1.1.5 - VERBAS RESCISÓRIAS: Reembolso das despesas de rescisão do contrato de trabalho em caso de morte para a empresa de até R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

1.1.6 – ORIENTAÇÃO JURIDICA: Prestada por advogado livremente escolhido pelo segurado, quando este estiver na condição de requerido (polo passivo) em Ações Judiciais de Alimentos, de Execução de alimentos, Guarda de Menores, Investigação de Paternidade, Tutela, Curatela, Interdição e adoções Judiciais, por meio de reembolso correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de consulta jurídica conforme tabela da OAB, limitado a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) e a uma utilização por ano ou por meio de atendimento telefônico gratuito, em âmbito nacional, também por advogado livremente escolhido pelo Segurado.

1.1.7- A diferença será paga em até 10 (dez) dias úteis após a entrega de todos os documentos comprobatórios, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

1.1.8- Beneficiários: São as pessoas ou a pessoa expressamente designada(s) pelo Segurado ou previsto em lei, a quem deve ser paga a indenização do seguro em caso de morte daquele.

1.1.9 - Os beneficiários deverão ser informados por meio de correspondência ou formulário próprio podendo, ainda, constarem do cartão-proposta, quando o mesmo tiver sido preenchido e assinado pelo segurado.

1.1.10 - Na ausência de indicação, os beneficiários serão os definidos nos Artigos 792 e 793 do Código Civil

Brasileiro, transcritos a seguir: “Art. 792” – Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária.

a) Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a Morte do Segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

b) Se o Segurado não renunciar à faculdade ou se o seu seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade. “Art. 793 – É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato”.

1.1.10 - O Segurado poderá substituir os beneficiários a qualquer momento, mediante informação por escrito à Seguradora, para a qual valerá sempre a última comunicação recebida, nos termos do artigo 791 do Código Civil”.

1.1.11- Se a invalidez for parcial, a indenização será calculada tomando-se por base a tabela para Cálculo Mediador - Extrato Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Indenização da SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados e Capitalização.

**Parágrafo Sétimo:** As empresas deverão adotar providências para que as seguradoras façam todas as comunicações de atendimentos diretamente aos empregados, familiares beneficiados e às próprias empresas empregadoras.

**Parágrafo Oitavo:** Ocorrendo eventos que gerariam qualquer direito previsto nesta cláusula, sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que não cumprirem esta cláusula indenizarão diretamente o trabalhador ou seus dependentes com importância em dinheiro equivalente ao dobro dos valores previstos no parágrafo sexto.

**Parágrafo Nono:** Remessa de Contrato e Comprovante de Pagamento do Seguro de Vida Auxílio Funeral e Familiar – Para efeito de provas legais quanto ao direito do trabalhador ao benefício desta cláusula as empresas remeterão ao Sindicato Profissional, até o dia **15**, de cada mês, cópia do contrato, comprovante de pagamento do seguro em vigor e relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** As empresas terão o prazo até **10 de março de 2023**, para aderir a apólice estipulada pelo SEAC x SINELPA, ou enviar ao SINELPA, cópia da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra da presente cláusula de Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral e Auxílio Familiar.

**Parágrafo Décimo Segundo:** As empresas, ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA, detentoras da CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CERTRAB, ficam desobrigadas do cumprimento das obrigações prevista no parágrafo nono e décimo da presente cláusula, eis que já comprovaram o Cumprimento das obrigações trabalhistas, mediante apresentação de farta documentação, quando da solicitação da CERTRAB.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Se o trabalhador for afastado de suas funções, passando a receber benefício do INSS, exceto em caso de acidente de trabalho, a empresa estará isenta do pagamento da parte que lhe cabe, do plano de SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTENCIA FUNERAL E FAMILIAR, podendo o trabalhador optar pelo pagamento integral. A empresa também estará isenta do pagamento do plano de SEGURO DE VIDA EM GRUPO COM ASSISTENCIA FUNERAL E FAMILIAR, se o trabalhador vier a ser aposentado, por qualquer razão, inclusive em função de acidente do trabalho.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - BENEFÍCIO SOCIAL AUXILIO CESTA BÁSICA

Nas áreas urbanas e Projetos Carajás, Salobo, Projeto Igarapé Bahia, Serra do Sossego, Projeto 118, Águas Claras, Serra Leste, Níquel do Vermelho e outros projetos da base de abrangência, ficam as empresas obrigadas a fornecer gratuitamente para os filiados do SINELPA os seguintes benefícios:

I) Almoço ou Jantar - Café da manhã ou Lanche, restrito aos empregados alojados nas dependências do empregador ou da Tomadora dos serviços.

II) A empresa fornecerá auxílio cesta básica no valor de **R\$524,57 (quinhentos e vinte e quatro reais, cinquenta e sete centavos)**, para todos os trabalhadores da categoria, que é vinculado/contribuinte do SINELPA, em espécie.

III) O trabalhador que tiver uma falta no mês, terá descontado 10% (dez por cento), do valor total de cesta básica e o que tenha mais de 2 (duas) faltas no mês sem justificativa legal ou que cometa alguma falta grave no âmbito do empregador ou do tomador dos serviços não terá direito ao auxílio cesta básica o trabalhador que se desligar da categoria da presente norma coletiva.

**Paragrafo Primeiro:** Fica determinado que o trabalhador uma vez admitido ou demitido terá direito de receber o auxílio cesta proporcional aos dias trabalhados.

**Paragrafo Segundo:** Na hipótese de serem os custos repassados pelo tomador de serviços a empresa terceirizada para custeio do Benefício Social auxílio Cesta Básica, na área de abrangência do SINELPA, as empresas repassarão os valores previstos aos colaboradores conforme itens "II" e "III" do Caput.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AJUDA DE CUSTO POR DESLOCAMENTO

Acordam as partes que a empresa que presta serviços nos projetos Salobo, Igarapé Bahia, Manganês, Mina de N-4, Serra Leste, Águas Claras e S11D no Sossego, desde de que haja previsão contratual, entre empresa e tomador de serviços, farão o pagamento das horas por deslocamento, de acordo com as seguintes condições:

a) 44 (quarenta e quatro minutos) diários do Núcleo Urbano de Carajás ao setor de Transporte Leve, na Mina N-4;

b) 80 (oitenta) minutos diários do Núcleo Urbano à portaria da Mina do Manganês do Azul; 54 (cinquenta e quatro) minutos diários da vila Planalto à Rodoviária Administrativa da Mina do Sossego;

c) 120 (cento e vinte) minutos diários da Vila Sanção/Alojamento Vale à Rodoviária Administrativa da Mina do Salobo;

d) 180 (cento e oitenta) minutos diários de Parauapebas à Mina do Salobo;

e) 120 (cento e vinte) minutos diários, 60 (sessenta minutos) por dia, ida e volta da PA.

f) 160 entrada projeto S11D ao alojamento de apoio da Usina, 86 (oitenta e seis) minutos por dia de ida e volta da PA 160 entrada do projeto S11D a Usina S11D.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - PAGAMENTO DE RESCISÕES CONTRATUAIS

Por ocasião das homologações dos TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO -TRCT's, as verbas rescisórias poderão ser quitadas mediante depósito eletrônico, sendo obrigatória a apresentação do respectivo comprovante, podendo o trabalhador se opor, em caso de divergência, apresentando extrato de conta corrente apto a comprovar a não efetivação ou efetivação parcial do depósito.

**Paragrafo Único:** Por ocasião das homologações de TRCT's, nos casos em que o trabalhador esteve/está

submetido à escala de 12 x 36 (doze por trinta e seis) ou Contrato de Trabalho por Tempo Parcial, será obrigatória apresentação do Acordo Coletivo de Trabalho que concedeu autorização para utilização dessas jornadas especiais de trabalho. Caso não seja apresentada, deverão constar as horas previstas na Clausula Trigésima.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DOS CONTRATOS DE TRABALHO**

As homologações das rescisões dos contratos de trabalho, independentemente do tempo de serviço do trabalhador, deverão ser efetuadas junto ao SINELPA, sob pena de aplicação de multa correspondente a 01 (um) piso da categoria, por demissão não homologada. As empresas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, detentoras de CERTRAB, com prazo de validade de 180 dias, **com plena validade nas datas das homologações**, estarão autorizadas a homologar as rescisões dos contratos de trabalho no ambiente de suas sedes ou no local de prestação de serviços, quando fora da localidade de seu estabelecimento, eis que já comprovaram o cumprimento das obrigações trabalhistas, mediante apresentação de farta documentação, quando da solicitação da CERTRAB.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO**

Por ocasião da dispensa, as empresas deverão oferecer ao trabalhador, no ato da homologação do distrato e da quitação, o requerimento de Seguro-Desemprego, se for o caso e, ainda, uma cópia de cada documento que assinar na ocasião, salvo no caso de Justa Causa ou Pedido de Demissão.

**Parágrafo Único:** As empresas concederão ainda o PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – PPP aos trabalhadores, no ato de sua dispensa e no ato da solicitação para aposentadoria, atendendo ao disposto no artigo 58, parágrafo 4º da Lei nº 8.213, de 24.07.1991.

#### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL**

Ocorrendo a hipótese de vir o trabalhador a ser chamado para a rescisão contratual fora da localidade onde normalmente presta serviço, as empresas empregadoras responsabilizar-se-ão pelo transporte e todas as despesas para tal fim.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PEDIDO DE DEMISSÃO**

Em casos que o (a) empregado (a) rescindir o contrato de trabalho, seu pedido de demissão (Carta de Pedido de Demissão) deverá obrigatoriamente constar o carimbo de assistência do Sindicato Profissional, comprovando que o (a) trabalhador (a) teve prestada a devida assistência, para que sua rescisão de trabalho seja homologada.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - SUCESSÃO DE CONTRATOS COMERCIAIS RESCISÃO POR ACORDO**

Considerando a sucessão de contratos comerciais entre as empresas com os tomadores de serviços. Considerando, ainda, o previsto no artigo 484-A da CLT, fica convencionada a dispensa do aviso prévio e o pagamento proporcional da multa constitucional fundiária, no percentual de **20%**, desde que o trabalhador seja absorvido pela empresa sucessora, mediante contrato na nova empresa, por prazo mínimo de **120** dias ou, excepcionalmente, no prazo da vigência do contrato comercial/administrativo, caso o prazo seja inferior

a **120 dias**. Em todos os casos, é necessário que o trabalhador autorize formalmente a dispensa do aviso prévio e o pagamento proporcional da multa indenizatória do saldo do FGTS, com o pagamento da multa de **20%** sobre o saldo fundiário ao trabalhador de todo pacto laboral, tudo com a anuência de ambos os sindicatos, considerando-se o seguinte:

**Parágrafo Primeiro:** Até o término do contrato no prazo que trata o caput desta cláusula, fica vedada a demissão imotivada, excluídos os casos configurados de justa causa, motivos técnicos, operacionais e econômico-financeiros.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento dos direitos rescisórios, incluindo o FGTS do pacto laboral na sua integralidade e multa proporcional na forma do caput, dar-se-á num prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do último dia de trabalho na empresa sucedida. A homologação da rescisão do contrato de trabalho dar-se-á num prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do pagamento dos direitos rescisórios, sob pena de pagamento integral da multa do FGTS.

**Parágrafo Terceiro:** Havendo a demissão imotivada do contrato de trabalho pela Empresa Sucessora e somado o respectivo tempo de trabalho com o da Empresa Sucédida, se igual ou superior a 06 (seis) meses, será devido o fornecimento da Guia de Seguro Desemprego, pela empresa Sucessora.

**Parágrafo Quarto:** Nos casos em que o contrato de trabalho, for rescindido por acordo entre as partes (empregado e empregador) o requerimento deverá obrigatoriamente constar o carimbo de recebimento do Sindicato Profissional, comprovando que o (a) trabalhador (a) teve prestada a devida assistência, e somente após este procedimento, poderá ser protocolizado junto a empresa, que obrigará-se a receber, para que o acordo seja validado e sua rescisão de trabalho seja homologada.

**Parágrafo Quinto:** Constatada a real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificada pela empresa ou pelo trabalhador, o trabalhador terá direito à indenização no percentual de 40% (quarenta por cento), a incidir sobre depósitos do FGTS e os demais direitos previstos na Lei, inclusive o direito de ingresso no Programa de Seguro-desemprego e os previstos no Art. 477 da CLT.

**Parágrafo Sexto:** No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviços, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços, efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior ter sido realizada pela empresa sucedida.

**Parágrafo Sétimo:** Considerando-se que, independentemente do trabalhador ser associado/filiado ao sindicato laboral, é garantido a todos os direitos e benefícios presentes nesta norma coletiva, fará jus ao benefício da sucessão, conforme disposto no caput desta cláusula, somente os trabalhadores que contribuírem com as contribuições previstas nesta Convenção Coletiva do Trabalho.

**Parágrafo Oitavo –** No caso de sucessão de contratos comerciais entre as empresas com os tomadores de serviços. Fica determinado que a Ficha de Filiação e Autorizações para descontos firmados pelos trabalhadores quando da filiação junto ao Sindicato Laboral perante a empresa Sucédida, deverão ser regularmente aceitos pela empresa Sucessora, que por sua vez fica obrigada promover os descontos estabelecidos pela Assembleia de Trabalhadores ou Convenção Coletiva de Trabalho.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - APOSENTADORIA/ESTABILIDADE

As empresas assegurarão estabilidade provisória no emprego ao trabalhador que estiver comprovadamente a 02 (dois) anos para se aposentador, seja por idade ou contribuição.

**Parágrafo Primeiro:** O Empregado deverá informar por escrito, ao Empregador, no momento em que restar apenas 02 (dois) anos para a sua aposentadoria por idade ou contribuição, eis que essa informação é do conhecimento apenas do empregado, evitando-se a dispensa no caso de redução ou extinção do posto de serviços, entre outros motivos, exceto a dispensa por justa causa, apurada na forma da lei.

**Parágrafo Segundo:** Para a concessão da estabilidade prevista no caput desta cláusula, a comprovação

junto à empresa de que trata o parágrafo primeiro, dar-se-á mediante certidão ou documento equivalente expedido pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada, caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício, quando então terá o prazo de até 30 (trinta) dias para avisar o empregado da regularidade dos documentos e tempo de contribuição.

**Parágrafo Terceiro:** Uma vez aposentado o Empregado e permanecendo no emprego, por consequência lógica, automaticamente decairá a garantia de emprego que trata o caput desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Nas localidades onde não houver possibilidade de aplicação desta norma, fica facultado ao empregado a transferência para a localidade mais próxima, sem quaisquer ônus adicionais para a empresa.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA EM POSTO DE SERVIÇO**

Para apuração interna de ocorrências em posto de serviço, a empresa comunicará ao trabalhador, num prazo de até 2 (dois) dias úteis, após o conhecimento da sua participação na ocorrência, o seu afastamento temporário do exercício da função, por prazo não superior a 15 dias corridos, visando à apuração dos fatos, prazo esse que o trabalhador deverá comparecer à empresa, sem uniforme, durante o horário administrativo, exclusivamente para prestar esclarecimentos necessários.

**Parágrafo Primeiro:** Os esclarecimentos a serem prestados deverão ser manuscritos, e prestados na presença de duas testemunhas, como comprovação do exercício do direito constitucional de defesa.

**Parágrafo Segundo:** Caso os esclarecimentos necessários à apuração dos fatos não venham a ser obtidos em função do silêncio ou recusa do trabalhador, autorizará a empresa a aplicar a penalidade que entender proporcional ao fato e condizente com as informações que detiver.

**Parágrafo Terceiro:** Durante o período de apuração de que trata esta cláusula, presente o funcionário na empresa no horário administrativo, este fará jus remuneração nos termos adiante relacionados:

- a) Se pela apuração concluir-se pela inocência do trabalhador, ou pela aplicação da penalidade de advertência, será paga a remuneração de todo o período;
- b) Se da apuração resultar a aplicação do trabalhador da penalidade de suspensão, parte ou todo o tempo da apuração será considerado para cumprimento da pena, portanto sem remuneração, ficando o restante do tempo de afastamento, se houver, remunerado;
- c) Se da apuração resultar a aplicação do trabalhador da penalidade de demissão por justa causa, não será devida a remuneração referente ao período de apuração, constituindo-se a rescisão do contrato de trabalho a partir da ciência da decisão da empresa ao trabalhador.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESPONSABILIZAÇÃO POR DANO/AVARIA**

Os trabalhadores não poderão ser responsabilizados por danos decorrentes de acidentes do trabalho, acidentes de trânsito, avarias, desgastes naturais de peças, equipamentos e acessórios dos empregadores, dos tomadores de serviços ou de terceiros, exceto nos casos de dolo ou culpa dos trabalhadores, devidamente comprovados, na forma da lei.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DO AGENTE DE LIMPEZA**



Fica convencionado a data de “**16 DE MAIO**”, como o “**DIA DO AGENTE DE LIMPEZA**”, data em que as categorias profissionais e econômica se comprometem a enaltecer através de evento visando o desenvolvimento e o conagraçamento da categoria e distingui-la para sociedade.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO EM REGIME 12 X 36 E 08 (OITO) HORAS**

As empresas que adotarem para seus trabalhadores a jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis horas) ininterruptas de repouso, bem como a jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas ininterruptas, sem que tenham firmado Acordo Coletivo de Trabalho, pagarão, a título de jornada especial de trabalho, **60 (sessenta) horas extras por mês**, para cada trabalhador envolvido no horário especial de trabalho, **que deverão constar no contracheque e serem pagas junto com o salário mensal do trabalhador.**

**Parágrafo Único:** Fica convencionado que, a partir do registro desta Convenção Coletiva, é obrigatório constar provisão financeira, na ordem de **60 (sessenta) horas extras mensais**, em todas as propostas comerciais apresentadas pelas empresas a ela submetidas, onde exista previsão das jornadas de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de repouso, ou em que os trabalhadores necessitem laborar por 8 (oito) horas ininterruptas conforme caput da presente cláusula. A provisão dessas 60 (sessenta) horas extras deverá constar nas planilhas de custos, de forma a assegurar o referido pagamento às expensas das empresas, em caráter irrevogável, até o fim do contrato, **salvo se a empresa proponente, no momento da abertura do certame, comprovar ser signatária de Acordo Coletivo de Trabalho autorizando o trabalho nesse regime especial**, em consonância com o Art. 617 da CLT.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INTERVALO INTRAJORNADA**

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando a redação dos Arts. 611 A e B, da CLT, fica assegurado aos integrantes da categoria profissional que cumprirem jornada superior a 06 (seis) horas de trabalho, seja em escala diurna ou noturna, a concessão do intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para repouso e alimentação, e para os que cumprirem jornada superior a 04 (quatro) e inferior a 06 (seis) horas de trabalho, fica assegurado a concessão do intervalo intrajornada de 15 (quinze) minutos.

**Parágrafo Primeiro:** Quando concedido o intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, o período a este destinado não será computado na duração do trabalho diário e complementarará o intervalo entre jornadas de que trata o art. 66/CLT, não desqualificando o regime da jornada de trabalho.

**Parágrafo Segundo:** Excepcionalmente para os trabalhadores que desempenham a função de Porteiro, tendo em vista as peculiaridades da atividade, é admitido o intervalo para repouso e alimentação nas jornadas superiores a 1 hora, de no mínimo 15 minutos, ficando certo que:

- a) as jornadas de trabalho em regime de compensação não serão consideradas como prorrogação de jornada se o total semanal não exceder 44 horas em 6 dias de trabalho, não computando no cálculo das 44 horas a redução noturna, que deverá ser paga em verba própria, se for o caso;
- b) No trabalho fora da sede da empresa, o local da refeição será considerado o das instalações do cliente, não sendo requerido refeitório para tal;
- c) É admitido, no horário noturno, que o cumprimento do intervalo para repouso e alimentação se dê no próprio local de trabalho, no período que não seja requerido o labor, a critério do trabalhador;
- d) O intervalo concedido, nessa hipótese, será computado como integrante da jornada.

**Parágrafo Terceiro:** A concessão ou indenização do intervalo intrajornada não desqualifica quaisquer das jornadas de trabalho previstas nesta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Quarto:** Fica expressamente vedada a compensação com folga do intervalo intrajornada não concedido.

**Parágrafo Quinto:** A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil para que promova as autuações aplicáveis.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTA**

Serão abonadas, devidamente justificadas e enquadradas como licença remunerada, inclusive para efeito de aquisição de férias, as faltas ao serviço nos casos de prova escolar realizada em estabelecimento oficial ou oficializado de ensino, mediante prévia comunicação ao superior imediato, com antecedência mínima de **72 horas** e posterior comprovação de sua realização, no prazo máximo de **48 horas**, mediante apresentação de declaração expedida pelo estabelecimento de ensino.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES GRATUITOS**

As empresas fornecerão gratuitamente, aos seus trabalhadores, o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos e um par de calçados, entregues de 06 (seis) em 06 (seis) meses.

**Parágrafo Único:** Em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução, quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme, o trabalhador indenizará a peça de uniforme faltante ou não devolvida, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente da remuneração ou das verbas rescisórias.

## **EXAMES MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL E CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO**

O Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, na forma da Norma Regulamentadora nº 7, do MTE, será entregue pela empresa ao trabalhador em 02 (duas) vias, uma das quais, obrigatoriamente, deverá ficar na posse do mesmo, enquanto estiver no exercício da função e no local de trabalho, para pronta apresentação quando solicitado pela fiscalização das autoridades fiscalizadoras competentes, mediante prévia identificação. O Cartão de Identificação tipo crachá, de uso obrigatório quando no exercício da função, deverá ser fornecido a todos os trabalhadores, o qual deverá conter, no mínimo: o nome completo do trabalhador, a função, a data de admissão, o número do PIS/PASEP, a qualificação, o tipo sanguíneo, para ser apresentado quando solicitado pela fiscalização da autoridade fiscalizadora competente, mediante prévia identificação.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PREVALÊNCIA DOS ATESTADOS MÉDICOS/PRAZOS**

As empresas aceitarão atestados médicos emitidos por profissionais por ela credenciados nos serviços próprios e os atestados emitidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, estes de acordo com a previsão do art. 131, III, da CLT, mesmo quando possuírem serviços médicos e odontológicos próprios. As empresas

também aceitarão os atestados emitidos por outros profissionais, inclusive os contratados pelo sindicato profissional, quando não possuírem serviços médicos e odontológicos próprios.

**Parágrafo Primeiro:** Caso as empresas possuam serviços médicos e odontológicos próprios, seus profissionais poderão acompanhar o estado de saúde do trabalhador que apresentou atestado médico ou odontológico.

**Parágrafo Segundo:** Os atestados médicos serão obrigatoriamente encaminhados pelo trabalhador ou por um representante, no departamento de pessoal das empresas, no máximo em até 24 (vinte e quatro) horas após sua expedição, **não computados na contagem do prazo para a entrega, os sábados, domingos e feriados**, sob pena de invalidade e de serem considerados inservíveis para justificar a falta ao serviço.

## **OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA EM LOCAIS ISOLADOS**

Na ocorrência de doença ou acidente grave, em locais sem assistência médica, ficam as empresas obrigadas a promover a remoção do trabalhador para o local de assistência médica mais próxima.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

Serão colocados em disponibilidade remunerada pelas empresas empregadoras o quantitativo de até 06 (seis) dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Higiene e Limpeza do Estado do Pará, componentes da Diretoria Efetiva, no limite de no máximo 01 (um), dirigente por empresa, mediante prévia notificação enviada à empresa empregadora

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS - DIRETORES SUPLENTE E CONSELHO FISCAL**

Serão colocados em disponibilidade remunerada pelas empresas empregadoras, 06 (seis) dirigentes sindicais – Diretores Efetivos do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, Higiene e Limpeza do Estado do Pará, pertencentes à Suplência da diretoria, no máximo **01** por empresa, para desempenhar suas atividades sindicais.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TAXA ASISTENCIAL NEGOCIAL/ASSOCIADOS**

Outorgado pelo Art. 513/CLT e por Assembleia Geral da categoria, considerando as conquistas econômicas e sociais resultantes da negociação ora celebrada pelo sindicato obreiro em favor do coletivo de trabalhadores representado; considerando a necessidade de provisionamento financeiro para repor os custos despendidos com o processo negocial, tais como: (editais, aluguéis de auditórios, transportes, informativos e demais materiais gráficos, mobilizações, viagens, honorários advocatícios, etc.); considerando, ainda, a necessidade de provisionamento financeiro para o sustento da entidade e o consequente financiamento de suas lutas em defesa da categoria representada, as empresas descontarão de todos os integrantes da categoria associados ao sindicato laboral, a título de *Taxa Assistencial Negocial*, somente na folha de pagamento de **fevereiro de 2023**, o valor correspondente a **3% do salário-base** respectivo, recolhendo obrigatoriamente o montante em favor do sindicato profissional, até o dia **12 de março de 2023** seguinte ao do desconto, desde que haja prévia, individual e expressa autorização do trabalhador.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TAXA ASSISTENCIAL NEGOCIAL/NÃO ASSOCIADOS

Outorgado pelo art. 513/CLT e por Assembleia Geral da categoria, considerando as conquistas econômicas e sociais resultantes da negociação ora celebrada pelo sindicato obreiro em favor do coletivo de trabalhadores representado; considerando a necessidade de provisionamento financeiro para repor os custos despendidos com o processo negocial, tais como: (editais, aluguéis de auditórios, transportes, informativos e demais materiais gráficos, mobilizações, viagens, honorários advocatícios etc.); considerando ainda a necessidade de provisionamento financeiro para o sustento da entidade e o consequente financiamento de suas lutas em defesa da categoria representada, as empresas descontarão de todos os integrantes da categoria não associados ao sindicato laboral, a título de *Taxa Assistencial Negocial*, somente na folha de pagamento de **FEVEREIRO de 2023**, o valor correspondente a **3% (três por cento) do salário-base** respectivo, recolhendo obrigatoriamente o montante em favor do sindicato profissional até o dia **12 DE MARÇO DE 2023**, desde que haja prévia, individual e expressa autorização do trabalhador.

**Parágrafo Primeiro:** Os descontos que tratam as cláusulas 37 e 38 serão efetuados e pagos ao SINELPA mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 1232-7. Conta Corrente: 6.109-3 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA**, impreterivelmente até o dia **10 do mês subsequente ao do desconto** e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 do mesmo mês** para o endereço eletrônico: [financeirosinelpa@outlook.com](mailto:financeirosinelpa@outlook.com)

**Parágrafo Segundo:** Os descontos que tratam as Cláusulas 37 e 38 referentes aos Trabalhadores de Santarém e demais Municípios da Região Oeste do Pará e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 4247-1. Conta Corrente: 23.065-0 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA SUBSEDE SANTARÉM**, impreterivelmente até o dia **10 do mês subsequente ao do desconto** e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 do mesmo mês** para o endereço eletrônico: [sinelpasantarem@outlook.com](mailto:sinelpasantarem@outlook.com)

**Parágrafo Terceiro:** As empresas “não descontarão”, somente no mês de **FEVEREIRO de 2023** a **Contribuição Confederativa – Não Associados** de 1%, dos trabalhadores contribuintes, mas apenas a Taxa Assistencial Negocial, que trata o caput desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Os empregados associados mensalistas do SINELPA estão isentos da Taxa Assistencial Negocial / Não Associados, prevista na presente Cláusula, pela razão dos mesmos já contribuírem com **6% (seis) por cento** para manutenção da entidade sindical laboral, a título de mensalidade sindical.

**Parágrafo Quinto:** As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da Taxa Assistencial Negocial / Não Associados no prazo fixado, pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, **juros de 1% (um por cento) ao mês**, atualização monetária utilizando o INPC/IBGE pro rata e **multa de 10% (dez por cento)** sobre o total devido já corrigido.

**Parágrafo Sexto:** A empresa que permanecer inadimplente, a partir do segundo mês subsequente ao do desconto, será cobrada judicialmente perante a justiça do Trabalho, através de Ação de Cumprimento, onde além de pagar a contribuição que trata o caput desta cláusula, pagará Multa de R\$ 50,00 reais por cada trabalhador (a), e por cada mês que deixou de recolher a referida Taxa Assistencial Negocial / Não Associados, conforme previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, bem como honorários advocatícios sucumbenciais de 15% (quinze por cento).

**Parágrafo Sétimo:** Quando ocorrer o término dos contratos de prestação de serviços, a empresa sucedida enviará no prazo de 10 dias do término do contrato ao Sindicato Profissional “*Relação Nominal, com Função e Valores Descontados*” constando todos os Trabalhadores Associados/Contribuintes ao SINELPA, para que envie à Empresa Sucessora, em anexo à *Primeira Relação de Contribuintes*, a qual deverá continuar efetuando os descontos em folha, referentes à taxa que trata o caput da presente cláusula.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA ASSISTENCIAL NEGOCIAL - TRABALHADORES NÃO CONSTANTES DO ANEXO I**

Para os trabalhadores não constantes na tabela salarial (**anexo I da Convenção Coletiva de Trabalho 2023**), cujo salários reajustados a partir de **1º de janeiro de 2023** sejam superiores ao piso salarial do **SUPERVISOR**, contido no item “**12**” da referida tabela salarial, o desconto da taxa assistencial/negocial será no valor de **R\$ 44,81 (quarenta e quatro reais, oitenta e um centavos)** a ser descontada na folha de **FEVEREIRO** e recolhida ao SINELPA no mês de **MARÇO de 2023**.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADES SINDICAIS**

Os descontos das mensalidades sindicais dos trabalhadores associados ao Sindicato Profissional serão efetuados diretamente em folha de pagamento, “*inclusive durante as férias*”, conforme prevê o artigo 545 da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante a apresentação da Relação Nominal dos Associados e Contribuintes, bem como das Autorizações de Descontos, no valor equivalente a **6,0%**, do **salário-base dos empregados**. A efetivação dos descontos somente poderá cessar após manifestação por escrito e de próprio punho do (a) empregado (a), relativo à desfiliação, ou seja, enquanto o (a) trabalhador (a) não solicitar seu desligamento por escrito através de carta endereçada ao Sindicato Profissional em 3 (três) vias e com cópia protocolizada na empresa, este continuará associado e/ou contribuinte. O Sindicato fica desobrigado de fornecer recibo, quando o desconto for feito em folha, valendo como recibo de quitação o comprovante de transferência ou depósito que trata o Parágrafo Primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** O desconto que trata esta cláusula será efetuado mensalmente, durante a vigência da presente cláusula e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 1232-7. Conta Corrente: 6.109-3 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA**, impreterivelmente até o dia **10** do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 do mesmo mês** para o endereço eletrônico: [financeirosinelpa@outlook.com](mailto:financeirosinelpa@outlook.com)

**Parágrafo Segundo:** O desconto das mensalidades sindicais dos Trabalhadores de Santarém e demais Municípios da Região Oeste do Pará e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 4247-1. Conta Corrente: 23.065-0 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA SUBSEDE SANTARÉM**, impreterivelmente até o dia **10** do mês subsequente ao do desconto e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 do mesmo mês** para o endereço eletrônico: [sinelpasantarem@outlook.com](mailto:sinelpasantarem@outlook.com)

**Parágrafo Terceiro:** Quando ocorrer o término dos contratos de prestação de serviços, a empresa sucedida enviará, no prazo de 10 dias do término do contrato, “*Relação Nominal, com Função e Valores Descontados*” constando todos os Trabalhadores Associados/Contribuintes ao Sindicato Profissional, para que envie à empresa Sucessora, em anexo à *Relação de Associados*, a qual deverá continuar efetuando os descontos em folha, referentes à contribuição que trata o caput da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto:** A empresa que permanecer inadimplente, a partir do segundo mês subsequente ao do desconto, será cobrada judicialmente perante a Justiça do Trabalho, através de Ação de Cumprimento, onde além de pagar a contribuição que trata o caput desta cláusula, pagará Multa de **R\$ 50,00 reais** por cada trabalhador (a), e por cada mês que deixou de recolher a referida Mensalidade Sindical, conforme previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, bem como honorários advocatícios sucumbenciais de 15% (quinze por cento).

**Parágrafo Quinto:** As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da mensalidade sindical no prazo fixado pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, **juros de 1% (um por cento) ao mês**, atualização monetária utilizando o INPC/IBGE pro rata e **multa de 10% (dez por cento)** sobre o total devido já corrigido.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA AUTORIZADA POR ESCRITO PELOS NÃO ASSOCIADOS**

**Face o Aditamento do Termo de compromisso e ajuste de conduta firmado em 08/05/06, de nº. 111/2006**, considerando os termos da Lei 13.467/17, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando a redação dos Artigos 611-A e B, da CLT, considerando, ainda, a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período de vigência desta Norma Coletiva (CCT) e, por força de autorização expressamente concedida pela decisão da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da categoria profissional realizada no dia **25 de JANEIRO de 2023**, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva **descontarão, mensalmente, de todos os seus empregados**, o valor equivalente a **1% (um) por cento, do salário-base respectivo**, sendo o referido desconto realizado a partir da folha do mês de **JANEIRO de 2023**, a título de Contribuição Confederativa, em favor do SINELPA, para custeio do sistema confederativo, **“desde que haja prévia e escrita autorização do empregado”**.

**Parágrafo Primeiro:** O desconto que trata esta cláusula será efetuado mensalmente, durante a vigência da presente cláusula e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 1232-7. Conta Corrente: 6.109-3 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA**, impreterivelmente até o dia **10 do mês subsequente ao do desconto** e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 do mesmo mês** para o endereço eletrônico: [financeirosinelpa@outlook.com](mailto:financeirosinelpa@outlook.com)

**Parágrafo Segundo:** O desconto da Contribuição Confederativa referente aos Trabalhadores de Santarém e demais Municípios da Região Oeste do Pará e deverá ser pago mediante *transferência* ou *depósito identificado*, no **Banco do Brasil: Agência: 4247-1. Conta Corrente: 23.065-0 de Titularidade do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene, Limpeza e Similares do Estado do Pará – SINELPA SUBSEDE SANTARÉM**, impreterivelmente até o dia **10 do mês subsequente ao do desconto** e o comprovante de pagamento enviado até o dia **15 de cada mês** para o endereço eletrônico: [sinelpasantarem@outlook.com](mailto:sinelpasantarem@outlook.com)

**Parágrafo Terceiro:** Quando ocorrer o término dos contratos de prestação de serviços, a empresa sucedida enviará, no prazo de 10 dias do término do contrato, **“Relação Nominal, com Função e Valores Descontados”** constando todos os Trabalhadores Associados/Contribuintes ao Sindicato Profissional, para que envie à empresa Sucessora, em anexo à **Relação de Associados**, a qual deverá continuar efetuando os descontos em folha, referentes à contribuição que trata o caput da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto:** A empresa que permanecer inadimplente, a partir do segundo mês subsequente ao do desconto, será cobrada judicialmente perante a Justiça do Trabalho, através de Ação de Cumprimento, onde além de pagar a contribuição que trata o caput desta cláusula, pagará Multa de R\$ 50,00 reais por cada trabalhador (a), e por cada mês que deixou de recolher a referida Mensalidade Sindical, conforme previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em vigor, bem como honorários advocatícios sucumbenciais de 15% (quinze por cento).

**Parágrafo Quinto:** As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da mensalidade sindical no prazo fixado pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, **juros de 1% (um por cento) ao mês**, atualização monetária utilizando o INPC/IBGE pro rata e **multa de 10% (dez por cento)** sobre o total devido já corrigido.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ENVIO DE RELAÇÃO DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES**

As empresas abrangidas por esta Norma Coletiva obrigam-se a receber mensalmente as RELAÇÕES DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES, fisicamente, protocolizadas com carimbo da empresa, via correio eletrônico, enviadas através dos e-mails: [sinelpa@hotmail.com](mailto:sinelpa@hotmail.com) e [sinelpasantarem@outlook.com](mailto:sinelpasantarem@outlook.com) ou ainda via **WhatsApp** enviadas pelos números **(91) 99924-2994** – SINELPA SEDE BELÉM e **(93) 99186-4540** –SINELPA SUBSEDE SANTARÉM.

**Parágrafo Único:** O sindicato enviará as RELAÇÕES DE ASSOCIADOS/CONTRIBUINTES, somente quando houver a inclusão de novo (s) associado (s), obrigando-se as empresas a continuidade dos descontos mensais devidamente autorizados, valendo como valor de referência para o pagamento do repasse ao sindicato laboral, o valor presente na última relação protocolizada e/ou encaminhada à empresa.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando a redação dos Artigos 611 A e B, da CLT, as empresas, ASSOCIADAS OU NÃO SEAC/PA, abrangidas por esta Convenção Coletiva recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial Patronal no valor total de **R\$ 30,00 (trinta reais)**, por trabalhador, a ser recolhida de uma só vez, até o dia **30 de abril de 2023**. A empresa que não recolher até o dia **30 de abril de 2023**, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês, efetuada a devida atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda na forma que esta vier a determinar.

**Parágrafo Primeiro:** Para as empresas, associadas ou não ao SEAC/PA, que recolherem a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). Os recolhimentos realizados após o dia **30 de abril de 2023** serão acrescidos de multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e efetuada a devida atualização financeira pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

**Parágrafo Segundo:** Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput desta cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços – INPC, sendo os cálculos realizados com base nas últimas informações do e-social. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou da forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que forem constituídas após esta data, deverão proceder ao pagamento desta contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e



considerando a redação dos Artigos 611 A e B, da CLT, as empresas abrangidas por esta Convenção **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 01 (um) piso base salarial da categoria profissional, previsto na Cláusula Terceira, desta Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia **30 de agosto de 2023**, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o **dia 30 de agosto de 2023** ficará sujeita ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 10 (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou da forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Primeiro:** Para as empresas abrangidas pela Convenção SINELPA x SEAC, associadas ou não ao SEAC/PA, que recolherem a Contribuição Assistencial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento por cento). A empresa, associada ou não ao SEAC/PA, que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o dia **30 de agosto de 2023** ficará sujeita ao pagamento de multa de 2% e juros de 10% ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Segundo:** Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput desta cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada multa de 02% (dois por cento) e juros de 10% (dez por cento) ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que forem constituída após esta data, deverão proceder ao pagamento de contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de não recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, visando receber os valores devidos.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando os termos da CLT, ao dispor sobre a prevalência do acordado sobre o legislado e considerando que a redação de seus Arts. 611 A e B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada **no dia 17 DE JANEIRO DE 2023**, na **sede do SEAC/PA**, e de acordo com o disposto no inciso II, do Art. 8º da CF/88, todas as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial, até o dia **30 de abril de 2023**, para assistência a todas e não somente às empresas associadas, conforme estabelecido na tabela abaixo.

Nº DE TRABALHADORES	VALOR (R\$)
DE 01 A 50	513,40
DE 51 A 100	763,40
DE 101 A 200	1.013,40
DE 201 A 300	1.263,40
DE 301 A 400	1.153,40
DE 401 A 500	1.763,40
DE 501 A 600	2.013,40
DE 601 EM DIANTE	2.263,40

**Parágrafo Primeiro:** A empresa, associada ou não ao SEAC/PA, que não efetuar o recolhimento desta contribuição até o dia **30 de junho de 2023**, ficará sujeita ao pagamento de multa de **2% e juros de 10%** ao mês ou fração e atualização financeira pelo Índice Geral de Preços – INPC. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-PA, por meio de boleto bancário fornecido pela própria entidade ou ainda de outra forma que esta vier a determinar, estando a empresa devedora, associada ou não ao SEAC/PA, impedida de receber a CERTRAB, até a regularização do débito.

**Parágrafo Segundo:** As empresas que forem constituídas após esta data, deverão proceder ao pagamento de contribuição no mês subsequente ao de seu registro na JUCEPA.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, visando receber os valores devidos.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS LABORAIS AUTORIZADAS**

Para efeito deste instrumento e de comprovação junto a terceiros, inclusive perante a Justiça do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho, tomadores de serviços, empresas privadas e órgãos da administração pública direta e indireta, por força desta Norma Coletiva e em atendimento ao disposto no Art. 607, da CLT, as empresas, associadas ou não, abrangidas por este instrumento normativo, para comprovarem o adimplemento do pagamento das contribuições sindicais previamente autorizadas por escrito, descontadas mensalmente dos trabalhadores (**mensalidade sindical, contribuição confederativa e taxa assistencial negocial**), junto aos órgãos públicos e empresas privadas, deverão apresentar Certidão Negativa de Débito, emitida pelo SINELPA, cujo prazo de validade será de **30 dias consecutivos**, a ser expedida ou negada, no prazo de 07(sete) dias corridos, contados do protocolo do requerimento, valendo este como prova de quitação.

**Parágrafo Único -** O **SINELPA** deverá comunicar ao **SEAC/PA**, por escrito, o indeferimento da certidão prevista nesta cláusula.

#### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONVÊNIOS/PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As empresas que desejarem aderir ao PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS, em atendimentos a contratos comerciais com tomadores de serviços que exijam a concessão dessa espécie de benefício, poderá ofertar o Plano de Saúde e Convênios Médicos, preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada aos SEAC/PA na segmentação mínima – AMBULATORIAL + HOSPITALAR, SEM OBSTETRÍCIA, em acomodação ENFERMARIA, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os já aposentados que não estejam em atividade junto às empresas representadas pelo SEAC/PA, possam mediante adesão voluntária e expressa usufruir dos serviços de saúde ofertados.

**Parágrafo Primeiro –** O PLANO DE SAÚDE será contratado para o período coincidente com o período de vigência desta CCT, exclusivamente nos contratos comerciais com tomadores de serviços que exijam assistência à saúde. A participação no subsídio do seu custeio será na razão de **50%** para o empregador e **50%** para o trabalhador, valor este que será descontado em folha de pagamento, mediante autorização prévia por escrito do trabalhador, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo trabalhador.

**Parágrafo Segundo -** Se o trabalhador for afastado de suas funções, passando a receber benefício do INSS, exceto em caso de acidente de trabalho, a empresa estará isenta do pagamento da parte que lhe cabe, do plano de assistência saúde, podendo o trabalhador optar por pagamento integral. A empresa também estará desobrigada do pagamento que lhe cabe, do plano de assistência saúde, no caso de aposentadoria do trabalhador, por qualquer causa ou circunstância.

**Parágrafo Terceiro:** Para os contratos em que o tomador de serviço **NÃO** exija a concessão do benefício do plano de saúde, por mera liberalidade da empresa, os trabalhadores em atividade, poderão realizar a adesão ao plano de saúde com operadora conveniada ao SEAC, desde que venham a arcar integralmente com o valor do plano, através do desconto em folha e mediante autorização prévia por escrito do empregado, sendo que tanto a mensalidade do plano e a taxa de adesão serão custeadas integralmente pelo trabalhador.

**Parágrafo Quarto:** Nas modalidades de adesão ao plano de saúde mencionadas nesta cláusula, o trabalhador poderá ainda incluir seus dependentes no mesmo plano, arcando com o valor integral de cada dependente incluído, através de desconto autorizado por escrito em folha de pagamento, desde que seja respeitado o limite máximo do desconto em folha.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL

As empresas representadas pelo SEAC/PA irão financiar a instituição, neste ato, da cláusula social denominada **"AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL"**, doravante denominado simplesmente **"PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL"**, com intuito de proporcionar a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho o usufruto das benesses viabilizadas pelo **"PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL"**.

Os benefícios viabilizados pelo **"PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL"** serão contratados e geridos pelo **SINELPA**, por meio de uma empresa especializada denominada **"Gestora"**, por ele contratada com a anuência do sindicato patronal, sendo certo que toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária, tributária e de qualquer outra espécie, decorrente de fatos ligados ao PLANO serão de inteira responsabilidade do **SINELPA** e da **Gestora**, nada podendo ser imposto ao **SEAC**, ante à sua não participação na gestão do benefício.

Fica acordado que, para viabilidade de implantação e manutenção dos benefícios viabilizados pelo **"PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL"**, caberá às empresas empregadoras, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, o pagamento mensal do **AUXÍLIO** no valor de **R\$ 19,90** por trabalhador com contrato de trabalho ativo, diretamente à empresa **"Gestora"**, por Conta e Ordem do **SINELPA**, sendo-lhes garantido o prazo até **28 de fevereiro de 2023**, pra implantação, sendo devidos os valores retroativos à data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho-CCT.

A empresa **"Gestora"**, conjuntamente com os demais fornecedores contratados pelo Sindicato Laboral, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT, qual seja, 02 (dois) anos.

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO, COBERTURAS e CARACTERÍSTICAS
Plano Odontológico*	<p>Cobertura conforme Rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS (Agência Nacional de Saúde):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Urgência</li><li>• Diagnóstico</li><li>• Prevenção</li><li>• Restauração</li><li>• Tratamento de canal</li><li>• Odontopediatria</li><li>• Radiologia</li><li>• Cirurgias</li><li>• Tratamento de gengiva</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prótese (bloco, coroa e pino)</li> </ul> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura Nacional</li> <li>• Sem Perícia</li> <li>• Isenção Total de Carências</li> </ul>
<b>Indenização por Morte ou Invalidez por Acidente Pessoal – AP**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coberturas:</li> </ul> <p>Indenização complementar por Morte Acidental – I.S de R\$ 1.000,00 (Mil reais)</p> <p>Indenização complementar Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente – I.S de R\$ 1.000,00 (Mil reais)</p> <p>*Acidentes decorrentes de trabalho ou acidentes pessoais</p>
<b>Assistência Funeral**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funeral Individual (morte natural ou acidental) – I.S de R\$ 3.300,00</li> <li>• Cesta Básica pelo período de 6 meses (em caso de morte por qualquer causa) por – R\$ 150,00</li> </ul>
<p>A empresa “<b>Gestora</b>”, conjuntamente com os demais fornecedores contratados pelo Sindicato Laboral, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT, qual seja, 02 (dois) anos.</p> <p><b>Assistência Natalidade**</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega de cartão magnético no valor de R\$ 600,00 <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ Quando do nascimento do filho do titular, o mesmo deverá entrar em contato com a central de atendimento em até 30 dias e deverá enviar a certidão de nascimento</li> </ul> </li> </ul>
<b>Assistência Pessoal**</b>	<p><b>Assistência Residencial**</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Chaveiro</li> <li>• Eletricista</li> <li>• Encanador</li> </ul> <p><b>Assistência Nutricional**</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta de Dados</li> <li>• Orientação Calórica</li> <li>• Recordatório 24 horas</li> <li>• Planejamento Alimentar</li> <li>• Pensamento em Nutrição</li> </ul>
<b>Assistência Automóvel**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Chaveiro</b></li> </ul> <p>Envio do profissional em casos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Chave trancada no interior do veículo,</li> <li>- Perda ou roubo da chave</li> </ul>

	<p>- Quebra da chave na ignição ou porta do veículo.</p> <p>Serviço prestado para chaves convencionais.</p> <p>• <b>Auxílio Pane Seca</b></p> <p>Remoção do veículo do local do evento até o posto de abastecimento mais próximo.</p> <p>• <b>Troca De Pneus</b></p> <p>Remoção do veículo, se necessário, até 100 km (cem quilômetros) contados do Local do Evento até seu Destino.</p>
<b>Sorteio</b>	<p><b>Sorteios pela Loteria Federal:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 (quatro) sorteios por mês no valor R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais), sendo 1 (um) sorteio por semana</li> </ul> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada trabalhador receberá um número da sorte que será utilizado em todos os sorteios.</li> <li>• Os resultados são divulgados semanalmente</li> </ul>

\* Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências, etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral.

\*\* Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas na Apólice estipulada/sub-estipulada pelo Sindicato Laboral com a Seguradora devidamente registrada na Susep.

**Parágrafo Primeiro:** A Gestora disponibilizará um *sistema on line* através do site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br/sinelpa> para que os empregadores realizem a inclusão de todos seus trabalhadores ativos e novos contratados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, bem como, a exclusão dos que tiverem o seu contrato de trabalho reincidente.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento mensal do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** deverá ser realizado pelas empresas Empregadoras, por cada trabalhador ativo, independente dos benefícios já ofertados por ela, que poderão ser retirados ou alterados, a critério do empregador, garantindo na íntegra o acesso aos benefícios previstos nesta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** O trabalhador poderá incluir seus dependentes no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** de dependentes, arcando integralmente com os valores correspondentes através de desconto em folha de pagamento. A inclusão e exclusão dos dependentes poderá ser realizada pelo próprio trabalhador através de seu acesso individualizado a sua conta de benefício no site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br>, ou através da central de relacionamento da Gestora, ou ainda através do departamento pessoal de sua empregadora que poderá incluir no sistema de movimentação online da Gestora.

**Parágrafo Quarto:** Fica estabelecido que o valor a ser pago mensalmente por cada trabalhador e/ou dependente(s) referente ao **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** será realizado pelas

empresas empregadoras através de boleto bancário, disponibilizado no *sistema online* pela empresa **Gestora**, com o vencimento todo dia 5 (Cinco) de cada mês. A cobrança do referido Auxílio será realizada pela empresa Gestora **por conta e ordem** do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Quinto:** As movimentações de inclusões e exclusões de trabalhadores e/ ou dependentes deverão ser realizadas até o dia 15 (Quinze) de cada mês através do sistema online e terão processamento efetivado com vigência no dia 01º (primeiro) do mês subsequente.

**Parágrafo Sexto:** Em caso de afastamento de trabalhador, por motivo de doença ou acidente de trabalho, o empregador manterá o recolhimento por mais 01 (um) mês, contado a partir da concessão do benefício previdenciário a que o trabalhador fizer jus.

**Parágrafo Sétimo:** A **Gestora** manterá uma Central de Relacionamento em dias úteis, de segunda à sexta, das 8h às 18h, para atender as empresas e seus beneficiários do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, referente a toda e quaisquer demandas em relação aos benefícios contemplados.

**Parágrafo Oitavo:** A **Gestora** disponibilizará aos trabalhadores através do site <http://www.bemmaisbeneficios.com.br> o acesso à certificados, regulamentos, condições gerais, números da sorte e todas as informações pertinentes ao funcionamento dos benefícios contemplados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**.

**Parágrafo Nono:** A **Gestora** disponibilizará material informativo com as orientações necessárias para que o trabalhador acesse as informações do seu **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** através do Site, cabendo às empresas empregadoras empreenderem seus melhores esforços para divulgar o referido material afim de dar conhecimento a todos os seus trabalhadores.

**Parágrafo Décimo:** O não pagamento do boleto até o vencimento estabelecido nesta Convenção Coletiva implicará na incidência de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, correção monetária pela variação positiva do IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre os valores não pagos.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** O inadimplemento superior há 10 (dez) dias, ocasionará a suspensão dos benefícios, estando a empresa empregadora sujeita a penalidades previstas nesta convenção, além da indenização e reembolso de serviços não cobertos ao trabalhador em detrimento da suspensão das coberturas.

**Parágrafo Décimo Segundo:** As empresas empregadoras deverão fornecer no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho com o trabalhador, a comprovação de vinculação do trabalhador através de demonstrativo de fatura e quitação do boleto do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** do mês vigente.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** O valor mensal do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta cláusula, tendo em vista o caráter assistencial e indenizatório, não têm natureza salarial e não se incorporam ao salário para qualquer fim.

**Parágrafo Décimo Quarto:** As empresas empregadoras terão até 60 (sessenta) dias, a partir da data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho, para comprovar ao SEAC/PA e ao SINELPA, que requereram a implantação do custo desse benefício perante seus tomadores de serviços, sejam públicos ou privados, mediante envio de cópia do protocolo do requerimento.

**Parágrafo Décimo Quinto:** As empresas empregadoras deverão promover a inclusão de todos seus trabalhadores, por contrato, por meio do *Sistema On Line* disponibilizado pela Gestora, conforme parágrafo primeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias após o primeiro pagamento realizado pelo tomador de serviços.

**Parágrafo Décimo Sexto:** O reajuste do valor do **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta cláusula será realizado anualmente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**Parágrafo Décimo Sétimo:** O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REMESSA DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO

## FGTS, PREVIDÊNCIA E SEGURO DE VIDA

As empresas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, remeterão aos trabalhadores, na forma do Art. 611-A, da CLT, e ao SINELPA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por e-mail ou por meio físico, cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e do pagamento dos valores indicados nas Informações à Previdência Social (Resolução nº 321, de 31.08.99, do Conselho Curador do FGTS), cópia do comprovante de seguro previsto nesta CCT em vigor devidamente quitada e relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CERTRAB

Considerando a expressiva extensão do território do Estado do Pará, base de atuação do SINELPA; considerando a escassez de recursos para manutenção da atividade sindical, em decorrência da reforma trabalhista; considerando que é dever institucional do SINELPA colaborar com o Poder Público na garantia e proteção dos direitos do trabalhador; considerando a necessidade de verificação do cumprimento das obrigações previstas nesta norma coletiva, especialmente daquelas de natureza social, utilizando mecanismo que exija investimento financeiro de baixa monta para sua efetivação, é que, por força desta Convenção Coletiva de Trabalho, todas as empresas a ela vinculadas, **ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA**, deverão manter atualizada a Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB, cujo prazo de validade será de **180 dias corridos**, sob pena de aplicação de multa no valor equivalente a **10 salários mínimos vigentes**, a ser revertida às entidades convenientes na razão de 50% (cinquenta por cento) para cada uma.

**Parágrafo Primeiro:** O requerimento para expedição de Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB será encaminhado ao SEAC/PA, em formulário próprio, em 02 vias, conforme o modelo do Anexo II, encontrado também no site [www.seac-pa.com.br](http://www.seac-pa.com.br), ou na Secretaria da entidade, assinado pelo representante legal da empresa e acompanhado de cópia dos documentos ali relacionados, todas rubricadas pelo requerente, e os respectivos originais, para conferência e devolução imediata no ato do protocolo.

**Parágrafo Segundo:** DA EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO: A Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas - CERTRAB, das empresas da categoria econômica será firmada:

a) Pelo SEAC/PA e SINELPA.

b) Exclusivamente pelo SEAC/PA no caso de conclusão favorável por esse e ausência de manifestação do SINELPA no prazo convencionado ou falta de consenso entre os Sindicatos Convenientes no julgamento de eventual recurso.

**Parágrafo Terceiro:** São documentos necessários para Emissão de Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB:

- 1) Contrato social e as alterações devidamente registradas;
- 2) Certidão de Regularidade INSS e FGTS;
- 3) Certidão Negativa de Débito Trabalhista-CNDT;
- 4) Comprovante de pagamento das contribuições Patronais: Assistencial Patronal, Confederativa e Negocial, todas previstas na norma coletiva de trabalho em vigor;
- 5) Comprovantes de pagamento do seguro de vida em grupo com apoio funeral e familiar referentes aos três últimos meses vencidos;
- 6) Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo SINELPA;
- 7) Comprovantes de pagamentos das Contribuições Laborais: Taxa Assistencial Negocial Laboral, Mensalidades Sindicais e Contribuição Confederativa / Não Associados, todas previstas na norma coletiva de trabalho em vigor;



8) Comprovante de pagamento da taxa de serviços, para expedição da CERTRAB e

9) SEFIP – SISTEMA EMPRESA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES E À PREVIDÊNCIA SOCIAL.

**Parágrafo Quarto:** As empresas que vierem a solicitar a emissão de CERTRAB pela primeira vez, estarão obrigadas à apresentação dos documentos discriminados no parágrafo segundo desta cláusula sob números 4, 5, 6, 7, 8 e 9 referentes aos últimos 60 (sessenta) meses, estando sujeitas às penalidades previstas nas CCT's anteriores, em caso de descumprimento de suas cláusulas, aplicando-se as multas previstas neste instrumento.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA CONVENÇÃO - CFC

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto à opinião pública, aos tomadores de serviços e às autoridades públicas e privadas de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de vez o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela manutenção da autofiscalização do setor, nos termos dispostos desta Norma Coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** Fica constituída uma Comissão de Auto Constatação formada por dois membros indicados por cada Sindicato conveniente, sendo 01 titular e 01 suplente, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios estampados nesta Convenção Coletiva, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria de seus membros titulares, que se reunirão, no mínimo, uma vez por mês.

**Parágrafo Segundo:** Cabe à Comissão de Auto Constatação, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Fundiária, das normas específicas do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, sejam eles de direito público ou privado.

**Parágrafo Terceiro:** Compete à Comissão de Auto Constatação: Receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços; requerer informações e documentos nos prazos em que estabelecer em cada caso; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto desta cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de interesse de eventual análise de seus membros; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

**Parágrafo Quarto:** Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato que possa ser caracterizado como objeto de apuração, nos termos desta Cláusula, a notificar o outro, no prazo máximo de 02 dias úteis, contado da data de conhecimento, sob pena de multa estipulada em **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)** em favor da entidade não notificada, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, penalidade esta que, no mesmo prazo, deverá ser igualmente cientificada.

## DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - NEGOCIAÇÃO/ACORDO COLETIVO

Para firmar Acordos Coletivos de Trabalho as empresas, ASSOCIADAS OU NÃO AO SEAC/PA, devem comprovar estar quites com suas obrigações sindicais mediante obtenção da Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB – Certidão Negativa de Contribuições ao SINELPA. Os trabalhadores de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com as respectivas

empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, mediante requerimento por escrito, endereçado ao Presidente do SINELPA que terá o prazo de **5 dias** para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao SEAC (Art. 617 CLT).

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA ACORDO

É condição indispensável para o atendimento da solicitação da empresa, pelos Sindicatos Convenientes, que a empresa, associada ou não ao SEAC/PA, seja portadora, durante todo o processo, da Certidão de Regularidade de Obrigações Trabalhistas – CERTRAB - Certidão Negativa de Contribuições ao SINELPA, na forma prevista nesta Convenção Coletiva;

I - Que o edital de convocação, publicado pelo SINELPA, observe:

a - Pauta: o objeto da AGT é votar a proposta da empresa que foi definida com o SEAC/PA, na sua integridade, não podendo ser discutida outra matéria estranha à pauta;

b - Dias e horários, em primeira e segunda convocação, devendo ser observado um intervalo de **05 (cinco) dias entre a publicação e o dia da primeira AGT** ou o prazo que a empresa e os Sindicatos Convenientes formalmente acordarem, condição especial esta que, por ser especial, deverá ser consignada nas atas. A segunda AGT deverá ocorrer no dia seguinte. O horário deverá ser estabelecido em comum acordo entre a empresa e o SINELPA visando proporcionar o comparecimento do maior número possível de trabalhadores da empresa. O intervalo entre a primeira e a segunda convocação deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) minutos;

c - Local de realização da AGT: A AGT deverá ser realizada em Belém ou nas localidades onde estejam estabelecidas Delegacias do SINELPA em que a empresa interessada esteja atuando, ou em outras instalações indicadas pelo SINELPA, a seu critério, inclusive podendo ocorrer nas instalações da própria empresa interessada;

d - Quórum mínimo para votação: em primeira convocação deverá comparecer e votar no mínimo 2/3 do efetivo de trabalhadores da empresa interessada, sediados na localidade. Em segunda convocação, o quórum será reduzido a 1/3 (um terço) do mesmo efetivo;

e - Aprovação: as propostas serão aprovadas se obtiverem a maioria simples dos votos válidos, assim considerado o total de 50% (cinquenta por cento, mais um do total de votos das AGTs;

f - Votação: deve ser consignado no edital que as AGTs serão realizadas em escrutínio secreto;

g - Publicidade: deverá ser dada ampla publicidade, observando no mínimo uma publicação em jornal de grande circulação no estado, fixação do edital durante todo período da convocação em todas as instalações da empresa e do SINELPA.

II – Deveram, ainda, ser adotadas as seguintes providências preliminares:

a - Relação de Trabalhadores por Localidades: a empresa deverá fornecer ao SINELPA uma relação de trabalhadores de cada localidade em que ela atue, com um campo em aberto para o controle de presença às AGTs e com base no último dia do mês anterior ao das AGTs;

b - Lista de Presença: a empresa deverá fornecer ao SINELPA lista de presença, para cada AGT e por localidade, com uma coluna para o trabalhador apor o seu nome e um espaço em branco ao lado, para a respectiva assinatura;

c - Cédula de Votação: a empresa deverá fornecer ao SINELPA as cédulas de votação que serão utilizadas nas AGT's, em que deverá constar a data da AGT, campo para rubrica do presidente e secretário da AGT e ainda a opção do voto;

d - Transporte: a empresa deverá fornecer vale-transporte ou outro meio de locomoção de modo a permitir a participação de todos seus trabalhadores;

e - Alimentação: a empresa deverá fornecer lanche para os trabalhadores cuja saída do seu turno de trabalho não permita que os mesmos satisfaçam a sua alimentação em casa, tendo em vista o horário de

início da AGT;

f - Sistema de Som: no local da AGT que esteja prevista a presença de mais que 50 (cinquenta) pessoas, a empresa deverá disponibilizar sistema de som;

III - Durante a realização da AGT deverão ser observados os seguintes itens:

a - Presidente, Secretário da AGT: a Presidência da AGT será indicada pelo SINELPA. Os trabalhadores presentes à AGT, antes de iniciar a sessão, designarão, entre os participantes, o(s) Secretários e o(s) Fiscais da votação e apuração do pleito, em número a ser designado pelo Presidente da AGT;

b- Confecção da Ata:

b.1.) Abertura: consignar a data, local horário, e se ocorreu em primeira ou em segunda convocação;

b.2) Composição da Mesa Diretora: listar o nome completo e a cargo dos componentes da mesa, inclusive os trabalhadores designados na alínea "a", deste item;

b.3) Pauta: leitura do edital e da proposta colocada em votação;

b.4) Discussão: registro das principais questões objetos da AGT;

b.5) Votação: registrar o total de votantes, observando a quantidade de votos válidos favoráveis à proposta, votos contrários, votos nulos e votos em branco;

b.6) Observações finais: consignar se houve impugnações à AGT ou outras manifestações;

b.7) Apuração final das AGTs: exclusivamente na segunda ata referente a AGT realizada na Capital do Estado, deverá constar a totalização dos votos de cada uma das AGTs.

b.8) Finalização: a ata deverá conter a assinatura do Presidente, Secretário(s), Fiscal(is), Preposto(s) da Empresa e dos representantes dos Sindicatos convenientes;

c - Arquivamento da documentação: as cédulas de votação, listas de trabalhadores, lista de presença e as atas das AGTs deverão ser encaminhadas ao SINELPA para arquivamento, ficando sob sua inteira responsabilidade, sendo facultado a empresa e ao SEAC/PA obterem cópia de todos os procedimentos formais que lhes interessar.

**Parágrafo Primeiro:** Resta convencionado que as partes (Empresa (s), SINELPA e SEAC/PA) poderão dispensar do Incisos I, II e III, desta cláusula, desde que ocorram situações de emergência ou de inexecutibilidade de prazos ou condições especiais impeditivas, assim como nos casos de prorrogação de Acordo Coletivo de Trabalho, quando previsto.

**Parágrafo Segundo:** Só serão reconhecidos e terão validade, para efeitos legais, os Acordos Coletivos de Trabalho que tenham observado os preceitos desta Clausula e estejam assinados pela Empresa(s) interessada(s), SINELPA e SEAC/PA, e devidamente Registrados e Arquivados na SRT

## MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Considerando as disposições da CLT, na redação de seu Art. 611 – A, as partes acordam entre si criar a Comissão de Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, com base nas condições abaixo enunciadas:

**Parágrafo Primeiro:** Com base na Lei 9.958/2000 fica criada a Comissões de Conciliação Prévia - CCP entre os Sindicatos signatários para que empregadores e trabalhadores possam celebrar acordo acerca de parcelas e direitos de natureza trabalhista, sendo que, com base no parágrafo único do artigo 625-E da referida lei, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

**Parágrafo Segundo:** Constitui objetivo geral da Comissão de Conciliação Prévia, a solução dos conflitos individuais decorrentes das relações de trabalho, por acordo entre as próprias partes, com a intermediação

dos sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores, através de seus representantes conciliadores, sem a intermediação da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos trabalhadores e empregadores, será firmado na comissão de mediação, pelo Sindicato Laboral, com a anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Quarto:** O termo previsto no §3º discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo trabalhador, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Quinto:** Todos os acordos coletivos serão firmados perante a presente comissão, com a mediação dos Sindicatos signatários, com assinatura do Sindicato Laboral e anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Sexto:** A presente Comissão também funcionará como câmara de arbitragem para os trabalhadores enquadrados no art. 507-A da CLT, que percebam remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e que em seus contratos de trabalho haja cláusula compromissória pactuada com concordância do trabalhador em submeter seus litígios a essa Comissão, nos termos previstos na Lei 9307/96.

**Parágrafo Sétimo:** Como não há mais contribuição compulsória prevista na legislação trabalhista a forma de organização, funcionamento e manutenção da Comissão prevista na presente cláusula será definida pelos Sindicatos signatários.

**Parágrafo Oitavo:** As comissões referidas no caput desta cláusula serão constituídas em caráter intersindical e serão compostas por **4 membros** indicados pelo Sindicato Profissional, sendo **2 titulares** e **2 suplentes**, e de igual número e condição de membros indicados pelo Sindicato Patronal.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DIVERGÊNCIAS/NEGOCIAÇÕES

As divergências surgidas na vigência desta convenção poderão ser dirimidas pelos sindicatos convenientes, através de termos aditivos específicos ou perante a justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

## DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do trabalhador, nos termos do Artigo 7º, da Constituição Federal e, visa a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações nela estabelecidas e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes, tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexequível, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal, esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente – tomador de serviços de asseio, conservação, higienização e demais serviços terceirizáveis, por parte, principalmente, do SINELPA, visando alertá-lo para a inexequibilidade do preço frente às as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, igualmente, com o disposto no Art. 48, da Lei nº. 8.666/93.

**Parágrafo Único:** O Sindicato Profissional SINELPA na defesa dos interesses da categoria e de suas prerrogativas, bem como no exercício de sua legitimidade conferida pela Constituição Federal, em seu Art. 8º, inciso III, comunicará imediatamente ao Tomador de Serviços, com Cópia ao Sindicato Patronal SEAC-PA, quaisquer tipos de irregularidades, bem como qualquer conduta antisindical, seja ela praticada pelo proprietário e/ou responsável legal ou funcionário (a) da empresa.

## CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Fica estabelecida multa de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, por trabalhador afetado ou prejudicado, por mês e multiplicado pelo número de cláusulas descumpridas, pelo descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser aplicada à parte infratora e a reverter em favor da parte prejudicada, seja ela **entidade sindical laboral**, ou **empresa**. A presente cláusula atende às exigências do inciso VIII do art. 613 da CLT e, quando de sua aplicação, deve ser respeitado o limite previsto no parágrafo único do art. 622 da norma consolidada.

## RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - RENOVAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

O atual Instrumento Coletivo, revoga a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO de MR006567/2022**, registrada em **12/04/2022**, em todos os seus termos.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES

### CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), associadas ou não ao SEAC/PA, que fornecem serviços terceirizados de **agente de portaria/fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista**, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho (**exceto servente de limpeza**) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do **SIMPLES NACIONAL**, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal

**Parágrafo Primeiro:** As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente, serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do **SIMPLES NACIONAL** em virtude da permissão legal prevista no Art. 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no caput da presente cláusula.

}

**BRUNO MOREIRA FERREIRA**

**PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS TERCEIRIZAVEIS TRABALHO TEMPORARIO LIMPEZA E CONSERVACAO  
AMBIENTAL DO ESTADO DO PARA SEAC**

**FRANCISCO DE SOUSA BARROS**

**VICE-PRESIDENTE**

**SIND DOS TRAB DE EMP DE A CONS HIG LIMP E SIM DO EST PA**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - TABELA SALARIAL 2023**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA AGE SINELPA 25 01 2023**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO III - ATA AGE 17 01 SEAC 2023**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO IV - LISTA DE PRESENÇA AGE SEAC**

[Anexo \(PDF\)](#)[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

## **Anexo IV - Planilha de cálculo - custo dos insumos.pdf**



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS  
SERVIÇO DE RECURSOS LOGÍSTICOS, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SELOF

**PLANILHA DE CUSTO DOS INSUMOS**

**OBJETO: SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE INSUMOS**

Materiais permanentes (máquinas/equipamentos)							
Tempo de utilização/ depreciação: variado							
Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço médio/ pesquisa de preços	Custo total	Tempo de depreciação/ utilização (meses)	Custo mensal
01	Aspirador profissional, aspira sólidos e líquidos, potência mínima de 1.500W, com barril de aço inox para capacidade mínima de 20 litros.	Unidade	3	R\$ 449,95	R\$ 1.349,85	60	R\$ 269,97
02	Veículo mini trator (rebocador), tipo agrícola, incluindo o fornecimento do combustível. Composição: trator transportador + carroceria de madeira. Capacidade de carga de no mínimo 1500 kg. Motor a diesel ou gasolina. No mínimo com os seguintes itens de segurança: Cinto de segurança, retrovisor, buzina, capota. O veículo será utilizado nas dependências da Instituição para transporte de lixo e entulhos em geral.	Unidade	1	R\$ 128.900,00	R\$ 128.900,00	120	R\$ 25.780,00
03	Carro de mão metálico mínimo 50 Litros com pneus aro 45 de borracha	Unidade	8	R\$ 220,94	R\$ 1.767,52	60	R\$ 353,50
04	Carro funcional para limpeza, em polipropileno, Dimensões (C x L x A): 116.00 x 57.00 x 100.00 centímetros; Peso: 18.00 Kg; acompanha kits completos e acessórios funcional de limpeza, contendo: Um Carrinho Funcional de Limpeza; Um Balde espremedor para duas águas; Uma Pá plástica para lixo; Uma Placa de Sinalização Piso Molhado trilingue; Um Conjunto Mop Pó de 60 cm com cabo em alumínio; Um conjunto Mop Úmido de 320 g crú com cabo em alumínio.	Unidade	22	R\$ 1.375,00	R\$ 30.250,00	60	R\$ 6.050,00
05	Enceradeira grande, tipo industrial, Motor elétrico : 1 HP, para pisos e acarpetados, Capacidade operacional: 3200 m2.	Unidade	4	R\$ 2.587,00	R\$ 10.348,00	60	R\$ 2.069,60
06	Lavadora de alta pressão (lava a jato), contendo nos mínimo: Tensão 220V; frequência 60HZ; potência 1500 W.	Unidade	3	R\$ 469,50	R\$ 1.408,50	60	R\$ 281,70
07	Cortador de grama elétrico com cabo ergonômico, potência mínima 2.500W, Tensão 220V; Faixa de corte máxima: 48cm de diâmetro. Marca de referência: TRAPP	Unidade	2	R\$ 1.145,00	R\$ 2.290,00	60	R\$ 458,00
08	Máquina para poda de árvores (podador de galhos), à gasolina, características mínimas 2T 33CC 1,3HP ,	Unidade	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00	60	R\$ 720,00
09	Motosserra à gasolina, potência mínima 2,4kw, cilindrada mínima 32 cm3	Unidade	2	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00	60	R\$ 420,00

10	Roçadeira de grama. 1 Motor com 2 tempos à gasolina. Mínimo 50 cc. Acessórios inclusos: Carretel de nylon; Lâmina 3 pontas; Cinto de suporte; Kit de ferramentas. Potência mínima: 2.000 W. 2,3 CV.	Unidade	4	R\$ 1.300,00	R\$ 5.200,00	60	R\$ 1.040,00
11	Relógio de ponto digital	Unidade	2	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00	60	R\$ 760,00
12	Rádio comunicador HT 16 canais	Unidade	3	R\$ 1.340,00	R\$ 4.020,00	60	R\$ 67,00
Custo total mensal							R\$ 38.269,77
Custo mensal por funcionário (132)							R\$ 289,92

Utensílios e ferramentas semipermanentes								
Tempo de utilização/depreciação: variado								
Item	Finalidade	Material	Unidade	Qtde	Preço médio / pesquisa de preço	Custo total	Tempo de depreciação/ utilização (meses)	Custo mensal
01	Limpeza interna	Balde dobrê completo com rodas, balde e espremedor, Reservatório interno com 08 Litros, tamanho 20L	Unidade	30	R\$ 541,00	R\$ 16.230,00	24	R\$ 676,25
02	Limpeza interna	Kit mopita completo com balde, espremedor, base, cabo de alumínio Retrátíl anodizado e refil. Mínimo de 5L	Unidade	60	R\$ 92,55	R\$ 5.553,00	12	R\$ 462,75
03	Limpeza interna	Kit mop pó completo (refil + base + cabo de alumínio Retrátíl anodizado) - tamanho mínimo 40cm	Unidade	30	R\$ 51,67	R\$ 1.550,10	12	R\$ 129,18
04	Limpeza interna	Kit mop pó completo (refil + base + cabo de alumínio Retrátíl anodizado) - tamanho 60cm	Unidade	30	R\$ 170,00	R\$ 5.100,00	12	R\$ 425,00
05	Limpeza interna	Kit mop pó completo (refil + base + cabo de alumínio Retrátíl anodizado) - tamanho 25cm	Unidade	30	R\$ 89,90	R\$ 2.697,00	12	R\$ 224,75
06	Limpeza interna	Burrifador portátil mínimo de 500 ml, com Válvula Gatilho. Utilizado para burrificar superfícies, mesas, móveis.	Unidade	120	R\$ 7,77	R\$ 932,40	24	R\$ 38,85
07	Limpeza interna	Cabo de vassoura em alumínio anodizado, mínimo 1,4m	Unidade	30	R\$ 38,07	R\$ 1.142,10	12	R\$ 95,18
08	Limpeza interna	Cabo extensão em alumínio anodizado para limpeza de vidros, alcance: 3 m.	Unidade	3	R\$ 90,09	R\$ 270,27	12	R\$ 22,52
09	Limpeza interna	Cabo em alumínio anodizado multiuso com rosca, diâmetro: 24 mm	Unidade	25	R\$ 49,50	R\$ 1.237,50	12	R\$ 103,13
10	Limpeza interna	Desentupidor de pia	Unidade	6	R\$ 8,99	R\$ 53,94	24	R\$ 2,25
11	Limpeza interna	Escada em alumínio de 5 degraus	Unidade	3	R\$ 180,00	R\$ 540,00	60	R\$ 9,00
12	Limpeza interna	Escada em alumínio de 7 degraus	Unidade	5	R\$ 264,59	R\$ 1.322,95	60	R\$ 22,05
13	Limpeza interna	Extensão elétrica de 50m mínimo 4 mm - 28 A	Unidade	8	R\$ 337,00	R\$ 2.696,00	60	R\$ 44,93
14	Limpeza interna	Extensão elétrica de 30m mínimo 2,5 mm - 21 A	Unidade	8	R\$ 180,46	R\$ 1.443,68	60	R\$ 24,06
15	Limpeza interna	Pá de Lixo com Cabo Plástico, mínimo 66 cm altura	Unidade	36	R\$ 35,69	R\$ 1.284,84	24	R\$ 53,54
16	Limpeza interna	Escova para lavar garrafas, com cerdas de nylon, haste em inox	Unidade	60	R\$ 25,65	R\$ 1.539,00	24	R\$ 64,13
17	Limpeza interna	Dispenser para sabonete líquido (de parede), capacidade mínima 600 mL	Unidade	300	R\$ 30,68	R\$ 9.204,00	60	R\$ 153,40
18	Limpeza interna	Dispenser para álcool em gel (de parede) Capacidade mínima de 800 ml	Unidade	200	R\$ 21,30	R\$ 4.260,00	60	R\$ 71,00

19	Limpeza interna	Suporte/dispenser para papel higiênico, para rolo de 300 a 500 metros, fabricado em plástico ABS branco; com visor para controle de reposição do papel; com sistema de fechamento que evite o furto do papel e a abertura indevida da tampa do suporte.	Unidade	180	R\$ 26,49	R\$ 4.768,20	60	R\$ 79,47
20	Limpeza interna	Dispenser/porta papel-toalha interfolha (de parede)	Unidade	300	R\$ 36,31	R\$ 10.893,00	60	R\$ 181,55
21	Limpeza interna	Carro coletor de lixo, com rodas e pedal, 240 Litros.	Unidade	20	R\$ 620,00	R\$ 12.400,00	60	R\$ 206,67
22	Jardinagem	Kit para jardinagem em metal, contendo pelo menos 3 tens: pá, ancinho e tesoura de poda.	Unidade	5	R\$ 213,33	R\$ 1.066,65	60	R\$ 17,78
23	Jardinagem	Bomba Costal Pulverizador Agrícola Manual, capacidade 20 Litros. Marca de referência: Vonder	Unidade	5	R\$ 145,45	R\$ 727,25	60	R\$ 12,12
24	Jardinagem	Pulverizador manual, Em plástico polietileno, capacidade 370ml. Utilização em jardinagem. Marca de referência: Guarani	Unidade	5	R\$ 9,50	R\$ 47,50	24	R\$ 1,98
25	Jardinagem	Cultivador duplo	Unidade	4	R\$ 35,00	R\$ 140,00	60	R\$ 2,33
26	Jardinagem	Enxada	Unidade	6	R\$ 77,00	R\$ 462,00	60	R\$ 7,70
27	Jardinagem	Enxadeco	Unidade	3	R\$ 105,00	R\$ 315,00	60	R\$ 5,25
28	Jardinagem	Mangueira de jardim 50m, em PVC Flexível Com Trama De Poliéster Como Reforço. Acompanha Esguicho + União Torneira.	Unidade	10	R\$ 178,99	R\$ 1.789,90	60	R\$ 29,83
29	Jardinagem	Peneira de jardinagem	Unidade	4	R\$ 26,00	R\$ 104,00	60	R\$ 1,73
30	Jardinagem	Regador mínimo 3 litros	Unidade	6	R\$ 28,50	R\$ 171,00	24	R\$ 7,13
31	Jardinagem	Tesoura reta para poda	Unidade	8	R\$ 180,00	R\$ 1.440,00	60	R\$ 24,00
32	Jardinagem	Tesoura para jardim 12"	Unidade	8	R\$ 93,50	R\$ 748,00	60	R\$ 12,47
33	Roçagem	Machado, tamanho 2, Cabo De Madeira 50 Cm	Unidade	2	R\$ 61,58	R\$ 123,16	60	R\$ 2,05
34	Roçagem	Martelo, cabeça mínimo 25 Mm	Unidade	3	R\$ 63,99	R\$ 191,97	60	R\$ 3,20
35	Roçagem	Pá de Bico de metal para resíduos pesados, mínimo 71 cm	Unidade	6	R\$ 49,90	R\$ 299,40	60	R\$ 4,99
36	Roçagem	Serrote de poda	Unidade	4	R\$ 39,90	R\$ 159,60	60	R\$ 2,66
37	Roçagem	Terçado, cabo mín 20 polegadas	Unidade	12	R\$ 87,00	R\$ 1.044,00	60	R\$ 17,40
38	Roçagem	Escada andaime com degraus, estrutura de 4 metros	Metro	1	R\$ 719,00	R\$ 719,00	60	R\$ 11,98
39	Roçagem	Tela para proteção em roçagem, 40 metros	Unidade	1	R\$ 100,37	R\$ 100,37	60	R\$ 1,67
40	Roçagem	Cavadeira ferro de cova reta, com cabo	Unidade	2	R\$ 45,60	R\$ 91,20	60	R\$ 1,52
41	Roçagem	Cavadeira articulada com cabo (draga)	Unidade	2	R\$ 99,90	R\$ 199,80	60	R\$ 3,33
42	Roçagem	Escada extensiva de fibra de vidro, com 2 lances	Unidade	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	60	R\$ 26,67
43	Roçagem	Fita zebrada para sinalização e isolamento de áreas, rolo com no mínimo 200m	Rolo	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00	12	R\$ 3,33
	Custo total mensal							R\$ 3.290,76
	Custo mensal por funcionário							R\$ 25,31

Uniformes e vestimentas									
Tempo de utilização: substituição a cada 6 (seis) meses									
Item	Tipo	Unidade	Utilidade	Qte por funcionário	Qte de funcionários	Qte para 6 meses	Qte para 12 meses	Preço médio/Pesquisa de preço	Vlr total para 12 meses
01	Crachá, com nome e foto atualizada e visível	Unidade	Todos os funcionários	1	132	132	264	R\$ 15,00	R\$ 3.960,00
02	Uniforme (kit calça e camisa): Calça em tecido Oxford ou brim leve; camisa em algodão; manga curta, gola careca;	Kit	Todos os funcionários	2	132	264	528	R\$ 99,90	R\$ 52.747,20
03	Camisa em algodão, manga longa, gola careca, preferência em cor clara, para funcionários sujeitos à exposição solar	Unidade	Funcionários da externa sujeitos à exposição à luz solar (ASG, operador de máquinas leves, jardineiros, operador de máquinas pesadas, coletor de apoio externo)	1	40	40	80	R\$ 49,90	R\$ 3.992,00
04	Botina de segurança, cor preta, com solado em poliuretano bidensidade, bico arredondado, com clástico, sem biqueira. Marca de referência: Vonder	Par	Todos os funcionários	2	132	264	528	R\$ 59,90	R\$ 31.627,20
05	Bota de segurança em PVC, cano longo, tipo galocha, impermeável, na cor preta, solado com relevo antiderrapante, resistente ao contato líquido, graxas, produtos químicos, ácidos, solventes, hidrocarbonetos (derivados de petróleo), fungos e bactérias.	Par	Funcionários da externa sujeitos a contato com líquidos (ASG, operador de máquinas leves, jardineiros, operador de máquinas pesadas, coletor de apoio externo)	2	45	90	180	R\$ 39,89	R\$ 7.180,20
Custo total para 12 meses									R\$ 99.506,60
Custo total mensal									R\$ 8.292,22
Custo mensal por funcionário (132 funcionários)									R\$ 62,82

Equipamentos de proteção individual - EPI								
Tempo de utilização/depreciação: variado								
Item	EPI	Unidade	Utilização	Qte de funcionários	Custo médio/Pesquisa de preços	Custo total	Tempo de utilização/depreciação (meses)	Custo total mensal
01	Abafador auditivo tipo concha	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 39,99	R\$ 199,95	12	R\$ 16,66
02	Capa de chuva de plástico com capuz (conjunto = calça + camisa)	Unidade	Funcionários da área externa (ASG, operador de máquinas leves, jardineiros, operador de máquinas pesadas, coletor de apoio externo)	3	R\$ 22,50	R\$ 67,50	12	R\$ 5,63
03	Capacete plástico branco	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 12,00	R\$ 60,00	12	R\$ 5,00
04	Avental de segurança - raspa de couro	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 48,02	R\$ 240,10	12	R\$ 20,01
05	Chapéu em tecido, tipo árabe, com protetor solar	Unidade	Funcionários da área externa (ASG, operador de máquinas leves, jardineiros, operador de máquinas pesadas, coletor de apoio externo)	40	R\$ 19,00	R\$ 760,00	6	R\$ 126,67
06	Cinta ergonômica lombar	Unidade	Operador de máquinas leves, carregadores, coletores de apoio	23	R\$ 79,90	R\$ 1.837,70	12	R\$ 153,14
07	Cinto de sustentação para uso com roçadeira	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 37,86	R\$ 189,30	12	R\$ 15,78
08	Óculos de proteção, em acrílico escuro	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 4,05	R\$ 20,25	6	R\$ 3,38
09	Óculos de proteção, em acrílico transparente	Unidade	Operador de máquinas leves, carregadores	11	R\$ 4,68	R\$ 51,48	6	R\$ 8,58
10	Protetor facial em acrílico	Unidade	Operador de máquinas leves	7	R\$ 37,00	R\$ 259,00	12	R\$ 21,58
11	Conjunto Cinto De Segurança Paraquedista E Talabarte Em Y	Unidade	Operador de máquinas leves	5	R\$ 199,00	R\$ 995,00	12	R\$ 82,92
12	Botina de segurança, bidensidade, com bico de aço. Marca de referência: Vulcaflex	Par	Carregadores	6	R\$ 64,84	R\$ 389,04	12	R\$ 32,42
13	Perneira de segurança	Par	Operador de máquinas leves	15	R\$ 35,00	R\$ 525,00	12	R\$ 43,75
14	Avental criogênico para proteção contra nitrogênio líquido, tamanho 91 x 60 cm. Tamanho único	Unidade	Carregadores	6	R\$ 2.503,97	R\$ 15.023,82	24	R\$ 625,99
15	Luva criogênica, impermeável, meio braço, tamanho GG. Modelo Cryo Gloves, para proteção contra nitrogênio líquido,	Par	Carregadores	6	R\$ 1.396,80	R\$ 8.380,80	24	R\$ 349,20
16	Luva grafatex (mão de gato)	Par	Copeiro	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00	12	R\$ 5,00
Custo total mensal								R\$ 1.515,70
Custo mensal por funcionário (132)								R\$ 11,48

Materiais de consumo						
Utilização/ consumo: mensal						
Item	Finalidade	Material	Unidade	Quantidade mensal	Preço médio/ pesquisa preço	Total mensal
01	Limpeza interna	Água sanitária, uso doméstico, à base de hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo entre 2,0% p/p a 2,5%	Litro	50	R\$ 2,22	R\$ 111,00
02	Limpeza interna	Álcool etílico líquido 70%, incolor, categoria comercial, acondicionado em frasco plástico resistente, com tampa de rosca com lacre, contendo rótulo com registro no Ministério da Saúde/Anvisa, data de fabricação, lote e data de validade e nome do fabricante.	Litro	100	R\$ 14,50	R\$ 1.450,00
03	Limpeza interna	Álcool em gel antisséptico 70%, refil de acordo com o dispenser fornecido - 500 ml	Frasco	100	R\$ 4,95	R\$ 495,00
04	Limpeza interna	Avental de copeira	Unidade	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
05	Limpeza interna	Avental de PVC	Unidade	20	R\$ 7,89	R\$ 157,80
06	Limpeza interna	Fio barbante de sisal, rolo de 100 metros	Rolo	1	R\$ 18,07	R\$ 18,07
07	Limpeza interna	Cera líquida incolor	Bombona de 5L	5	R\$ 15,60	R\$ 78,00
08	Limpeza interna	Cera líquida incolor seladora antiderrapante	Bombona de 5L	5	R\$ 12,08	R\$ 60,40
09	Limpeza interna	Removedor de cera	Bombona de L	5	R\$ 26,04	R\$ 130,20
10	Limpeza interna	Limpa vidro líquido 500ml	Unidade	10	R\$ 1,67	R\$ 16,70
11	Limpeza interna	Adaptador Torneira 3/4 E 1/2 Tramontina	Unidade	6	R\$ 1,80	R\$ 10,80
12	Limpeza interna	Desinfetante doméstico com aroma, para usos em banheiros e pisos, diluível	Bombona de 5L	10	R\$ 23,00	R\$ 230,00
13	Limpeza interna	Desinfetante hospitalar com quaternário de amônia. Marca de referência: Desinfet Plus	Bombona de 5L	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00
14	Limpeza interna	Desodorizador de ar spray, 400 ml	Unidade	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
15	Limpeza interna	Detergente neutro concentrado para limpeza pesada	Bombona de 5L	10	R\$ 10,28	R\$ 102,80
16	Limpeza interna	Detergente doméstico neutro de 500ml, para lavagem de louça	Unidade	100	R\$ 2,90	R\$ 290,00
17	Limpeza interna	Detergente Clorado (HC), diluível	Bombona de 5L	10	R\$ 11,69	R\$ 116,90
18	Limpeza interna	Disco abrasivo limpador	Unidade	8	R\$ 24,00	R\$ 192,00
19	Limpeza interna	Esponja dupla face para lavagem de louça	Unidade	150	R\$ 0,63	R\$ 94,50
20	Limpeza interna	Escova de mão	Unidade	30	R\$ 2,40	R\$ 72,00
21	Limpeza interna	Escova sanitária com suporte	Unidade	150	R\$ 2,58	R\$ 387,00
22	Limpeza interna	Escovão/ vassourão de piaçava, com cabo	Unidade	12	R\$ 6,08	R\$ 72,96
23	Limpeza interna	Flanela de algodão, 30x40 cm, na cor branca	Unidade	80	R\$ 1,42	R\$ 113,60
24	Limpeza interna	Fibra abrasiva para limpeza leve - Branca	Unidade	35	R\$ 15,23	R\$ 533,05

25	Limpeza interna	Fibra abrasiva para limpeza pesada - Verde ou Preta	Unidade	35	R\$ 22,50	R\$ 787,50
26	Limpeza interna	Hipoclorito de sódio, concentração 1%	Bombona de 5L	6	R\$ 11,29	R\$ 67,74
27	Limpeza interna	Inseticida spray 300ml	Unidade	30	R\$ 8,25	R\$ 247,50
28	Limpeza interna	Lã de aço, pacote com 8 esponjas	Pacote	24	R\$ 0,99	R\$ 23,76
29	Limpeza interna	Lustra móveis, frasco de 500ml	Frasco	24	R\$ 4,17	R\$ 100,08
30	Limpeza interna	Refil Mop parede 25cm	Unidade	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
31	Limpeza interna	Refil mop pó sintético 40 cm	Unidade	25	R\$ 14,00	R\$ 350,00
32	Limpeza interna	Refil mop pó sintético 60 cm	Unidade	25	R\$ 15,00	R\$ 375,00
33	Limpeza interna	Refil mopita em tiras de algodão	Unidade	50	R\$ 21,57	R\$ 1.078,50
34	Limpeza interna	Naftalina em bolas 100% pura	Pacote de 1kg	2	R\$ 57,75	R\$ 115,50
35	Limpeza interna	Pano de chão alvejado 40 x 60 cm	Unidade	100	R\$ 2,51	R\$ 251,00
36	Limpeza interna	Pano de copa com bainha	Unidade	10	R\$ 2,20	R\$ 22,00
37	Limpeza interna	Papel higiênico folha dupla, branco neve, tipo macio, rolo pequeno, tamanho 10cm x 30 metros	Rolo	4000	R\$ 0,68	R\$ 2.720,00
38	Limpeza interna	Papel higiênico rolo grande, tamanho 9cm x 300 metros, alta Absorção, altamente macio, 100% celulose virgem; fácil desagregação de fibras	Rolo	100	R\$ 4,19	R\$ 419,00
39	Limpeza interna	Papel toalha interfolha, branco neve, gofrado, fardo com 1.000 folhas.	Fardo	400	R\$ 12,29	R\$ 4.916,00
40	Limpeza interna	Pedra sanitária com aroma	Unidade	400	R\$ 1,17	R\$ 468,00
41	Limpeza interna	Sabão em barra de 1 quilo	Unidade	30	R\$ 7,58	R\$ 227,40
42	Limpeza interna	Sabão em pó, pacote com 500g	Pacote	24	R\$ 2,41	R\$ 57,84
43	Limpeza interna	Sabonete líquido anti-séptico para higienização das mãos	Bombona de 5L	30	R\$ 12,25	R\$ 367,50
44	Limpeza interna	Saco preto para lixo 30L, de alta resistência	Unidade	4000	R\$ 0,77	R\$ 3.080,00
45	Limpeza interna	Saco preto para lixo 50L, de alta resistência	Unidade	3000	R\$ 0,20	R\$ 600,00
46	Limpeza interna	Saco preto para lixo 100L, de alta resistência	Unidade	3000	R\$ 0,29	R\$ 870,00
47	Limpeza interna	Saco preto para lixo 200L, de alta resistência	Unidade	1000	R\$ 0,31	R\$ 310,00
48	Limpeza interna	Saco de lixo hospitalar 50L	Unidade	600	R\$ 0,28	R\$ 168,00
49	Limpeza interna	Saco de lixo hospitalar 100L	Unidade	600	R\$ 0,28	R\$ 168,00
50	Limpeza interna	Saponáceo em pó de 300g	Unidade	40	R\$ 4,07	R\$ 162,80
51	Limpeza interna	Tela odorizante para mictório	Unidade	24	R\$ 3,24	R\$ 77,76
52	Limpeza interna	Vassoura de piaçava com chapa	Unidade	60	R\$ 9,37	R\$ 562,20
53	Limpeza interna	Vassourinha / escovinha sanitária piaçava	Unidade	24	R\$ 2,79	R\$ 66,96
54	Proteção	Luva em látex natural para limpeza - P	Par	30	R\$ 2,53	R\$ 75,90
55	Proteção	Luva em látex natural para limpeza - M	Par	50	R\$ 1,80	R\$ 90,00
56	Proteção	Luva em látex natural para limpeza - G	Par	50	R\$ 1,43	R\$ 71,50
57	Proteção	Luva para procedimento nitrílica - P	Caixa com 100	3	R\$ 10,46	R\$ 31,38



58	Proteção	Luva para procedimento nitrílica - M	Caixa com 100	3	R\$ 12,33	R\$ 36,99
59	Proteção	Luva para procedimento nitrílica - G	Caixa com 100	3	R\$ 12,99	R\$ 38,97
60	Proteção	Máscara cirúrgica descartável com selo anvisa	Caixa com 100	20	R\$ 28,56	R\$ 571,20
61	Proteção	Touca descartável em tecido TNT	Pacote com 100	5	R\$ 5,80	R\$ 29,00
62	Proteção	Luva pigmentada em tecido	Par	40	R\$ 1,60	R\$ 64,00
63	Proteção	Luva ranhurada - P	Par	30	R\$ 2,18	R\$ 65,40
64	Proteção	Luva ranhurada - M	Par	50	R\$ 4,50	R\$ 225,00
65	Proteção	Luva ranhurada - G	Par	50	R\$ 6,66	R\$ 333,00
66	Proteção	Protetor solar líquido, no mínimo FPS 60, bombona com 4 litros. Marca de referência: Nutriex	Bombona	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
67	Roçagem/jardinagem	Combustível (gasolina) para máquinas de roçagem	Litro	400	R\$ 4,95	R\$ 1.980,00
68	Roçagem/jardinagem	Combustível para o veículo de transporte de lixo (diesel ou gasolina)		400	R\$ 6,15	R\$ 2.460,00
69	Materiais de limpeza	Lâmina para reco	Metro	5	R\$ 10,99	R\$ 54,95
70	Roçagem/jardinagem	Fio de nylon para roçadeira	Metro	600	R\$ 0,49	R\$ 294,00
71	Roçagem/jardinagem	Óleo 2 Tempos	Litro	8	R\$ 54,00	R\$ 432,00
72	Roçagem/jardinagem	Vassoura de jardim (rastelo) em metal mín. 22 dentes (palheta e cabo)	Unidade	30	R\$ 13,60	R\$ 408,00
Custo total mensal						R\$ 32.284,11
Custo mensal por funcionário (132)						R\$ 248,34

## **Anexo V - Planilha de cálculo - custo dos postos.pdf**

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS  
SERVIÇO DE RECURSOS LOGÍSTICOS, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SELOF

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**OBJETO: SERVIÇO CONTINUADO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE INSUMOS**

A formação do custo considerou:

1. O valor dos salários conforme Convenção SEAC X SINELPA 095/2023 (vigência 12/2024);
2. Os percentuais de encargos sociais e previdenciários conforme a legislação correlata vigente;
3. Os percentuais definidos pela Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 05/2017;
4. A pesquisa de preço dos insumos conforme planilha anexa ao processo;
5. Lucro calculado pelo lucro real; custos indiretos e tributos pelos percentuais máximos permitidos na legislação vigente;

Item	CATSER	Profissional		Insalubridade	Unidade	Quantidade de postos			Custo					
						Unidade - Ananindeua	Unidade - Belém	Total	Vlr unit (R\$) - Planilha de custos IEC (A)	Vlr unit (R\$) - Cotação LG Serviços (B)	Vlr unit (R\$) - Contrato 101/2023 - LG Serviços (C)	Custo unitário (média entre A, B e C)	Vlr estimado mensal (R\$)	Vlr estimado anual (R\$)
01	24023	CBO 4101-05	Supervisor geral	20%	Posto	1		1	R\$ 7.773,21	R\$ 9.420,35	R\$ 6.122,12	R\$ 7.771,89	R\$ 7.771,89	R\$ 93.262,71
02	24023	CBO 4110-10	Encarregado	20%	Posto	2	1	3	R\$ 6.905,46	R\$ 8.346,39	R\$ 5.397,49	R\$ 6.883,11	R\$ 20.649,34	R\$ 247.792,10
03	24023	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	20%	Posto	27	3	30	R\$ 5.419,75	R\$ 6.466,78	R\$ 4.156,68	R\$ 5.347,74	R\$ 160.432,08	R\$ 1.925.184,95
04	24023	CBO 5143-20	Auxiliar de serviços gerais	-	Posto	32	5	37	R\$ 4.786,38	R\$ 5.723,65	R\$ 3.627,64	R\$ 4.712,56	R\$ 174.364,62	R\$ 2.092.375,44
05	24023	CBO 7832-10	Carregador	40%	Posto	6		6	R\$ 6.053,11	R\$ 7.291,67	R\$ 4.685,72	R\$ 6.010,17	R\$ 36.061,01	R\$ 432.732,09
06	24023	CBO 8623-10	Operador de incinerador	40%	Posto	1		1	R\$ 7.738,48	R\$ 9.377,50	R\$ 6.093,28	R\$ 7.736,42	R\$ 7.736,42	R\$ 92.837,05
07	24023	CBO 6220-20	Operador de máquinas leves	20%	Posto	5		5	R\$ 6.183,58	R\$ 7.196,63	R\$ 4.794,61	R\$ 6.058,27	R\$ 30.291,37	R\$ 363.496,39
08	24023	CBO 6410-15	Tratorista	40%	Posto	1		1	R\$ 7.214,11	R\$ 7.944,50	-	R\$ 7.579,31	R\$ 7.579,31	R\$ 90.951,67
09	24023	CBO 6230-20	Tratador de animais	40%	Posto	22	1	23	R\$ 6.313,88	R\$ 7.614,35	R\$ 4.903,49	R\$ 6.277,24	R\$ 144.376,51	R\$ 1.732.518,11
10	24023	CBO 5164-05	Lavadeira	40%	Posto	1		1	R\$ 6.053,11	R\$ 7.291,67	R\$ 4.685,72	R\$ 6.010,17	R\$ 6.010,17	R\$ 72.122,02
11	24023	CBO 5142-05	Coletor de lixo infectante	40%	Posto	16	1	17	R\$ 6.664,07	R\$ 8.047,80	R\$ 5.195,97	R\$ 6.635,95	R\$ 112.811,09	R\$ 1.353.733,13
12	24023	CBO 6220-10	Jardineiro	-	Posto	5		5	R\$ 5.397,34	R\$ 6.479,78	R\$ 4.137,85	R\$ 5.338,32	R\$ 26.691,61	R\$ 320.299,36
13	24023	CBO 5134-25	Copeiro	-	Posto	2		2	R\$ 4.786,38	R\$ 5.723,65	R\$ 3.627,64	R\$ 4.712,56	R\$ 9.425,11	R\$ 113.101,38
<b>Total</b>						<b>121</b>	<b>11</b>	<b>132</b>					<b>R\$ 744.200,53</b>	<b>R\$ 8.930.406,38</b>

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4101-05
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Supervisor
5	Quantidade de postos	1

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 2.476,36
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 279,84
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 2.756,20

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.756,20
		Total	R\$ 2.756,20

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	229,59
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	339,01
Total do Submódulo 2.1			568,60

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.756,20
		Submódulo 2.1	R\$ 568,60
		Total	R\$ 3.324,80

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 664,96
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 83,12
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 99,74
D	SESC ou Sesi. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 49,87
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 33,25
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 19,95
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 6,65
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 265,98
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 1.223,53

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 27,42	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 548,32	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 568,60	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.223,53	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 548,32	
Total do Modulo 2		R\$ 2.340,45	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 2.756,20
		Total	R\$ 2.756,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 11,58
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,83
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 119,89
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 53,47
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 19,57
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 17,92
Total do Módulo 3		R\$ 223,25	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 2.756,20
		Módulo 2	R\$ 2.340,45
		Módulo 3	R\$ 223,25
		Total	R\$ 5.319,90
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 49,48
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 29,79
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,60
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 17,56
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 3,72
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 102,14	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 102,14
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 102,14
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 6.059,91	R\$ 181,80
B	Lucro	6,79%	R\$ 6.241,71	R\$ 423,81
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 7.773,21	R\$ 590,76
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 7.773,21	R\$ 128,26
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 7.773,21	R\$ 388,66
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.713,29
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.756,20
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.340,45
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 223,25
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 102,14
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 6.059,91
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.713,29
Valor Total por Empregado				R\$ 7.773,21
Quantidade de postos				1
Total por postos				R\$ 7.773,21

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-10
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Quantidade de postos	3

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 2.079,20
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 279,84
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 2.359,04

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.359,04
		Total	R\$ 2.359,04

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	196,51
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	290,16
Total do Submódulo 2.1			486,67

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.359,04
		Submódulo 2.1	R\$ 486,67
		Total	R\$ 2.845,71

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 569,14
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 71,14
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 85,37
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 42,69
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 28,46
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 17,07
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 5,69
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 227,66
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 1.047,22

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 51,25	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 572,15	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 486,67	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.047,22	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 572,15	
Total do Modulo 2		R\$ 2.106,04	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 2.359,04
		Total	R\$ 2.359,04
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 9,91
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,71
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 102,62
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 45,77
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 16,75
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 15,33
Total do Módulo 3		R\$ 191,08	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 2.359,04
		Módulo 2	R\$ 2.106,04
		Módulo 3	R\$ 191,08
		Total	R\$ 4.656,16
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 43,30
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 26,07
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,40
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 15,37
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 3,26
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 89,40	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00



Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 89,40
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 89,40
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / ( 1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 5.383,43	R\$ 161,50
B	Lucro	6,79%	R\$ 5.544,93	R\$ 376,50
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 6.905,46	R\$ 524,82
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 6.905,46	R\$ 113,94
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 6.905,46	R\$ 345,27
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.522,03
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.359,04
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.106,04
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 191,08
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 89,40
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 5.383,43
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.522,03
Valor Total por Empregado				R\$ 6.905,46
Quantidade de postos				3
Total por postos				R\$ 20.716,39

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS			
Nº do processo:		25209.004445/2023-58	
Licitação nº:		XXX/2024	
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		XX/XX/2024	
Município/UF		Ananindeua-PA	
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		SEAC x SINELPA - PA000095/2023	
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/01/2023	
Número de meses de execução contratual		12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Auxiliar de serviços gerais
5	Quantidade de postos		30
Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor
A	Salário-Base da categoria		R\$ 1.399,20
B	Adicional de Insalubridade: 20%		R\$ 279,84
C	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1			R\$ 1.679,04
Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 1.679,04
		Total	R\$ 1.679,04
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	139,86
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	206,52
Total do Submódulo 2.1			346,39
Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 1.679,04
		Submódulo 2.1	R\$ 346,39
		Total	R\$ 2.025,43
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 405,09
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 50,64
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 60,76
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 30,38
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 20,25
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 12,15
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 4,05
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 162,03
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 745,36

<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>			
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: $[(2 \times \text{Vale Transporte} \times 22) - (6\% \times \text{Salário-Base})]$	R\$ 92,05	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = $[(22 \times \text{Vale Alimentação}) \times (1-0,10\%)]$	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
<b>Total do Submódulo 2.3</b>			<b>R\$ 612,95</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>R\$ 346,39</b>	
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>R\$ 745,36</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 612,95</b>	
<b>Total do Módulo 2</b>			<b>R\$ 1.704,69</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 3</b>		<b>Módulo 1</b>	R\$ 1.679,04
		<b>Total</b>	R\$ 1.679,04
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão (do titular)</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 7,05
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,50
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 73,04
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 32,57
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 11,92
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 10,91
<b>Total do Módulo 3</b>			<b>R\$ 136,00</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 4</b>		<b>Módulo 1</b>	<b>R\$ 1.679,04</b>
		<b>Módulo 2</b>	<b>R\$ 1.704,69</b>
		<b>Módulo 3</b>	<b>R\$ 136,00</b>
		<b>Total</b>	<b>R\$ 3.519,73</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 32,73
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 19,71
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,06
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,62
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,46
F	Outros (especificar)		
<b>Total do Submódulo 4.1</b>			<b>R\$ 67,58</b>
<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada</b>			
<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>		<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
<b>Total do Submódulo 4.2</b>			<b>0,00</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 67,58
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 67,58
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 4.225,18
B	Lucro		6,79%	R\$ 4.351,94
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 5.419,75
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 5.419,75
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 5.419,75
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.194,57
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.679,04
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.704,69
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 136,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 67,58
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.225,18
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.194,57
Valor Total por Empregado				R\$ 5.419,75
Quantidade de postos				30
Total por postos				R\$ 162.592,44

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de serviços gerais
5	Quantidade de postos	37

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.399,20
B	Adicional de Insalubridade	R\$ 0,00
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 1.399,20

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Total	R\$ 1.399,20

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	116,55
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	172,10
Total do Submódulo 2.1			288,65

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Submódulo 2.1	R\$ 288,65
		Total	R\$ 1.687,85

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 337,57
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 42,20
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 50,64
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 25,32
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 16,88
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 10,13
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 3,38
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 135,03
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 621,13

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 92,05	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 612,95	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 288,65	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 621,13	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 612,95	
Total do Modulo 2		R\$ 1.522,73	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Total	R\$ 1.399,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 5,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,42
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 60,87
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 27,14
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 9,93
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 9,09
Total do Módulo 3		R\$ 113,34	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Módulo 2	R\$ 1.522,73
		Módulo 3	R\$ 113,34
		Total	R\$ 3.035,27
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 28,23
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 17,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 0,91
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 10,02
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,12
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 58,28	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 58,28
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 58,28
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 3.731,42
B	Lucro		6,79%	R\$ 3.843,36
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 4.786,38
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 4.786,38
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 4.786,38
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.054,97
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.399,20
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.522,73
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 113,34
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 58,28
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.731,42
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.054,97
Valor Total por Empregado				R\$ 4.786,38
Quantidade de postos				37
Total por postos				R\$ 177.096,13

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	7832-10
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Carregador
5	Quantidade de postos	6

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.399,20
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 1.958,88

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Total	R\$ 1.958,88

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	163,17
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	240,94
Total do Submódulo 2.1			404,12

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Submódulo 2.1	R\$ 404,12
		Total	R\$ 2.363,00

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 472,60
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 59,07
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 70,89
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 35,44
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 23,63
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 14,18
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 4,73
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 189,04
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 869,58



Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 92,05	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 612,95	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 404,12	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 869,58	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 612,95	
Total do Modulo 2		R\$ 1.886,65	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Total	R\$ 1.958,88
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 8,23
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,59
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 85,21
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 38,00
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 13,91
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 12,73
Total do Módulo 3		R\$ 158,67	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Módulo 2	R\$ 1.886,65
		Módulo 3	R\$ 158,67
		Total	R\$ 4.004,20
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 37,24
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 22,42
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,20
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 13,21
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,80
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 76,88	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 76,88
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 76,88
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 4.718,95	R\$ 141,57
B	Lucro	6,79%	R\$ 4.860,52	R\$ 330,03
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 6.053,11	R\$ 460,04
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 6.053,11	R\$ 99,88
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 6.053,11	R\$ 302,66
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.334,17
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.958,88
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.886,65
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 158,67
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 76,88
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.718,95
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.334,17
Valor Total por Empregado				R\$ 6.053,11
Quantidade de postos				6
Total por postos				R\$ 36.318,68

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	8623-10
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Operador de incinerador
5	Quantidade de postos	1

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 2.170,58
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 2.730,26

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.730,26
		Total	R\$ 2.730,26

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	227,43
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	335,82
Total do Submódulo 2.1			563,25

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.730,26
		Submódulo 2.1	R\$ 563,25
		Total	R\$ 3.293,51

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 658,70
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 82,34
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 98,81
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 49,40
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 32,94
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 19,76
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 6,59
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 263,48
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 1.212,01

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 45,77	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 566,67	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 563,25	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.212,01	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 566,67	
Total do Modulo 2		R\$ 2.341,93	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 2.730,26
		Total	R\$ 2.730,26
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 11,47
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,82
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 118,77
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 52,97
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 19,38
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 17,75
Total do Módulo 3		R\$ 221,15	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 2.730,26
		Módulo 2	R\$ 2.341,93
		Módulo 3	R\$ 221,15
		Total	R\$ 5.293,34
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 49,23
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 29,64
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,59
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 17,47
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 3,71
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 101,63	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 101,63
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 101,63
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 6.032,84
B	Lucro		6,79%	R\$ 6.213,83
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 7.738,48
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 7.738,48
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 7.738,48
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.705,64
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.730,26
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.341,93
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 221,15
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 101,63
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 6.032,84
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.705,64
Valor Total por Empregado				R\$ 7.738,48
Quantidade de postos				1
Total por postos				R\$ 7.738,48

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS			
Nº do processo:		25209.004445/2023-58	
Licitação nº:		XXX/2024	
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		XX/XX/2024	
Município/UF		Ananindeua-PA	
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		SEAC x SINELPA - PA000095/2023	
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/01/2023	
Número de meses de execução contratual		12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		6220-20
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Operador demáquinas leves
5	Quantidade de postos		5
Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor
A	Salário-Base da categoria		R\$ 1.748,80
B	Adicional de Insalubridade: 20%		R\$ 279,84
C	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1			R\$ 2.028,64
Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.028,64
		Total	R\$ 2.028,64
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	168,99
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	249,52
Total do Submódulo 2.1			418,51
Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.028,64
		Submódulo 2.1	R\$ 418,51
		Total	R\$ 2.447,15
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 489,43
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 61,18
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 73,41
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 36,71
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 24,47
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 14,68
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 4,89
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 195,77
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 900,55

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 71,07	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 591,97	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 418,51	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 900,55	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 591,97	
Total do Modulo 2		R\$ 1.911,03	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 2.028,64
		Total	R\$ 2.028,64
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 8,52
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,61
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 88,25
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 39,36
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 14,40
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 13,19
Total do Módulo 3		R\$ 164,32	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 2.028,64
		Módulo 2	R\$ 1.911,03
		Módulo 3	R\$ 164,32
		Total	R\$ 4.103,99
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 38,17
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 22,98
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,23
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 13,54
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,87
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 78,80	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 78,80
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 78,80
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 4.820,66	R\$ 144,62
B	Lucro	6,79%	R\$ 4.965,28	R\$ 337,14
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 6.183,58	R\$ 469,95
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 6.183,58	R\$ 102,03
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 6.183,58	R\$ 309,18
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.362,92
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.028,64
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.911,03
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 164,32
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 78,80
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.820,66
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.362,92
Valor Total por Empregado				R\$ 6.183,58
Quantidade de postos				5
Total por postos				R\$ 30.917,90



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	6410-15
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Tratorista
5	Quantidade de postos	1

**Módulo 1: Composição da Remuneração**

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.930,58
B	Adicional de Insalubridade: 40%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
<b>Total do Módulo 1</b>		<b>R\$ 2.490,26</b>

**Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Base de cálculo para o Submódulo 2.1	<b>Módulo 1</b>	R\$ 2.490,26
	<b>Total</b>	R\$ 2.490,26

**Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	207,44
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	306,30
<b>Total do Submódulo 2.1</b>			<b>513,74</b>

Base de cálculo para o Submódulo 2.2	<b>Módulo 1</b>	R\$ 2.490,26
	<b>Submódulo 2.1</b>	R\$ 513,74
	<b>Total</b>	R\$ 3.004,00

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 600,80
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 75,10
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 90,12
D	SESC ou Sesi. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 45,06
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 30,04
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 18,02
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 6,01
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 240,32
<b>Total do Submódulo 2.2</b>		<b>36,8000%</b>	<b>R\$ 1.105,47</b>

<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>			
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: $[(2 \times \text{Vale Transporte} \times 22) - (6\% \times \text{Salário-Base})]$	R\$ 60,17	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = $[(22 \times \text{Vale Alimentação}) \times (1-0,10\%)]$	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
<b>Total do Submódulo 2.3</b>			<b>R\$ 581,07</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>R\$ 513,74</b>	
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>R\$ 1.105,47</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 581,07</b>	
<b>Total do Módulo 2</b>			<b>R\$ 2.200,28</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 3</b>		<b>Módulo 1</b>	R\$ 2.490,26
		<b>Total</b>	R\$ 2.490,26
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão (do titular)</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 10,46
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,75
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 108,33
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 48,31
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 17,68
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 16,19
<b>Total do Módulo 3</b>			<b>R\$ 201,71</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 4</b>		<b>Módulo 1</b>	<b>R\$ 2.490,26</b>
		<b>Módulo 2</b>	<b>R\$ 2.200,28</b>
		<b>Módulo 3</b>	<b>R\$ 201,71</b>
		<b>Total</b>	<b>R\$ 4.892,25</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 45,50
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 27,40
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 16,14
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 3,42
F	Outros (especificar)		
<b>Total do Submódulo 4.1</b>			<b>R\$ 93,93</b>
<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada</b>			
<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>		<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
<b>Total do Submódulo 4.2</b>			<b>0,00</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 93,93
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 93,93
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 5.624,05	R\$ 168,72
B	Lucro	6,79%	R\$ 5.792,77	R\$ 393,33
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 7.214,11	R\$ 548,27
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 7.214,11	R\$ 119,03
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 7.214,11	R\$ 360,71
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.590,06
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.490,26
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.200,28
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 201,71
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 93,93
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 5.624,05
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.590,06
Valor Total por Empregado				R\$ 7.214,11
Quantidade de postos				1
Total por postos				R\$ 7.214,11

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	6230-20
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Tratador de animais
5	Quantidade de postos	23

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.518,55
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 2.078,23

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.078,23
		Total	R\$ 2.078,23

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	173,12
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	255,62
Total do Submódulo 2.1			428,74

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.078,23
		Submódulo 2.1	R\$ 428,74
		Total	R\$ 2.506,97

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 501,39
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 62,67
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 75,21
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 37,60
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 25,07
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 15,04
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 5,01
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 200,56
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 922,56

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 84,89	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 605,79	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 428,74	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 922,56	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 605,79	
Total do Modulo 2		R\$ 1.957,09	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 2.078,23
		Total	R\$ 2.078,23
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 8,73
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,62
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 90,40
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 40,32
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 14,76
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 13,51
Total do Módulo 3		R\$ 168,34	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 2.078,23
		Módulo 2	R\$ 1.957,09
		Módulo 3	R\$ 168,34
		Total	R\$ 4.203,66
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 39,09
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 23,54
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,26
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 13,87
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,94
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 80,71	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 80,71
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 80,71
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 4.922,24
B	Lucro		6,79%	R\$ 5.069,90
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 6.313,88
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 6.313,88
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 6.313,88
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.391,64
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.078,23
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.957,09
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 168,34
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 80,71
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.922,24
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.391,64
Valor Total por Empregado				R\$ 6.313,88
Quantidade de postos				23
Total por postos				R\$ 145.219,21

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5164-05
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Lavadeira
5	Quantidade de postos	1

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.399,20
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 1.958,88

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Total	R\$ 1.958,88

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	163,17
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	240,94
Total do Submódulo 2.1			404,12

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 1.958,88
		Submódulo 2.1	R\$ 404,12
		Total	R\$ 2.363,00

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 472,60
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 59,07
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 70,89
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 35,44
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 23,63
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 14,18
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 4,73
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 189,04
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 869,58

<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>			
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: $[(2 \times \text{Vale Transporte} \times 22) - (6\% \times \text{Salário-Base})]$	R\$ 92,05	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = $[(22 \times \text{Vale Alimentação}) \times (1-0,10\%)]$	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
<b>Total do Submódulo 2.3</b>			<b>R\$ 612,95</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>R\$ 404,12</b>	
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>R\$ 869,58</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 612,95</b>	
<b>Total do Módulo 2</b>			<b>R\$ 1.886,65</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 3</b>		<b>Módulo 1</b>	R\$ 1.958,88
		<b>Total</b>	R\$ 1.958,88
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão (do titular)</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 8,23
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,59
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 85,21
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 38,00
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 13,91
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 12,73
<b>Total do Módulo 3</b>			<b>R\$ 158,67</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 4</b>		<b>Módulo 1</b>	<b>R\$ 1.958,88</b>
		<b>Módulo 2</b>	<b>R\$ 1.886,65</b>
		<b>Módulo 3</b>	<b>R\$ 158,67</b>
		<b>Total</b>	<b>R\$ 4.004,20</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 37,24
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 22,42
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,20
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 13,21
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,80
F	Outros (especificar)		
<b>Total do Submódulo 4.1</b>			<b>R\$ 76,88</b>
<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada</b>			
<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>		<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
<b>Total do Submódulo 4.2</b>			<b>0,00</b>



Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 76,88
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 76,88
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 4.718,95
B	Lucro		6,79%	R\$ 4.860,52
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 6.053,11
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 6.053,11
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 6.053,11
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.334,17
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.958,88
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.886,65
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 158,67
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 76,88
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.718,95
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.334,17
Valor Total por Empregado				R\$ 6.053,11
Quantidade de postos				1
Total por postos				R\$ 6.053,11

# PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

## IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5142-05
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Coletor de lixo infectante
5	Quantidade de postos	17

## Módulo 1: Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.678,83
B	Adicional de Insalubridade: 20%	R\$ 559,68
C	Outros (especificar)	
Total do Módulo 1		R\$ 2.238,51

## Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 2.238,51
		Total	R\$ 2.238,51

### Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	186,47
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	275,34
Total do Submódulo 2.1			461,80

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 2.238,51
		Submódulo 2.1	R\$ 461,80
		Total	R\$ 2.700,31

### Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 540,06
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 67,51
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 81,01
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 40,50
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 27,00
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 16,20
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 5,40
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 216,03
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 993,72

<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>			
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: $[(2 \times \text{Vale Transporte} \times 22) - (6\% \times \text{Salário-Base})]$	R\$ 75,27	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = $[(22 \times \text{Vale Alimentação}) \times (1-0,10\%)]$	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
<b>Total do Submódulo 2.3</b>			<b>R\$ 596,17</b>
<b>Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor</b>	
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>R\$ 461,80</b>	
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>R\$ 993,72</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 596,17</b>	
<b>Total do Módulo 2</b>			<b>R\$ 2.051,69</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 3</b>		<b>Módulo 1</b>	R\$ 2.238,51
		<b>Total</b>	R\$ 2.238,51
<b>Módulo 3 - Provisão para Rescisão</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão (do titular)</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 9,40
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,67
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 97,38
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 43,43
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 15,89
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 14,55
<b>Total do Módulo 3</b>			<b>R\$ 181,32</b>
<b>Base de cálculo para o Módulo 4</b>		<b>Módulo 1</b>	<b>R\$ 2.238,51</b>
		<b>Módulo 2</b>	<b>R\$ 2.051,69</b>
		<b>Módulo 3</b>	<b>R\$ 181,32</b>
		<b>Total</b>	<b>R\$ 4.471,52</b>
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>			
<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 41,59
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 25,04
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,34
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 14,76
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 3,13
F	Outros (especificar)		
<b>Total do Submódulo 4.1</b>			<b>R\$ 85,85</b>
<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada</b>			
<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>		<b>Valor</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
<b>Total do Submódulo 4.2</b>			<b>0,00</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 85,85
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 85,85
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual	Base de cálculo	Valor
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 5.195,24	R\$ 155,86
B	Lucro	6,79%	R\$ 5.351,10	R\$ 363,34
C	Tributos	-		
	C.1 Tributos Federais - COFINS	7,60%	R\$ 6.664,07	R\$ 506,47
	C.2 Tributos Federais - PIS	1,65%	R\$ 6.664,07	R\$ 109,96
	C.3 Tributos Municipais - ISS	5,00%	R\$ 6.664,07	R\$ 333,20
Total do Módulo 6		14,25%		R\$ 1.468,83
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 2.238,51
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 2.051,69
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 181,32
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 85,85
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 5.195,24
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.468,83
Valor Total por Empregado				R\$ 6.664,07
Quantidade de postos				17
Total por postos				R\$ 113.289,19

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS			
Nº do processo:		25209.004445/2023-58	
Licitação nº:		XXX/2024	
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		XX/XX/2024	
Município/UF		Ananindeua-PA	
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		SEAC x SINELPA - PA000095/2023	
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/01/2023	
Número de meses de execução contratual		12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		6220-10
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Jardineiro
5	Quantidade de postos		5
Módulo 1: Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor
A	Salário-Base da categoria		R\$ 1.678,83
B	Adicional de Insalubridade		R\$ 0,00
C	Outros (especificar)		
Total do Módulo 1			R\$ 1.678,83
Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Base de cálculo para o Submódulo 2.1		Módulo 1	R\$ 1.678,83
		Total	R\$ 1.678,83
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	139,85
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	206,50
Total do Submódulo 2.1			346,34
Base de cálculo para o Submódulo 2.2		Módulo 1	R\$ 1.678,83
		Submódulo 2.1	R\$ 346,34
		Total	R\$ 2.025,17
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 405,03
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 50,63
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 60,76
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 30,38
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 20,25
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 12,15
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 4,05
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 162,01
Total do Submódulo 2.2		36,8000%	R\$ 745,26

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 75,27	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 596,17	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 346,34	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 745,26	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 596,17	
Total do Modulo 2		R\$ 1.687,78	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 1.678,83
		Total	R\$ 1.678,83
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 7,05
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,50
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 73,03
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 32,57
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 11,92
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 10,91
Total do Módulo 3		R\$ 135,99	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 1.678,83
		Módulo 2	R\$ 1.687,78
		Módulo 3	R\$ 135,99
		Total	R\$ 3.502,59
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 32,57
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 19,61
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 1,05
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 11,56
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,45
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 67,25	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada			
4.2	Substituto na Intra jornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 67,25
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 67,25
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 4.207,71
B	Lucro		6,79%	R\$ 4.333,94
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 5.397,34
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 5.397,34
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 5.397,34
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.189,63
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.678,83
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.687,78
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 135,99
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 67,25
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 4.207,71
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.189,63
Valor Total por Empregado				R\$ 5.397,34
Quantidade de postos				5
Total por postos				R\$ 26.986,69

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – SERVIÇO DE LIMPEZA - INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

Nº do processo:	25209.004445/2023-58
Licitação nº:	XXX/2024
Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/2024
Município/UF	Ananindeua-PA
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	SEAC x SINELPA - PA000095/2023
Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/01/2023
Número de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Copeiro
5	Quantidade de postos	2

**Módulo 1: Composição da Remuneração**

1	Composição da Remuneração	Valor
A	Salário-Base da categoria	R\$ 1.399,20
B	Adicional de Insalubridade	R\$ 0,00
C	Outros (especificar)	
<b>Total do Módulo 1</b>		<b>R\$ 1.399,20</b>

**Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

Base de cálculo para o Submódulo 2.1		<b>Módulo 1</b>	R\$ 1.399,20
		<b>Total</b>	R\$ 1.399,20

**Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual	Valor
A	13º (décimo terceiro) Salário. Constituição Federal de 1988 (Art. 7º, inciso VIII),	8,33%	116,55
B	Férias e Adicional de Férias. Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII	12,30%	172,10
<b>Total do Submódulo 2.1</b>			<b>288,65</b>

Base de cálculo para o Submódulo 2.2		<b>Módulo 1</b>	R\$ 1.399,20
		<b>Submódulo 2.1</b>	R\$ 288,65
		<b>Total</b>	R\$ 1.687,85

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual	Valor
A	INSS. Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.	20,00%	R\$ 337,57
B	Salário Educação. Decreto-Lei 1.422/75; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006	2,50%	R\$ 42,20
C	SAT - RATxFAP, Anexo V Decreto 3048/99 e Decreto 6957/09 - DOU de 14/06/2010 (fator	3,00%	R\$ 50,64
D	SESC ou SESI. Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.	1,50%	R\$ 25,32
E	SENAC ou SENAI. Decreto-Lei 2.318/86, c/c o art. 1º, Lei 8.154/1990.	1,00%	R\$ 16,88
F	SEBRAE. Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.	0,60%	R\$ 10,13
G	INCRA. Lei 2.613/55, art. 1º, I, Decreto-Lei 1.146/70.	0,20%	R\$ 3,38
H	FGTS. Art. 7º, III, CF/88 e Art. 15, Lei 8.036/90.	8,00%	R\$ 135,03
<b>Total do Submódulo 2.2</b>		<b>36,8000%</b>	<b>R\$ 621,13</b>



Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor	
A	Vale transporte. Cálculo do valor: [(2 x Vale Transporte x 22) – (6%xSalário-Base)]	R\$ 92,05	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação, com desconto de 10%. Cálculo = [(22 x Vale Alimentação) x (1-0,10%)]	R\$ 495,00	
C	Seguro de Vida em Grupo com Assistência Funeral e familiar. Conforme a CCT	R\$ 6,00	
D	Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal. Conforme a CCT	R\$ 19,90	
Total do Submódulo 2.3		R\$ 612,95	
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 288,65	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 621,13	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 612,95	
Total do Modulo 2		R\$ 1.522,73	
Base de cálculo para o Módulo 3		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Total	R\$ 1.399,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão (do titular)	Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado.(rotatividade).	0,42%	R\$ 5,88
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado.	0,03%	R\$ 0,42
	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 60,87
C	Aviso Previo Trabalhado. Acórdão TCU Plenário nº 1.186/2017	1,94%	R\$ 27,14
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,71%	R\$ 9,93
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o o Aviso Prévio Trabalhado.	0,65%	R\$ 9,09
Total do Módulo 3		R\$ 113,34	
Base de cálculo para o Módulo 4		Módulo 1	R\$ 1.399,20
		Módulo 2	R\$ 1.522,73
		Módulo 3	R\$ 113,34
		Total	R\$ 3.035,27
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentual	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 28,23
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	R\$ 17,00
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 0,91
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	R\$ 10,02
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 2,12
F	Outros (especificar)		
Total do Submódulo 4.1		R\$ 58,28	
Submódulo 4.2 – Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		0,00
Total do Submódulo 4.2			0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente			Valor
4.1	Substituto nas Ausências Legais			R\$ 58,28
4.2	Substituto na Intrajornada			R\$ 0,00
Total do Módulo 4				R\$ 58,28
Módulo 5 – Insumos Diversos				
5	Insumos diversos			Valor
A	Uniformes			R\$ 62,82
B	Materiais de consumo			R\$ 248,34
C	Equipamentos			R\$ 289,92
D	Utensílios			R\$ 25,31
E	EPIS			R\$ 11,48
F	Outros (especificar)			
Total do Módulo 5				R\$ 637,87
Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
Base de cálculo para Custos Indiretos = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5				
Base de cálculo para Lucro = faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos				
Faturamento = Mod 1+ Mod 2 + Mod 3 + Mod 4 + Mod 5 + Custos indiretos + Lucros				
Base de cálculo para Tributos = Faturamento / (1 - % tributos )				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Base de cálculo
A	Custos Indiretos		3,00%	R\$ 3.731,42
B	Lucro		6,79%	R\$ 3.843,36
C	Tributos		-	
	C.1 Tributos Federais - COFINS		7,60%	R\$ 4.786,38
	C.2 Tributos Federais - PIS		1,65%	R\$ 4.786,38
	C.3 Tributos Municipais - ISS		5,00%	R\$ 4.786,38
Total do Módulo 6			14,25%	R\$ 1.054,97
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração			R\$ 1.399,20
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.522,73
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão			R\$ 113,34
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$ 58,28
E	Módulo 5 - Insumo Diversos			R\$ 637,87
Subtotal (A + B + C + D + E)				R\$ 3.731,42
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			R\$ 1.054,97
Valor Total por Empregado				R\$ 4.786,38
Quantidade de postos				2
Total por postos				R\$ 9.572,76